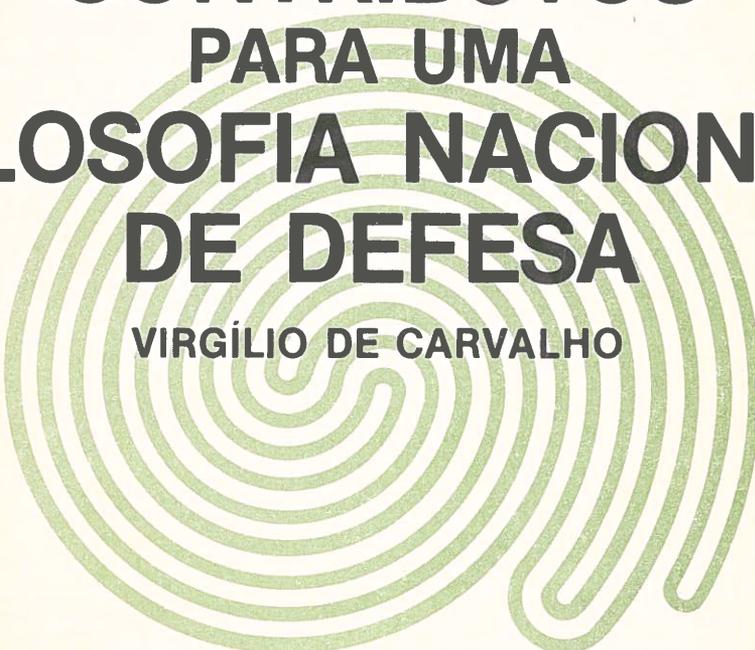




ESTUDOS ESTRATÉGICOS

# **CONTRIBUTOS PARA UMA FILOSOFIA NACIONAL DE DEFESA**

**VIRGÍLIO DE CARVALHO**



IEEI  
1984



NOTA INTRODUTÓRIA

BIBLIOTECA DO I. D. N.		
3565	F	
12	7	84
176	19	197-A

# CONTRIBUTOS PARA UMA FILOSOFIA NACIONAL DE DEFESA

VIRGÍLIO DE CARVALHO

IEEI  
1984

SECRETARIA DE DEFESA



CONTRIBUTOS  
PARA UMA  
FILOSOFIA NACIONAL  
DE DEFESA

**Título:** Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa

**Autor:** Virgílio de Carvalho

**Realização gráfica:** Scarpa impressores

**Data de publicação:** 1.º semestre de 1984.

**COLEÇÃO ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

Publicados:

1. **A Segurança Europeia e a Defesa Civil das Grandes Cidades**
2. **Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas**
3. **Virgílio de Carvalho, Contributos para uma Filosofia Nacional de Defesa**

A publicar:

4. **Pacifismo e Neutralismo**

## NOTA INTRODUTÓRIA

---

**O**s acontecimentos de Abril de 1974 deram origem a um novo capítulo da História nacional. Por isso, pareceu-nos que poderia vir a revelar-se com interesse a formulação oportuna de referências úteis a quem tem de estabelecer estratégias e de considerar os riscos inerentes às opções respectivas. Trouxe-se por isso a público uma série de reflexões, através de artigos e de conferências, visando iniciar uma espécie de levantamento expedito de potencialidades e de vulnerabilidades de ordem geoestratégica do País, complementado por algumas conclusões e sugestões julgadas pertinentes para determinadas situações concretas.

É claro que, em assuntos de natureza dos que foram abordados, não poderia haver pretensão de inventar fosse o que fosse. Mas pareceu que talvez se justificasse, mesmo assim, chamar a atenção para realidades que têm efectivamente estado sempre debaixo do nariz, dado que não podem ser ignoradas.

Carregou-se um pouco demais nas tintas? Abusou-se de repetições? Há que admitir que assim foi, mas deliberadamente, com a preocupação única de tentar garantir a recepção da mensagem. Teria sido certamente menos incómoda e mais política outra abordagem, mas receia-se bem que o interesse nacional não possa realmente ser defendido com meis tintas, e muito menos com o pressuposto perigoso de que todos já sabem ou se aperceberam de tudo. Pareceu sobretudo que o interesse nacional de um pequeno país como o

**nosso impõe, para além da maior conjugação possível de forças e do aproveitamento máximo de recursos materiais e anímicos existentes, que nada seja deixado ao acaso. O interesse nacional exige ainda esclarecimento, coerência, frontalidade e firmeza, nomeadamente para as difíceis negociações que se aproximam no âmbito da NATO e da CEE, em que se põe, por exemplo, o problema novo da Espanha como aliada da Potência Marítima, a inserção dos dois países ibéricos na CEE e na NATO, e a influência do Noroeste Africano no equilíbrio e na segurança da Região que o engloba juntamente com a Península Ibérica e com as Ilhas Atlânticas.**

**Para negociar parece indispensável conhecer-se primeiro o que é inegociável em termos de liberdade de acção e até de sobrevivência do País. Por isso, achou-se importante relembrar a este país de oito ou oitenta, e que tende a copiar sem adaptação figurinos estrangeiros e considerar apenas os aspectos económicos, o que somos e onde estamos, a importância da atlanticidade, da arquipelagia e da coesão interterritorial, e apelar para uma filosofia nacional de defesa em conformidade.**

**Por último, diríamos ainda que chamar a atenção para riscos decorrentes de vulnerabilidades existentes no País constitui uma atitude genuinamente defensiva e absolutamente legítima.**

Setembro de 1982

Virgílio de Carvalho

## SUMÁRIO

---

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FILOSOFIA DE DEFESA MILITAR PORTUGUESA A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL E AS AMEAÇAS A PORTUGAL.....	7 19
CONTRIBUIÇÃO PARA UM PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO PORTUGUÊS.	35
CONTRIBUTO PARA A FORMAÇÃO DE UM CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA MILITAR.....	45
Preservação da integridade do TN.....	45
Preservação da «Atlantidade» do TN para benefício preferencial do País.....	46
Defesa Militar única para todo o Território, e de responsabilidade nacional.....	46
Defesa Militar autónoma de filosofia defensiva, e de natureza dissuasora.....	46
Defesa Militar escalonada por regiões.....	47
Compatibilização do esquema de Defesa Militar autónoma do País com a NATO.....	48
Defesa Militar de parcelas do TN, e seu reforço a partir de outras.....	48
Defesa de interesses marítimos nacionais fora do quadro da NATO.....	49
Estrutura de comandos adequados à geografia, à tradição militar do País, e à coesão e eficiência das Forças Armadas.....	50
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL.....	53
DAS VANTAGENS DUMA FILOSOFIA DE DEFESA MAIS ATLÂNTICA PARA PORTUGAL.....	63
A IMPORTÂNCIA DO PODER NAVAL EM TEMPO DE PAZ.....	75
A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS REGIÕES AUTÓNOMAS.....	87

1. INTRODUÇÃO. CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL.....	87
2. O TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONSIDERADO	91
3. IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS QUANTO A HIPÓTESES DE CONFLITOS ARMADOS.....	94
a) Hipótese de Guerra Nuclear.....	94
b) Hipóteses de Crises Político-Militares em Regiões-Chaves do Globo.....	96
c) Hipótese de Guerra Relâmpago na Europa.....	97
d) Hipótese de Guerra Generalizada Convencional.....	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
A POSIÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA.....	107
PORTUGAL, A ESPANHA E A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA.....	117
O «PUZZLE» GEOPOLÍTICO DA ADESÃO DA REGIÃO ATLÂNTICA ÍBERO-AFRICANA (RAIA).....	123
Enquadramento Global.....	124
Enquadramento Europeu.....	126
Contexto Regional.....	129
A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA COMO FACTOR DE PAZ.....	135
NOTA FINAL DO AUTOR.....	143
NOTA BIOGRÁFICA.....	145

## CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FILOSOFIA DE DEFESA MILITAR PORTUGUESA\*

---

Mesmo numa sociedade legitimamente estabilizada, o indispensável inter-relacionamento de factores políticos, geoestratégicos, sociais, tecnológicos e económicos torna de tal modo complexa a questão da Defesa Militar, que nem as mais avançadas técnicas aplicadas em modelos computadorizados têm sido capazes de dar respostas adequadas. Ultimamente o problema complicou-se ainda mais com as incertezas do futuro energético. Num país como o nosso, onde ainda por cima existem absorventes preocupações económicas, onde persistem alguns sintomas do desgaste psicológico que classicamente decorre das guerras como as que travámos em África, e onde o caminho a percorrer até se chegar ao tipo de relacionamento que deve existir numa sociedade democrática ocidental entre os chamados Poder Político e Poder Militar vai ser trilhado num ambiente não totalmente liberto de sensibilibidades, as dificuldades para abordar um tema como o da Defesa Militar resultam acrescidas. No entanto, parece que começa a ser tempo de os militares darem uma ideia do que pensam sobre o que poderá ser a defesa militar do país.

Defesa Nacional e, conseqüentemente, Defesa Militar, pressupõe clara motivação da população dum país para se defender. Sem tal ingrediente, a Defesa corre o risco de se desmoronar rapidamente em circunstâncias de crise grave. Por isso mesmo, a mera existência de Forças Armadas deve significar efectiva vontade duma sociedade para se defender. Essa mera existência, e o seu significado, têm exactamente por isso o seu peso nas relações internacionais, como componentes da Força Total dum país.

As dificuldades para vencer o cepticismo e a indiferença, e para despertar numa sociedade a vontade de se defender, começam logo na repisada questão da ameaça. O caso é que a sociedade civil terá, em princípio, natural propensão para acreditar menos em ameaças do que a sociedade militar. Esta, por razões da sua própria preparação profissional, terá maior pendor para as fazer lembrar, o que por vezes

---

Artigo publicado em **Nação e Defesa**, n.º 15, Julho - Setembro de 1980.

é tomado como visando principalmente fazer pender para o seu lado o fiel da velha balança da manteiga e dos canhões. Desta circunstância decorrem naturalmente vivas polémicas que acabam por criar certa perplexidade em largos sectores da população. Na realidade, que poderá ou deverá pensar, por exemplo, o homem médio britânico, ao ver que o porta-aviões *Ark Royal* foi para a sucata, sem nunca ter precisado de entrar em combate? E, por outro lado, o que poderá pensar um norte-americano ou um seu aliado europeu da política iniciada pelos civis da administração Nixon-Kissinger, a qual, favorecendo demasiado a manteiga para atender às sensibilidades internas, deixou cair o potencial nuclear e convencional do seu país a um nível tal que lhe acarretou a si e ao Ocidente a mais baixa credibilidade política externa e interna dos últimos tempos? E que pensar do drama do Líbano, em que a falta de Poder Militar adequado às vulnerabilidades internas e à importância estratégica da região propiciaram argumentos para a instalação de forças militares e de organizações afins estrangeiras no seu próprio território?

Mas, afinal, que deve entender-se por ameaça? Os especialistas na matéria dizem que deve ser considerada como o produto da capacidade material possuída por um presumível antagonista para concretizar determinados tipos de acções hostis aos interesses dum país, pela intenção que aquele terá de levar efectivamente a cabo tais acções. Ora, se é mais fácil deduzir do armamento dum antagonista os tipos de acções que a sua posse lhe torna viável realizar, já a questão da intenção quanto ao seu emprego é de molde a admitir especulações variadíssimas. A amplitude destas especulações permite, por exemplo, que estrategistas ocidentais e chineses vejam no considerável armamento do Pacto de Varsóvia uma ameaça iminente para a Segurança da Europa Ocidental, e que pacifistas procurem anular o produto, e portanto a ameaça, atribuindo aos do Leste intenções pacíficas ou, no mínimo, exclusivamente defensivas. É aliás aqui que reside um dos maiores problemas dos técnicos das informações estratégicas, os quais, se alertarem oportunamente para uma determinada ameaça, correm o risco de serem tomados por loucos mas, se o não tiverem feito e a ameaça se concretizar mesmo, serão então impiedosamente classificados de incompetentes. Por estas e por outras razões, há quem considere preferível lembrar que um país é principalmente ameaçado pela «exposição» de vulnerabilidades ou pontos fracos que possam constituir tentações para a exploração por antagonistas dos interesses nacionais. Efectivamente, parece perfeitamente natural que um antagonista, que pretenda persuadir ou coagir um seu concorrente por forma a fazê-lo enveredar por um caminho conveniente para os seus interesses, possa procurar exercer pressão actuando nos seus pontos fracos. Daí que a primeira preocupação numa Política de Segurança ou de Defesa Nacional deva incidir na correcta identificação e caracterização de vulnerabilidades exploráveis por outros, e na aplicação de medidas adequadas para as minimizar no mais curto prazo, tal como se faz com a saúde dum ser humano, cujas defesas físicas e morais deverão ser

mantidas a níveis que evitem agressões de agentes nocivos, ou que reduzam os seus efeitos. Uma vulnerabilidade importante dum país poderá precisamente residir na falta de Poder Militar adequado à defesa dos seus interesses num mundo em que continua apesar de tudo a lançar-se mão de violência quando não bastam outros argumentos para atingir objectivos, e o emprego da força promete êxito seguro. É por isso que mesmo países com tradicional prática de neutralidade, como a Suíça e a Suécia, não ousam prescindir de ter as Forças Armadas que julgam adequadas à sua Segurança.

Para abordar a questão das vulnerabilidades nacionais numa perspectiva de Defesa Militar, parece importante começar por salientar que Portugal tem a sua raiz na Península Ibérica, que se caracteriza por instabilidade crónica própria duma região que não terá ainda encontrado o seu definitivo equilíbrio geopolítico, e na qual a independência portuguesa já tem sido olhada como um obstáculo (o outro é Gibraltar) à exploração do seu potencial estratégico total em exclusivo proveito da população ibérica. Por outro lado é sabido como o nosso país se viu desde longa data compelido a procurar numa política atlântica caracterizada por alianças com potências marítimas e pela descoberta e conquista de terras exteriores à Península o potencial estratégico suplementar que lhe permitisse evitar a natural propensão hegemónica do seu poderoso vizinho. É por isso que Portugal se assume efectivamente como um país arquipelágico, uma vez que é da integração dos potenciais estratégicos do Continente e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores que lhe advém a força necessária para realizar em condições aceitáveis as suas aspirações. Acontece ainda que as posições detidas em qualquer das regiões portuguesas têm uma tal importância estratégica, que só a coesão entre elas permitirá que não sejam absorvidas uma a uma pelas grandes potências e blocos que delas julgam necessitar para a manutenção da sua própria Segurança (atente-se no exemplo da utilização dos Açores de certo modo «forçada» pelos Aliados na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, na inaceitável preservação do mesmo Arquipélago fora da área IBERLANT por vontade da potência líder da NATO, no interesse manifestado por países árabes norte-africanos da ala radical e até por outros países africanos relativamente ao arquipélago da Madeira, e nos graus de independência que restariam a Portugal se fosse remetido exclusivamente à Península Ibérica).

Dos pontos referidos sobressai que a Nação Portuguesa poderá minimizar mais facilmente hipóteses de ameaças à sua segurança e independência, e dominar o seu próprio destino, se as populações das três parcelas que constituem o seu Território assumirem correcta e conscientemente a condição arquipelágica do país, e se, no plano da defesa militar, quer no plano nacional, quer no da NATO, houver a permanente preocupação de manter a todo o custo o Território Nacional como um todo indivisível. Por outras palavras, os portugueses continentais e ilhéus não podem esquecer que a liberdade de acção

política do país, quer no plano ibérico, quer no seio da própria Aliança Atlântica, é directamente proporcional ao grau de coesão que existir entre as parcelas do Território Nacional.

É sobejamente conhecido que Portugal detém posições que são consideradas de grande importância para a Segurança do Ocidente. Assim, o Território Nacional pode constituir um contributo notável para a Segurança do Ocidente no âmbito da estratégia nuclear, uma vez que a sua utilização torna mais eficiente a vigilância a exercer sobre os movimentos dos submarinos nucleares lança-mísseis balísticos soviéticos e aumenta a sobrevivência dos norte-americanos. O Território Nacional é altamente vantajoso para proporcionar protecção às vitais comunicações marítimas ocidentais que passam ao seu alcance e, principalmente, para o exercício do controle naval e aéreo que se torna imprescindível para o eventual desencadeamento de operações de socorro à Europa Ocidental a partir da América do Norte em caso de invasão do Leste (recorda-se que o sucesso destas operações estava na base da vitória dos Aliados nas duas últimas Guerras Mundiais).

Da importância estratégica que poderão ter para o Ocidente pontos de apoio no Território Nacional decorrem naturalmente hipóteses de os seus antagonistas poderem estar desde já considerando a sua neutralização logo no início dum eventual conflito de grande envergadura. Daí que os nossos aliados, que certamente estão conscientes dessa possibilidade, tendam a procurar garantir a vigilância e a defesa das nossas posições com os seus próprios meios, no caso de para tal não mostrarmos disposição nem capacidade. A permanência de forças militares estrangeiras no Território Nacional comportaria muito provavelmente riscos graves para a coesão e para a independência nacional, os quais poderiam ser ainda maiores no caso do Ocidente se ver obrigado por circunstâncias excepcionais a confiar, ainda que transitoriamente, a segurança das nossas posições a uma potência regional que para tal demonstrasse capacidade suficiente, como poderia vir a ser o caso da Espanha, que está a aumentar espectacularmente o seu Poder Militar com o propósito claro de assumir um papel condizente com o seu valor geopolítico e as suas aspirações históricas. Por outro lado, assumir uma posição menos prestigiante no seio da NATO limitaria muito provavelmente o acesso do nosso país às vantagens da cooperação e da assistência que a Aliança proporciona em domínios não militares, como sejam os da ciência e tecnologia, da formação e treino de técnicos e cientistas, etc.

Um Conceito Estratégico de Defesa Militar de qualquer país deverá obedecer, no mínimo, a três condições essenciais:

- Ser adequado, isto é, ser susceptível de alcançar efectivamente o efeito desejado;
- Ser exequível, ou seja, dever a materialização no respeitante aos

meios militares estar assegurada quanto à capacidade financeira para a sua aquisição, e no concernente às capacidades cultural, de gestão e tecnológica para a sua utilização e manutenção;

- Ser aceitável, isto é, os custos materiais justificarem-se pela real importância dos objectivos a alcançar.

O efeito desejado dum Conceito Estratégico de Defesa Militar deverá ser o de, em primeiro lugar, contribuir para a defesa de importantes interesses nacionais, como sejam a segurança do território nacional e da população, a integridade territorial, a soberania e a independência. Em segundo lugar, para um país como o nosso, será a participação, na medida do possível, na defesa da Europa e do Ocidente, em conformidade com os compromissos assumidos. Convirá frisar que, uma vez que a participação de Portugal na NATO decorre de um interesse nacional, é possível e mesmo conveniente que se opte por um Conceito Estratégico de Defesa Militar que seja complementável pelo próprio esquema de defesa daquela Aliança e que, por outro lado, não contrarie o que esta pode esperar do nosso país para o esforço de defesa comum.

O Conceito Estratégico de Defesa Militar adequado ao país que somos deve atender fria e realisticamente, entre outros, aos factores geográfico, humano e histórico. Portugal está onde está, é fisicamente o que é, e o seu comportamento histórico significa algo. Assim, convirá desde logo que o Conceito atenda à natureza arquipelágica do território, não apenas como forma de contribuir para a realização do importantíssimo objectivo de coesão nacional, como ainda para tirar o possível partido da própria descontinuidade territorial para se adregar uma capacidade acrescida de sobrevivência a agressões militares por meio de um sistema de defesa escalonada por regiões. A História Militar Portuguesa no continente e nas ilhas reflecte uma tradição de filosofia defensiva e de resistência que logrou obter êxito. São, por exemplo, os casos da resistência aos castelhanos e aos franceses no continente, utilizando quase que invariavelmente como último reduto a região de Lisboa, e aos Filipes e aos ingleses, nos Açores, principalmente na ilha Terceira. Acontece ainda que, no seio da Aliança Atlântica, desde há anos que se vem notando uma certa atracção pela ideia de se opor como dissuasão a eventuais intenções de invasão militar do Leste um esquema de resistência popular. Pelo referido, parecerá que a consideração da tradição militar portuguesa de resistência popular num Conceito Estratégico de Defesa Militar será susceptível de lhe emprestar a indispensável credibilidade e até aceitabilidade.

O facto de o país se encontrar inserido num esquema global de defesa militar como a NATO pode dar a muitos a ideia de que tal nos bastará, uma vez que a Aliança acabará por nos defender em qualquer caso. Compreende-se, embora não se aceite por ser contrário ao

imperativo da solidariedade aliada, que em certos países que não estarão sujeitos a outras ameaças que não sejam as do Leste, se pense semelhante coisa, como parece estar acontecendo na Dinamarca. Mas, em regiões cuja importância estratégica atrai a atenção das grandes potências e blocos, e principalmente naquelas cujo equilíbrio geopolítico ainda não foi encontrado — como acontece na Península Ibérica — há que contar com a possibilidade de erupção de tensões regionais. É por exemplo o caso da bacia oriental do Mediterrâneo, onde a NATO e os EUA ficaram paralisados politicamente por não poderem tomar o partido da Grécia ou da Turquia aquando do conflito militar ocorrido entre aqueles aliados por causa de Chipre, e onde importantes desentendimentos quanto à jurisdição no Mar Egeu suscitados por ali existirem importantes recursos económicos poderão manter a região em desequilíbrio por mais algum tempo. A constatação de realidades como esta, o facto de termos algumas fortes razões históricas para duvidar da constância e do sincero desinteresse de aliados, e o simples senso comum, apontam indubitavelmente para que um país como o nosso, ainda que membro da NATO, deva dispor de capacidade autónoma de defesa militar que dê a eventuais antagonistas a noção de ter possibilidades, no mínimo, de lhes resistir eficazmente durante o tempo que sempre levam a reagir perante agressões a opinião pública e os organismos internacionais, e ainda as Alianças. Isto, para evitar que sejamos vulneráveis à imposição de surpresa de factos consumados ou, no mínimo, que possamos ser sujeitos a coacções lesivas dos interesses nacionais. Se tal capacidade militar de resistência convier também à NATO, por ser integrável no seu próprio esquema defensivo, poderá então tornar-se mais fácil a obtenção de ajuda e de assistência militar para a sua viabilização.

Temos já aventado em trabalhos anteriormente publicados que um Conceito Estratégico de Defesa Militar de natureza arquipelágica com base na tradição militar portuguesa poderia eventualmente, no mínimo, prever a repartição do Poder Militar por três bastiões regionais de resistência, um no continente, outro na Madeira, e outro ainda nos Açores. Antes do mais, importa salientar que a defesa militar dum determinado espaço territorial faz-se sempre e em última análise no próprio terreno, mas sem esquecer a defesa das suas aproximações aéreas e, no caso particular português, ainda a das aproximações marítimas. No continente, o Conceito Estratégico posto em prática com todo o êxito por Wellington contra os invasores franceses (força terrestre móvel de desgaste e de retardamento, resistência popular, fortificação dos acessos terrestres a Lisboa e defesa marítima assegurada pelos fortes do Tejo e pelo domínio fluvial e do mar por forças navais) parece ainda hoje viável, dado que as armas guiadas de precisão (mísseis e artilharia) anticarro, antinavio e antiaéreas parecem propícias à resistência das potências menores contra as outras, como tem sido verificado em recentes conflitos militares, designadamente na guerra do «Yom Kippur» de Outubro de 1973, em que foi possível aos egípcios

aguentar pela primeira vez por largo tempo as muito poderosas forças blindadas e aéreas israelitas, com recurso a mísseis e a artilharia de precisão. Quanto ao mar, e ainda à mesma guerra, as pequenas unidades lança-mísseis e os submarinos israelitas tornaram completamente inúteis as maiores unidades navais egípcias, e evitaram qualquer hipótese de assalto anfíbio do seu adversário de então através da sua vulnerável costa. Assim, não parece de todo impossível a «reconstituição» do esquema de resistência usada por Wellington com recurso a um sistema de forças idêntico ao aludido, isto é, prevendo, como já acontece, uma Brigada Mista Independente, a modernização do Exército nos domínios da defesa anticarro, antiaéreo e da artilharia de costa, o planeamento da resistência popular, o apetrechamento da Marinha com unidades ligeiras lança-mísseis anti-superfície e antiaéreas, com meios para a guerra de minas e com submarinos (de que já existe um núcleo de três eficientes unidades), e o apetrechamento da Força Aérea com meios de controle e de intercepção aérea, e ainda de patrulha e ataque marítimos. Nos Açores e na Madeira, as ilhas que parecem em princípio mais vocacionadas para a constituição de bastiões de resistência seriam as da Terceira (onde, além da tradição de resistência su-pracitada, existe já a importante Base Aérea das Lajes e vai ser erguido um interessante complexo portuário na vizinha Praia da Vitória, no qual está previsto um ponto de apoio naval) e de Porto Santo (onde existe o único aeroporto do arquipélago com boas possibilidades de desenvolvimento para fins militares, e onde se encontram em construção instalações portuárias para o servir). A defesa destes bastiões de resistência nas ilhas deveria ser assegurada por meios humanos e materiais devidamente especializados na protecção de aeroportos, portos e outros pontos sensíveis contra ataques de surpresa, principalmente dos vindos do ar (assalto vertical, mísseis e aviões) complementados por meios de defesa aérea e marítima. Este esquema mínimo de defesa do território nacional deveria ainda ser complementado por forças dotadas de grande mobilidade para acorrerem se necessário em reforço de qualquer bastião (como sejam paracomandos e fuzileiros navais, dispondo dos meios de transporte aéreo e naval que garantissem as indispensáveis flexibilidade, eficácia, rapidez e economia do seu emprego) e por um sistema de Comando, Controle e Comunicações em que, para além de se assegurar a suficiente vigilância do território e das suas aproximações aéreas, terrestres e marítimas, se encontrasse considerada uma forte dose de descentralização do Comando, uma vez que não se pode garantir completa imunidade das telecomunicações a actos de sabotagem, de mistificação e de empastelamento na guerra moderna. Para um teatro de operações como o nacional, um comando centralizado deveria assim servir principalmente mais para as tarefas básicas de concepção, planeamento, doutrina, inspecção, treino, movimentação de efectivos entre subteatros de operações, indispensável à flexibilidade, mobilidade e economia do sistema, e para a realização de jogos de guerra e de manobras que permitissem avaliar frequente-

mente da sua eficácia e dos melhoramentos a introduzir. Acontecendo que os portos e aeroportos de Lisboa, da Terceira e de Porto Santo parecem incluir-se precisamente entre os que a Aliança Atlântica necessita manter em segurança para garantir a vigilância marítima e aérea em tempo de paz e de crise no Atlântico Oriental, e para assegurar o controle do mar e do ar indispensáveis à condução das vitais operações de socorro à Europa em caso de invasão militar do Leste, o Conceito preconizado parece assim ser susceptível de poder merecer o interesse da NATO e, por isso, de a levar a apoiar efectivamente a sua concretização.

Conforme se acentuou, o esquema preconizado é um mínimo, ou seja, corresponde a um nível de defesa militar abaixo do qual se correm graves riscos de segurança, devendo por isso ser tomado mais como uma estrutura básica de resistência escalonada por regiões. Convirá no entanto não ignorar que há outras ilhas a proteger, tão importantes como a Madeira ou S. Miguel, e ainda outros interesses que, se não forem defendidos, correm riscos sérios. Entre esses interesses contam-se as comunicações marítimas nacionais (cerca de 95% das nossas importações — entre elas as de hidrocarbonetos e de produtos alimentares — e cerca de 85% das nossas exportações utilizam a via marítima), as comunicações marítimas interterritoriais e interilhas, e as comunicações marítimas do Ocidente (ao largo da nossa costa encontram-se a cada momento cerca de 400 navios de todos os tipos que participam no abastecimento da Europa em produtos vitais). Acontece que o Comando NATO da Área Íbero-Atlântica (COMIBER-LANT) necessita de meios navais e aéreos para a condução de missões de vigilância marítima e de presença em tempo de paz e, principalmente para a utilização imediata em caso de crise ou de guerra, para protecção da referida intensa navegação ocidental. Por isso, se Portugal não tiver tais meios, corre-se o risco de a NATO tentar lançar mão dos espanhóis, no caso de o país vizinho vir a ingressar na Aliança. Esta eventualidade poderá à primeira vista não oferecer inconvenientes de maior, mas haverá de se ter em atenção que a Espanha, muito legitimamente, não deixaria que os seus meios militares fossem utilizados ao serviço da Aliança na nossa área de natural responsabilidade, sem contrapartidas políticas e militares susceptíveis de eventualmente afectar o nosso prestígio e audiência na Organização, e até a nossa própria soberania e coesão. Há ainda a conveniência de exercer soberania na nossa Zona Económica Exclusiva, tornando-se necessário, para além duma rede de vigilância associada ao sistema de Comando, Controle e Comunicações atrás referido, e de ameaça de pesadas sanções, a impor a eventuais prevaricadores, alguns meios navais e aéreos, os quais podem, no entanto, ser menos sofisticados do que os necessários à guerra moderna no mar.

Finalmente, muito embora o Poder Militar deva ser básica e prioritariamente vocacionado para a guerra, será conveniente que possa ainda assim atender-se à sua utilidade em casos de calamidade, mormente

quanto às de origem telúrica cuja frequência e violência contribuem para aumentar os efeitos do isolamento das populações das ilhas. Pensa-se que, no planeamento dos meios a adquirir, e mesmo no da sua utilização operacional, tal factor deverá ter o seu lugar próprio, com o objectivo de contribuir para a segurança e tranquilidade daquelas populações.

Quanto à exequibilidade do Conceito Estratégico de Defesa Militar preconizado, se é verdade que o processo tecnológico permite a utilização de armas altamente eficazes por pessoal de desenvolvimento cultural não correspondente (caso dos mísseis antiaéreos usados por guerrilheiros africanos nas guerras que travámos em África, e dos sistemas de mísseis anticarro e antiaéreos utilizados pelos egípcios contra os israelitas), não deverá esquecer-se que, também por isso, aumentaram em flecha as dificuldades de manutenção e de gestão do material, e ainda o grau de dependência das potências menores relativamente às que lhes fornecem material de guerra, o que tem reflexos inclusivamente no tipo e na duração da guerra que lhes é possível fazer por sua exclusiva iniciativa. Quer isto dizer que, se for julgado imprescindível dispor-se de capacidade autónoma de defesa militar, poderá ter de sacrificar-se algo no que respeita à sofisticação dos meios, será mais conveniente do que nunca recorrer-se à indústria nacional, e a liberdade de manobra política de que se pretende dispor através da existência do Poder Militar terá de sujeitar-se ao Conceito Estratégico de Defesa Militar que for possível. A diversificação das origens externas de armamento é uma medida que pode concorrer para aumentar a independência de actuação, mas contribui, por outro lado, para acentuar dificuldades de gestão, de manutenção e de treino, o que contribui para diminuir a credibilidade do sistema de defesa. Outro factor que, segundo um critério de exequibilidade, deverá ser tomado em séria consideração na formulação dum Conceito Estratégico de Defesa Militar (e na aquisição dos meios para o servir) é o presumível cenário de penúria no domínio da energia. Provavelmente, não mais viveremos, na Europa Ocidental, num cenário energético de abundância.

Se a independência da defesa militar nos planos conceptual, industrial e operacional é considerada como uma condição essencial para o exercício da soberania pretendida, então parecerá que os problemas decorrentes do progresso tecnológico e da crise energética apontarão para a conveniência duma maior rusticidade dos meios e maior singeleza dos conceitos de defesa militar.

Pelo referido, afigura-se que o sistema nuclear preconizado de bastiões de resistência poderá ser exequível dada a sua simplicidade e o relativo menor grau de sofisticação que exige dos meios necessários à sua concretização, e ainda porque reúne condições para suscitar o interesse e a eventual ajuda da Aliança Atlântica.

Quanto à questão da *aceitabilidade*, pensa-se que os portugueses não poderão querer «dinamarquizar» a sua filosofia militar, uma vez que

se lhes põem problemas muito particulares de soberania e de independência e não apenas os decorrentes do conflito Leste-Oeste. Como se referiu atrás, tais problemas são os que decorrem da circunstância de o Território Nacional se encontrar numa região que ainda não terá alcançado o seu equilíbrio geopolítico, de enfermar de descontinuidade territorial cujos efeitos na coesão nacional é mister minimizar, e de a sua utilização para fins militares interessar a grandes potências e blocos por razões da sua própria Segurança.

Não se acredita que os portugueses, que sempre pagaram um alto preço pela sua independência, queiram agora entregar-se a um abandono inglório. Aliás, se essa fosse a sua efectiva disposição, não restem dúvidas que outros se encarregariam de guarnecer a «cidadela lusitana», pelas razões que têm vindo a ser apontadas, o que tornaria a atitude portuguesa, no mínimo, ainda pouco inteligente, uma vez que noutros países se está procurando resolver parte dos graves problemas do desemprego com a expansão das Forças Armadas e das indústrias de armamento.

Evidentemente que Portugal, como país pobre, tem de forçosamente recorrer ao melhor do seu engenho para ir sobrevivendo. Assim, e sem perder de vista que o Poder Militar a criar deve em princípio corresponder aos interesses a defender e ao Poder Militar dos eventuais antagonistas, ao privilegiar-se para as suas Forças Armadas material menos sofisticado, que possa inclusivamente ser fabricado no país, poderão reduzir-se os custos da sua defesa militar. Esses custos poderão tornar-se ainda mais atraentes se esse material de guerra puder interessar, como parece possível, a países em desenvolvimento, os quais vão conhecendo por experiência própria os inconvenientes tecnológicos e políticos da sua independência relativamente a potências mais poderosas.

O contributo apresentado parece, pois, reunir condições de aceitabilidade, uma vez que os objectivos a alcançar são realmente importantes, e os custos poderão ser razoáveis.

Para terminar, entende-se que poderá ser de algum interesse conhecer algumas opiniões do passado e do presente relativas ao tema em apreço:

O primeiro-ministro Afonso Costa, em 1913, afirmava que «a reabilitação interna do país deve ficar assegurada pela preparação para a defesa nacional... Não basta desejar a paz e amaldiçoar a guerra, é preciso organizar aquela, tornando esta menos eficiente contra nós. Não há paz possível enquanto uns povos forem fortes e outros fracos... Para nós pode a questão ser de vida ou de morte».

No editorial do *Diário de Notícias* de 21 de Junho de 1979, escrito por quem se encontra em posição de ter especial sensibilidade quanto à defesa dum país arquipelágico como o nosso, pode ler-se: «A preo

cupação com a defesa é uma constante da história dos Açores e da Madeira, onde a necessidade de protecção contra ameaças externas surgiu sempre agravada pelas servidões do isolamento da insularidade... [Na I Grande Guerra] tanto o Funchal como Ponta Delgada foram alvo de bombardeamentos por submarinos alemães... Um vaso americano que se abastecia em Ponta Delgada assegurou a defesa da cidade, ripostando ao ataque do inimigo... A imprensa regional alertava para a 'insuficiência da defesa da ilha'; qualificou Ponta Delgada de 'cidade aberta e quase indefesa'; denunciou a 'grave falta de artilharia e munições no quartel de S. Brás'; aludiu à hipótese de subscrição pública para adquirir na América ou na Inglaterra 'as peças modernas de tiro' de que a população carecia. Em Lisboa, numa entrevista concedida a *A Capital*, o herói da Rotunda, Machado dos Santos, lamentaria que tivéssemos 'a defesa de S. Miguel confiada aos Americanos, a dos nossos transportes marítimos confiadas à Divina Providência, e a do porto de Lisboa e costa confiada aos peitos dos nossos bravos oficiais e marinheiros'».

Outubro de 1980.

## A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL E AS AMEAÇAS A PORTUGAL\*

---

O desfecho da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial deixou frente a frente os EUA e a URSS, que são as potências dominantes das ilhas com dimensões continentais a que chamaremos Norte-Americana e Euro-Asiática, respectivamente (ver Fig. 1).

A superpotência Norte-Americana é uma potência naturalmente marítima, e vem actuando como tal, procurando conservar o senhorio do mar para seu proveito e dos seus aliados, e para tentar conter a Potência Continental nos seus limites geográficos naturais, em conformidade com o pensamento do seu maior geoestrategista, que foi Mahan. A superpotência Euro-Asiática deu-se conta de que também ela pode tornar-se numa potência marítima, caminho esse que terá de trilhar-se, conforme preveniu o geógrafo inglês Mackinder, pretender criar um desafio sem precedentes à hegemonia mundial que a Potência Marítima tradicional tem secularmente exercido. Os EUA não têm tido fronteiras inseguras, nunca sofreram um ataque ao seu território, e as suas saídas para o mar são directas e desimpedidas com o único constrangimento do Canal do Panamá. A URSS tem sofrido severas invasões e, para ter acesso à extensíssima costa da imensa Ilha Euro-Asiática, tem de arrostar com a oposição de muitos países, ribeirinhos e outros (a qual tem sido naturalmente encorajada pela Potência Marítima), precisa de melhorar os acessos por terra à sua costa no Pacífico, e tem ainda que encontrar maneiras de poder navegar nos mares gelados do Norte durante todo o ano.

É assim que se tem assistido pelo lado dos EUA a uma estratégia de estreitamento de laços com países que circundam a URSS, de que são exemplos as alianças com os países da Europa Ocidental (a NATO) e com países do sudoeste e do sueste asiático, respectivamente a CENTO e a SEATO (já desactivadas), e ainda o acordo especial com o Japão e a aproximação com a China. Quanto à URSS, além da sua progressiva conversão em potência marítima através do

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 17, Janeiro-Março de 1981

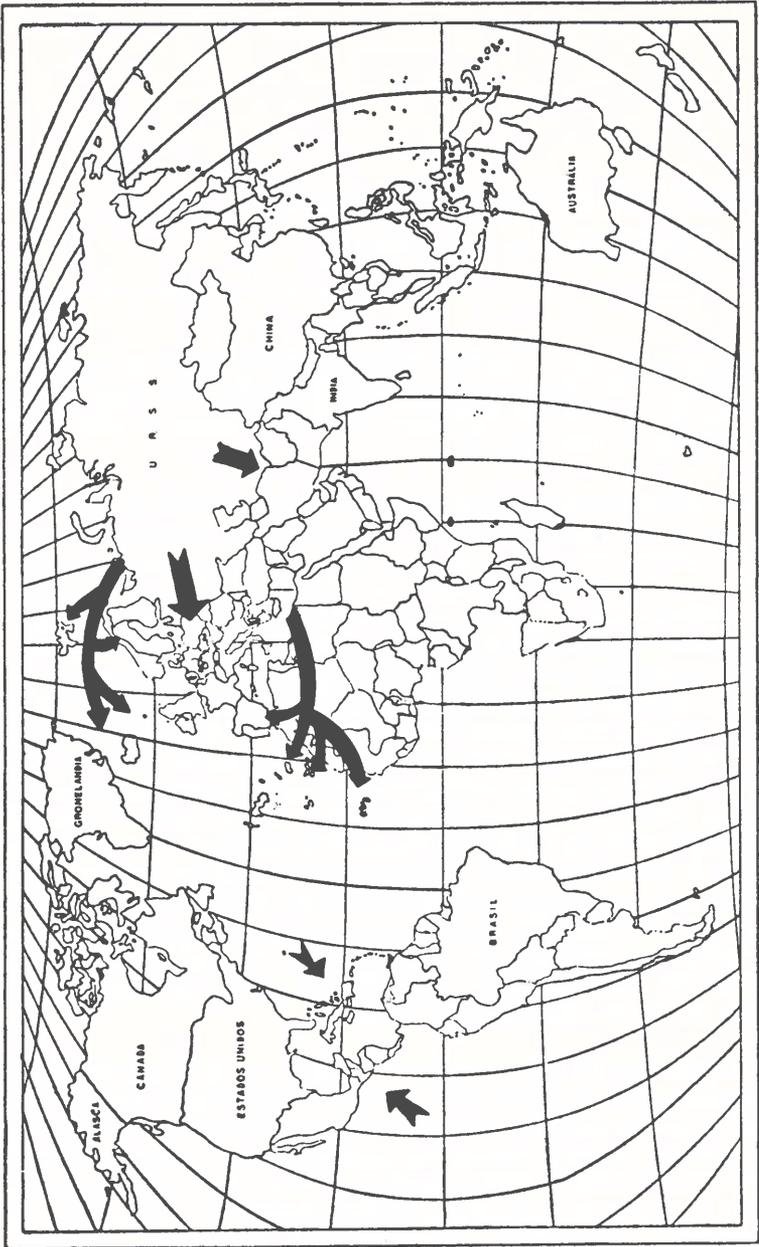


Figura 1

desenvolvimento de importantíssimas marinhas científica, de pesca, mercante e de guerra (política de que decorrerá inevitavelmente a criação de valiosos interesses marítimos, e o provável desenvolvimento duma autêntica mentalidade marítima), enveredou por uma estratégia de sistemático desmoronamento e penetração de áreas de tradicional influência e apoio da Potência Marítima na faixa periférica da Ilha Euro-Asiática, a que o célebre especialista norte-americano de relações internacionais Spikman chamou Rimland. Para tal, tem-se aproveitado com notório sentido de oportunidade da erupção de ressentimentos que o domínio ocidental de séculos ali semeou.

Do processo referido resultou um cenário de tensão e de conflito permanentes à escala mundial, em que praticamente todos os pontos-chaves do globo, na sua maioria tão bem conhecidos do nosso Afonso de Albuquerque, se encontram pelo menos em equilíbrio instável.

Acrescentaremos ainda que o objectivo estratégico primário da URSS, nesta fase, pode muito bem ser, como se tem visto frequentemente aventar, a desunião entre a Europa Ocidental e a ilha Norte-Americana, ou seja, o desmoronamento da Aliança que tem de fazer da solução de continuidade que é o Atlântico Norte o seu elo de ligação essencial.

Na perspectiva deste presumível objectivo da União Soviética, o que se está passando no Mundo tenta-nos a olhar para a estratégia seguida pela URSS como se se tratasse da condução duma partida de xadrez, um velho jogo de guerra lento, frio e calculista, que nos parece bem ao sabor do que se diz poder ser a mentalidade euro-asiática dos russos.

Como toda a gente sabe, um jogador de xadrez de categoria não espera ter de prolongar uma partida até ao xeque-mate propriamente dito, isto é, até à subjugação final do antagonista, uma vez que confia que ele acabe por tomar a iniciativa de abater o seu próprio rei quando se tornar evidente a inutilidade de continuar a resistir. Quer isto dizer que julgamos ser coerente, e por conseguinte possível, da parte dos russos, tudo fazerem para vencer a partida, ou seja, «finlandizar» a Europa Ocidental, sem chegarem à guerra directa com os norte-americanos. A ser assim, poderiam em primeiro lugar procurar criar uma situação em que os europeus ocidentais deixassem de acreditar, ou de querer acreditar, na praticabilidade do auxílio dos EUA, ou mesmo deixassem de o desejar, com receio de graves destruições que daí pudessem advir (filosofia que começa a ser conhecida por «Better Red Than Dead»). E, no caso de falharem estas linhas de acção, poderiam então os russos fazer por que tal auxílio se tornasse efectivamente impraticável. Apenas por erro de cálculo, precipitação ou acidente, julgamos por isso possível o despoletamento de uma situação conducente a uma guerra generalizada convencional (a qual é, por si só, susceptível de poder conduzir a uma guerra nuclear), ou o recurso extremo a uma guerra nuclear.

Sentimo-nos por conseguinte tentados a acreditar que os estrategistas de Moscovo poderão estar conduzindo de momento a sua partida usando da iniciativa que compete conservar a quem joga com as pedras brancas, mas procurando prudentemente manter o conflito na sua forma de confrontação indirecta com os de Washington, pelo menos enquanto tal lhes trazer vantagem, uma vez que esta modalidade será em princípio a menos susceptível de conduzir à catastrófica escalada nuclear.

A manobra em curso, que, conforme se sugeriu atrás, poderia efectivamente pretender eventualmente desligar a Europa Ocidental dos EUA, estaria assentando nas seguintes iniciativas ou jogadas principais (ver Fig. 1), as quais são cada vez mais nítidas:

- Fixar as atenções, as preocupações e os recursos militares principais do antagonista na Frente Leste do Continente Europeu, exibindo para isso uma ameaçadora superioridade em meios convencionais terrestres e aéreos (a qual foi ultimamente acrescida dos mísseis de teatro móveis multi-ogiva SS-20, e dos famosos aviões «BACKFIRE»), acompanhada de advertências e de ameaças, mais ou menos explícitas, aos países europeus mais expostos, sempre que a NATO pretenda instalar nos seus territórios armamentos que permitam restabelecer o equilíbrio de forças (caso das prontas reacções soviéticas à bomba de neutrões e aos mísseis de cruzeiro e «Pershing II»);
- Promover a incredulidade da opinião pública da Europa Ocidental quanto à existência de uma ameaça militar real da URSS, através duma ofensiva de cariz pacifista exercida sobretudo sobre as camadas mais jovens das populações;
- Favorecer um clima de falta de confiança na continuidade do aprovisionamento de hidrocarbonetos das regiões petrolíferas do sudoeste asiático, através do aproveitamento psicológico de ocorrências desestabilizadoras ali verificadas (como a revolução no Irão e a guerra entre este país e o Iraque) e pelo próprio avanço militar soviético no Afeganistão, e simultânea tentativa de criar aos países europeus ocidentais uma séria dependência energética relativamente à Sibéria, prometendo-lhes maior estabilidade no fornecimento daqueles produtos energéticos, em troca de auxílio tecnológico e financeiro de que muito necessita para a exploração dos recursos da Península de «Yamal» e para desbravar a Sibéria;
- Envolver a Europa Ocidental (e o próprio Atlântico Norte) por meio de subtil pressão sobre as ilhas do Mar de Barentz, através de progressão «por procuração» para o Atlântico pelo Norte de África (cujo objectivo final principal bem pode ser uma reviravolta em Marrocos a provocar pela acção corrosiva decorrente da luta travada por este país no Sara Ocidental, e o fomento

de agitação nas Canárias), e ainda pela tentativa de fixação das atenções e das preocupações principais dos EUA nas Caraíbas e na América Central (encorajando ali a instabilidade característica de um autêntico «Rimland» da ilha Norte-Americana).

No caso da URSS não conseguir a efectiva «finlandização» da Europa Ocidental, parece-nos lógico que, só então, pudesse vir a considerar um reforço da manobra indirecta de envolvimento do Velho Continente que tem em curso, por uma acção de força limitada, que visasse tornar extremamente problemático o socorro do Continente Norte-Americano à Europa Ocidental. Tal acção de reforço poderia justificar-se, dado que o socorro é realmente tão importante, que foi efectivamente ele o factor decisivo da vitória dos Aliados nas duas últimas Guerras Mundiais. E, acentue-se, esse socorro só foi viável após ter sido possível assegurar o senhorio aeronaval do Atlântico Norte, para o que a utilização dos Açores foi também decisiva.

Tal hipotética acção de força limitada poderia resultar melhor, quanto a eficácia e a menor risco de escalada, se fosse tentada de surpresa, por meio da ocupação por assalto vertical e/ou anfíbio de territórios e de ilhas cuja posse é indispensável para assegurar o senhorio do Atlântico Norte (costa norte da Noruega, ilhas do Mar de Barentz, Islândia, Gronelândia, Açores, Madeira). Essa acção poderia limitar-se tão-somente à neutralização prévia daquelas mesmas posições por meio de bombardeamento de surpresa de pontos de apoio e de meios de comando e de controle nelas existentes (utilizando, por exemplo, aviões «Backfire» baseados em terra, aviões oriundos de navios porta-aéreos e mísseis de submarinos nucleares lança-mísseis balísticos e/ou de cruzeiro com ogivas nucleares miniaturizadas), a que poderia seguir-se a sua interdição contínua por meio do exercício de suficiente superioridade aérea com recurso, por exemplo, a aviões baseados no litoral da Noruega e no Norte de África. A capacidade militar soviética em meios aéreos, em meios navais de superfície e em submarinos, e em meios de assalto anfíbio e/ou vertical, torna materialmente viável a linha de acção sugerida. Esta hipótese, aliás, parece não ser irrealista nem escapar aos estrategistas da NATO, a ajuizar pelos exercícios que têm sido executados com regularidade para treinar o rápido socorro à Noruega, pela corrente britânica que entende ser preferível retirar as suas forças da Alemanha Ocidental para com elas constituir um corpo de intervenção para actuar nas ilhas situadas entre a Gronelândia e o Reino Unido e na Noruega, e pelas afirmações de responsáveis do SACLANT quanto à «absoluta necessidade» de se tomarem medidas de antecipação a ataques soviéticos de surpresa às Ilhas Atlânticas no eventual dealbar de uma guerra.

Os soviéticos não ignorarão que, para dissuadir um adversário de reagir a uma acção de força, se torna indispensável estar apto a

combater no patamar seguinte de violência. Este poderá ser um dos significados do esforço feito pela URSS para atingir a paridade nuclear com os EUA. E isto porque tal paridade será porventura suficiente para assegurar a Moscovo a manietação nuclear dos EUA, dado que a URSS goza de algumas vantagens relativamente ao seu opositor, nomeadamente de ordem geográfica, que lhe permitem esperar ter algum sucesso numa eventual guerra nuclear entre ambos. A questão é que a maior extensão territorial da URSS, e a distância dos seus centros vitais à orla marítima, tornam-lhe possível e aliciante proceder a uma mais eficaz dispersão de alvos e à instalação de razoável defesa antimíssil em profundidade com radares e mísseis antimísseis. Outra vantagem da URSS reside no facto de ter desenvolvido entretanto uma enorme rede de defesa civil, factor que os norte-americanos parecem ter descurado bastante mais. Tal superioridade tem permitido especulações como a de que uma guerra nuclear entre as superpotências poderia provocar nos EUA uns 100 milhões de mortos, enquanto na URSS «apenas» uns dez milhões, isto no caso de a iniciativa de ataque pertencer à URSS. A paridade nuclear pode assim, apesar da aparência em contrário, não ser suficiente para evitar que a URSS se arrisque a tirar partido da sua considerável superioridade em armamento convencional, pelo menos para ir atingindo objectivos políticos.

Entretanto, e não apenas para amenizar, é forçoso reconhecer-se que as partidas de xadrez podem afinal terminar num empate, o que não será de pôr totalmente de parte quanto a esta «Terceira Guerra Mundial». De facto, não será de todo impossível chegar-se a um ponto em que as reacções cada vez maiores que a política da URSS vem provocando no exterior (exemplo da aproximação da China com os EUA e com o Japão, do despertar de países da Europa Ocidental como a França e a Alemanha, e principalmente do verificado nos EUA), bem como as possíveis dificuldades de ordem interna (não apenas em Estados-tampão do Rimland» euro-asiático, como está acontecendo na Polónia e no Afeganistão, mas mesmo na própria frente interna soviética) poderão via a aconselhar ou mesmo a impor um novo estado de equilíbrio mundial que evite a tragédia da escalada nuclear, dando eventualmente lugar a uma «Détente» mais aceitável do que a que está a ser agora posta em causa.

Seria extremamente curioso se tal «Détente» viesse afinal a assentar num novo «Tordesilhas» multifacetado, mais ou menos «decalcado» dos conceitos pan-regionais dos geopolíticos da antiga e desacreditada escola alemã (ver Fig. 2), onde os múltiplos diálogos Norte-Sul actuais decorrentes das complementaridades realmente existentes pudessem ter uma expressão mais em sintonia com a polarização de poderes mundiais que se encontra em desenvolvimento. De facto, quem poderá afirmar com segurança ser impossível que, da «guerra» actualmente em curso, não venha realmente a resultar uma divisão do mundo entre mais de duas superpotências, e quer dê corpo, por exemplo, à tese da América para os americanos, à aproximação da CEE ao Norte de

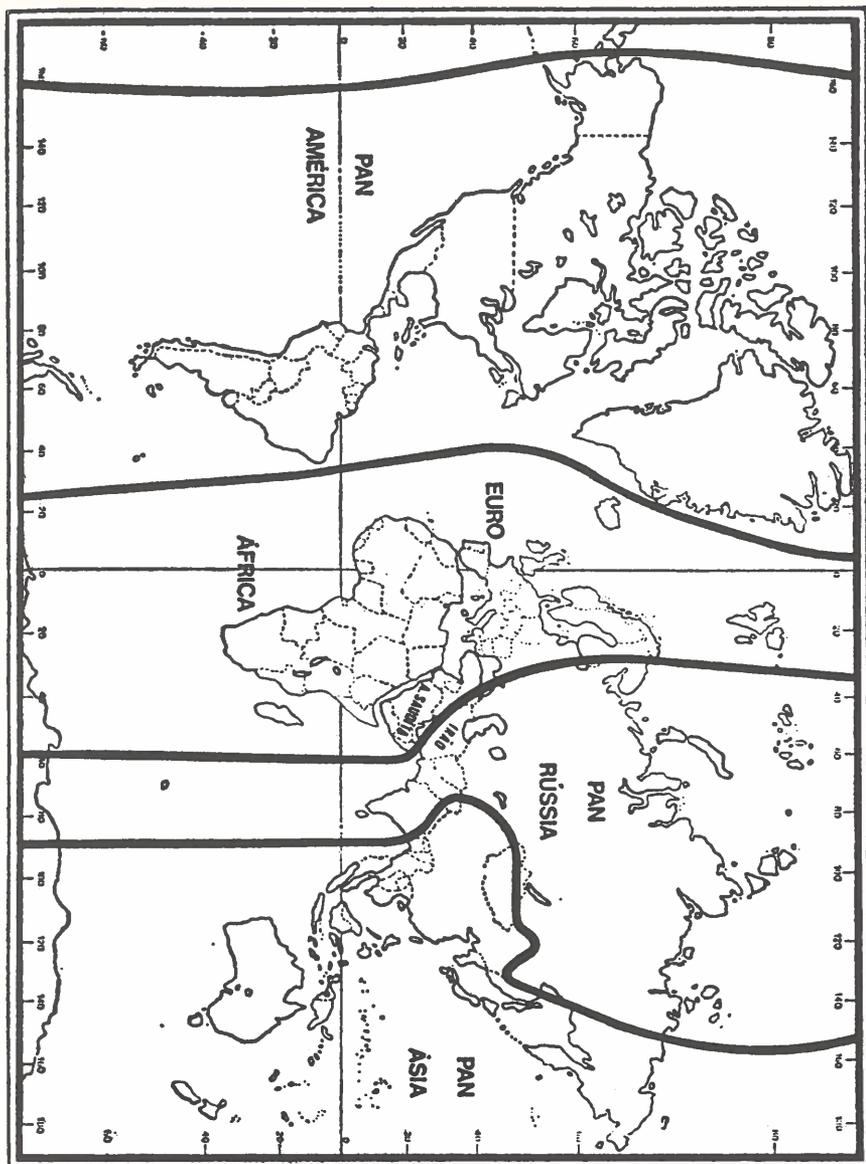


Figura 2

África, à África Negra e ao Médio Oriente (que tem vindo a ser intensificada através das Convenções de Lomé), às históricas pretensões atribuídas aos czares de acesso aos mares quentes (que coincidem com a predição de Mahan quanto a uma futura progressão russa para o Índico através do Afeganistão e da Pérsia, de que pode resultar a «partilha» da Região do Golfo entre o Leste e o Ocidente), e à aproximação já em curso do Japão à China e ao Sueste Asiático?

Mas, regressando à hipótese de guerra, para nos irmos aproximando da questão das ameaças a Portugal, importa desde logo ter presente que o Atlântico Norte é realmente um oceano decisivo para o Conflito Leste-Oeste. E isto é assim porque é através dele que pode materializar-se a compensação de potencial geoestratégico de que a Europa Ocidental precisa por enquanto para fazer face à pressão da União Soviética. E porque aos norte-americanos também interessa, como Potência Marítima, e para a sua própria defesa em profundidade, conter o mesmo antagonista, o Atlântico Norte representa efectivamente um elo indispensável para a solidariedade da Comunidade Atlântica e para a sobrevivência desta. É esta uma das razões principais por que a estratégia do Ocidente relativamente ao Atlântico Norte tem de ser uma Estratégia de Utilização, e a do Bloco Leste, seu opositor, deve ser, em princípio, uma Estratégia de Interdição.

Temos para nós que, nos responsáveis pelo Ocidente, existe a convicção de que os atractivos do seu sistema económico, social e político são mais do que suficientes para conter os projectos expansionistas do seu antagonista. Estamos igualmente convencidos de que eles não ignorarão, no entanto, que este antagonista é ainda uma superpotência apenas no domínio militar, pelo que, logicamente, terá propensão a tirar partido desse trunfo para prosseguir na tentativa de consecução dos seus conhecidos objectivos políticos. É por isso que se impõe à Aliança Atlântica a adopção de uma estratégia que, sem se afastar da filosofia defensiva que os seus membros preferem, seja realmente capaz de o demover do recurso à força, aberto ou encapotado. Desde que, para dissuadir um antagonista de enveredar pela violência, se torna necessário convencê-lo de que encontrará réplica implicando consequências inaceitáveis, então a Aliança Atlântica terá de demonstrar encontrar-se efectivamente preparada e disposta a enfrentá-lo militarmente em diversos patamares.

Assim, parece que os EUA, e os países europeus ocidentais mais interessados e/ou envolvidos, deverão procurar remediar quanto antes o problema da sua actual inferioridade nuclear (casos da referida falsa paridade EUA-URSS e dos vectores nucleares de teatro voltados para a Europa Ocidental). Note-se que, no domínio da estratégia nuclear, a vigilância dos movimentos dos submarinos lança-mísseis balísticos do antagonista, e a protecção dos próprios (que são vulneráveis a ataques de submarinos «caçadores» e de meios aéreos anti-submarinos embarcados e baseados em terra) assume extraordinária importância. Não

admira, por conseguinte, que os EUA atribuam tão grande valor às ilhas atlânticas da Islândia e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, como pontos de apoio para sistemas de vigilância e de protecção.

Uma guerra generalizada convencional, ao estilo das ocorridas em 1914-18 e em 1939-45, é outra eventualidade para a qual a NATO deve demonstrar estar preparada, se quiser evitar a sua repetição e o risco de escalada nuclear que ela comporta. Naquelas duas guerras ficou amplamente demonstrado que a defesa militar da Europa tem duas componentes, a europeia propriamente dita, e a atlântica. Nelas ficou ainda claramente evidenciado, e isso é cristalinamente reconhecido por todos os aliados europeus nos seus Livros Brancos de Defesa, que a componente atlântica da defesa da Europa é vital pois, sem o socorro que lhes possa vir do Continente Norte-Americano através do Atlântico Norte, os aliados europeus não poderão resistir a uma invasão do Leste. Aqui reside outra das razões por que o Território Nacional (Continente e Arquipélagos) e a Islândia têm uma importância extraordinária para a NATO, dado que a utilização do Atlântico Norte é vital para as suas eficácia e credibilidade, e as rotas marítimas e aéreas de socorro não podem dispensar o apoio das suas bases (ver Fig. 3).

Conforme se referiu atrás, a superpotência Euro-Asiática, reconhecendo a importância vital do socorro norte-americano no esquema de defesa da Europa Ocidental, pode, em teoria, ser tentada a interditar de surpresa os pilares físicos em que assenta a solidariedade atlântica, ou seja, as bases aeronavais da Islândia e do Território português (Continente e Ilhas). Para tal, como se referiu atrás, poderá optar por assalto vertical (para o que dispõe de capacidade, conforme demonstrou recentemente nas movimentações de aerotransporte na Etiópia e no Afeganistão), ou por bombardeamento a partir do sector do mar, quer por meio de submarinos lança-mísseis (tácticos, de cruzeiro, ou até balísticos), quer por meio de aviões embarcados e/ou baseados em terra (os «Backfire» da sua poderosa Aviação Naval). Note-se desde já que, contra o Continente português, o arco de aproximação para ataque a partir do mar é incomparavelmente mais aberto e desimpedido do que o «funil» terrestre constituído pela Espanha e pela Europa (ver Fig. 1), através do qual, inclusivamente, a surpresa e a própria consumação dos ataques são muito mais problemáticas. Por outro lado, acontece ainda que os alvos com maior valor estratégico no território português no âmbito do Conflito Leste-Oeste — complexos portuários e aeroportuários — se encontram na orla marítima, e que a tradicional Potência Continental tem hoje ampla capacidade para actuar também como Potência Marítima. Acresce ainda ser muito menos detectável e, por conseguinte, política e militarmente menos arriscado, dispor com antecedência submarinos, navios e aviões em posição de ataque, do que meios de actuação sobre a terra.

Outro tipo de manobra que pode ser tentada pela superpotência Euro-Asiática para a consecução do tal objectivo prioritário de separação dos aliados europeus-ocidentais dos norte-americanos, consiste no

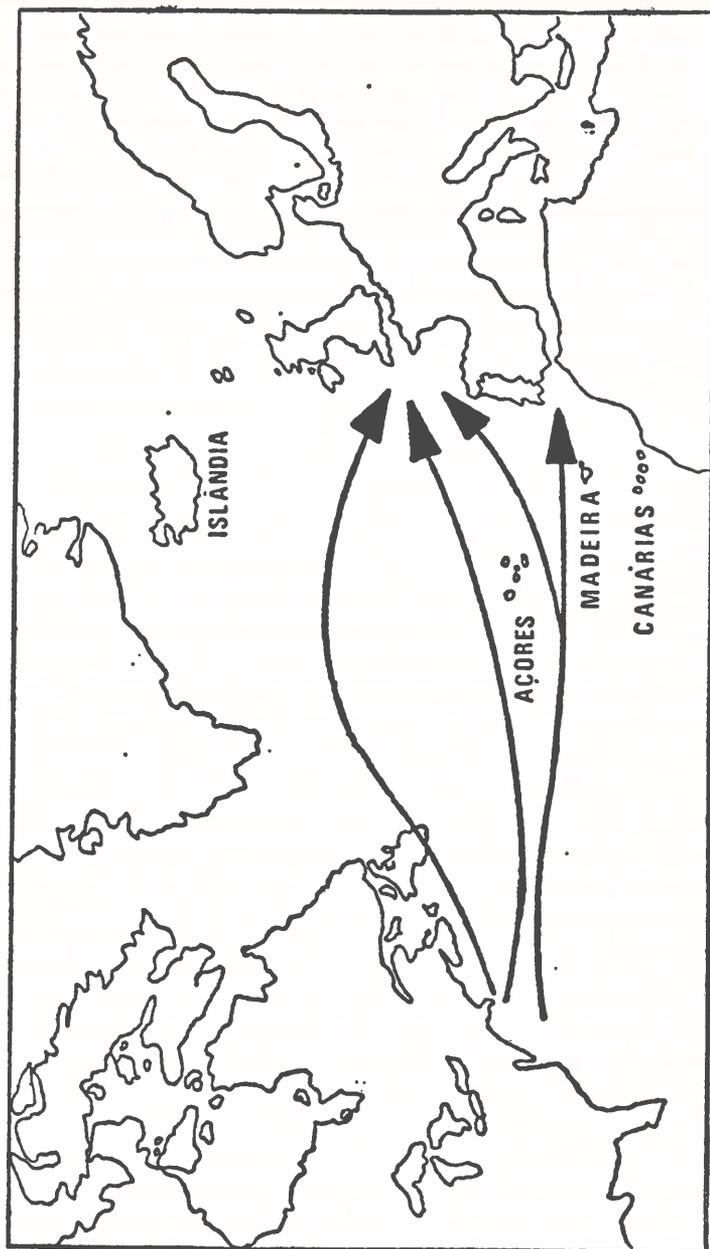


Figura 3

recurso a forças actuando «por procuração», como pode ser o que estará acontecendo com a ligação Argélia-Líbia-Mauritânia-Polisário. Esta manobra, a ter e a conseguir os objectivos que referimos atrás, será susceptível de pôr em perigo as comunicações marítimas de que a Europa é altamente dependente — no Estreito de Gibraltar e ao longo da costa atlântica do noroeste africano — e pode criar uma ameaça aos próprios arquipélagos de Cabo Verde, Canárias e Madeira. Para responder a esta manobra, parece-nos que se imporia, para além de outras eventuais medidas, prestar a maior atenção à evolução interna em Marrocos, e acelerar o ingresso da Espanha na NATO. Quanto a este ingresso, as posições geográficas do país vizinho, mormente o Eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, a expressão geográfica do seu território, e o seu já considerável poderio aeronaval e anfíbio, parecem-nos indispensáveis para completar os contributos italiano e francês para a segurança do flanco mediterrânico da Europa. A importância deste flanco pode talvez aferir-se melhor pela decisão sem precedentes da França, executada já há alguns anos, de transferir os seus dois porta-aviões de Brest, na Bretanha, para Toulon, no Mediterrâneo.

Parece assim que a caracterização territorial dos países ibéricos, e o cenário que consideramos mais provável para a 3.<sup>a</sup> Guerra Mundial em curso, apontam para tarefas diferenciadas de Portugal e da Espanha no âmbito da NATO. Foi certamente devido a essa diferenciação que: nas duas últimas guerras, as poucas posições atlânticas espanholas (Ferrol no norte, e Cádiz no sul) não foram necessárias para os êxitos dos aliados na Batalha do Atlântico e ao socorro norte-americano à Europa; que os aliados não puderam prescindir dos Açores naquelas mesmas duas guerras; que a NATO entendeu ser indispensável desde logo a integração de Portugal, e não a da Espanha; e que todo o território português (Continente e Arquipélagos) tivesse sido inserido no Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) e não no da Europa (SACEUR). Tudo isto não será afinal senão o reconhecimento da justiça da tradicional política atlântica portuguesa, de que o lugar de Portugal é na componente atlântica da defesa da Europa, e de que o ingresso da Espanha na Aliança se justifica principalmente pelas preocupações decorrentes da evolução da situação no flanco sul da Europa e pela conveniência de alargar os limites geográficos da NATO mais para sul (Canárias).

Mas não é apenas por conveniência da NATO que Portugal deverá permanecer vinculado à componente atlântica da defesa da Europa Ocidental, e ao SACLANT. Esta política, que parecerá à primeira vista em oposição com a opção nacional pela CEE, não o está realmente, pois não só a Europa ainda não atingiu o estágio político que lhe permita começar a encarar a sua Defesa Comum, como ainda, conforme advertiu Mackinder, não poderá de qualquer modo dispensar a solidariedade atlântica, para poder contrabalançar a considerável pressão centrífuga da Potência Continental. Mas o caso é que a nós, portugueses, não nos é sequer lícito esquecer que o que nos distingue por exemplo do País

Basco é a atlanticidade do território continental e o seu prolongamento arquipelágico. Também não nos será lícito esquecer que, a deixarmos eventualmente ligar o Continente ao SACEUR, poderá dar-se um passo no sentido de comprometer o nosso objectivo histórico fundamental de sobrevivência — a coesão interterritorial. É que a nós importa sobretudo não deixar repartir o território nacional por dois comandos supremos aliados. Por isso, uma vez que os arquipélagos tenderão obviamente a permanecer no SACLANT, e uma eventual inserção do Continente no SACEUR poderia implicar inclusivamente uma qualquer subordinação de cariz militar à Espanha, só nos interessa mantermo-nos no SACLANT se não quisermos ser nós próprios a contribuir para que a linha de separação entre a Pan-América e a Euro-África (ver Fig. 2) passe um dia entre os arquipélagos e a Europa, o que constituiria afinal um mau serviço às causas nacional, ibérica e europeia. Concomitantemente com a política de coesão interterritorial, há ainda que adoptar uma filosofia de defesa militar adequada a este objectivo, a qual, para ser ainda exequível e aceitável, deverá servir em primeiro lugar o interesse nacional, mas sem deixar de ser também conveniente para a Aliança Atlântica. No mínimo, conforme sugerimos em artigo publicado no n.º 15 desta Revista, subordinado ao título «Contribuição para uma Filosofia de Defesa Militar Portuguesa»\*, tal política, que deverá ser arquipelágica, terá de garantir com meios próprios (com a ajuda material aliada onde necessário) a defesa dos complexos portuários e aeroportuários vitais e a das suas aproximações terrestres (caso do Continente), aéreas e marítimas, prever mobilidade interterritorial, e considerar capacidade de actuação aeronaval que permita, além do exercício de presença na vasta ZEE, ir satisfazendo simultaneamente as necessidades de vigilância e de presença do COMIBERLANT, e mesmo a defesa das comunicações marítimas nacionais e aliadas em caso de crise grave, ou nos primeiros dias duma eventual conflagração convencional generalizada.

Deve concluir-se do cenário que temos vindo a esboçar que dificilmente o Território Nacional deva ser considerado apenas, ou mesmo principalmente, como retaguarda, ou como cais de desembarque na Europa, pois, como acentuámos, pode muito bem acontecer que, na estratégia da superpotência Euro-Asiática — que agora também tem capacidade para utilizar o mar — as nossas posições estejam afinal na primeira linha. Por outro lado, acontece ainda que, nas duas últimas guerras mundiais, os cais da Europa foram realmente a França e a Itália, certamente porque, entre outras coisas, a Península é muito excêntrica relativamente ao Continente europeu (ver Figs. 1 e 3). Mesmo em termos comerciais, os transportes marítimos tenderão a continuar a dirigir-se preferencialmente ao coração da Europa, pois além das motivações

---

\* Incluído neste volume, p. 7.

óbvias de ordem geográfica (ver Fig. 1), o frete marítimo é cerca de dez vezes mais barato do que o ferroviário. A propósito, parece que, no nosso país, a correcta preocupação recente de não mais se voltar absurdamente as costas à Espanha, estaria a dar lugar a uma situação ainda mais absurda e perigosa de as voltar ao mar, a ajuizar pelos factos de a nossa Marinha Mercante não estar satisfazendo sequer 15% das necessidades dos nossos transportes marítimos (mais de 90% das importações e mais de 80% das exportações portuguesas utilizam a via marítima) e de começar a emergir a ideia de que a Marinha Mercante já não é um factor de independência nacional. Isto, num país que, até para garantir a coesão interterritorial, não pode dispensar a utilização do mar com meios autónomos, e que se encontra integrado numa aliança que necessita como pão para a boca de muitos navios mercantes para o vital socorro norte-americano à Europa em caso de ataque do Leste.

Por continuar a dizer-se em Portugal que não há agora mais ameaças ao nosso país, e daí se preconizar a redução das despesas com as Forças Armadas, para além do que dissemos relacionado com a necessidade de se defender a identidade e a coesão nacional nos planos ibérico, europeu e da NATO, lembraríamos mais uma vez o drama pungente do Líbano. Como acontece com Portugal, este pequeno país situa-se numa região de grande apetência das superpotências, cujas interferências provocam divisões e instabilidade crónica, e onde nem sequer os conflitos surgidos têm necessariamente origem espontânea. A fragilidade das suas Forças Armadas explica o resto do drama de se ver hoje ocupado por vários tipos de forças estrangeiras, que ali travam uma guerra que já nem sequer é claramente nacional. Será realmente que os Exércitos, que não se podem improvisar quando surge a necessidade de a eles se recorrer, constituem uma mera despesa? Ou, pela consideração e respeito que impõem a outros países, e pela confiança interna que inspirem, não serão também um investimento conveniente ao próprio progresso económico?

Ainda porque na Europa parece começar agora a acreditar-se menos em ameaças do Leste, lembraríamos aqui o aviso solene do dissidente soviético Soljenitzyne ao Ocidente, a propósito de divisões de opinião que se verificam em países europeus — «o que vos ameaça sois vós mesmos», e lembraríamos ainda o conceito de Lênine — «a arte superior da guerra consiste em vencer um adversário sem combate».

Afigura-se-nos que, para podermos desenvolver uma filosofia de Segurança Nacional que responda às ameaças do tipo que a Terceira Guerra Mundial produz, que seja consequente, cujas linhas mestras tenham necessariamente boas possibilidades de resistir às normais alternâncias democráticas de Governo, e que reforce o nosso prestígio e a nossa autonomia, nos estará faltando, não apenas uma Lei da Defesa Nacional, mas também, e muito principalmente: a possibilidade de se

poder efectivamente viabilizar o indispensável caldeamento de conhecimentos, de experiências e de sensibilidades entre os mais representativos valores da vida política e da vida militar (dos três ramos); a introdução com brevidade de estudos de Defesa no ensino universitário, nomeadamente em cursos de jornalismo; e a existência de departamentos de Informações Estratégicas (que, dedicando-se a análises que visam a tomada de opções a alto nível político-estratégico, não devem ser confundidos com os departamentos de Informações de natureza operacional e de natureza policial).

Finalmente julgamos ainda que a ameaça decorrente duma grave crise, como é a «Terceira Guerra Mundial», sendo de natureza global, tende a confundir cada vez mais os problemas de Segurança com os da Política Geral, pelo que se impõe Defesa Global, isto é, Defesa a todos os níveis efectivamente coordenada e dirigida. É por isso que, por exemplo nos EUA — onde o Departamento da Defesa se tem preocupado principalmente com as Forças Armadas — o Chefe do Executivo costuma ser o responsável directo pela gestão da Segurança, para o que é normalmente assessorado por um Conselho de Segurança Nacional apoiado num Gabinete de especialistas e nos departamentos de Informações Estratégicas existentes.

Para terminar, diremos que nos parece ser o rearmamento dos países aliados infelizmente necessário para se alcançar uma paridade efectivamente susceptível de dissuadir uma escalada incontrolável de violência e de permitir ao Ocidente a firmeza de atitudes que torne desejável uma «détente» autêntica. Esta afirmação obriga-nos contudo a relembrar uma frase do segundo Presidente dos EUA, John Adams, numa carta dirigida a sua mulher, a qual foi citada pelo Brigadeiro Rocha Simões na Lição Inaugural de um dos Cursos de Defesa Nacional do IDN — «Eu tenho de estudar a Política e a Guerra, para que os meus filhos possam vir a ter a liberdade de estudar Matemática, Filosofia, Geografia, História Natural, Navegação, Comércio e Agricultura; por forma a que os seus filhos possam vir a estudar Pintura, Poesia, Música, Arquitectura, Estatuária, Tapeçaria e Porcelana». Para sermos coerentes, resta-nos lamentar que ainda hoje nos tenhamos de preocupar em preparar a guerra para assegurar a paz.

Quanto ao papel a desempenhar por Portugal no esquema de defesa militar da Aliança Atlântica, duas ou três observações ainda. O empenhamento de meios militares portugueses na componente atlântica de defesa europeia tem a virtude indesmentível de procurar reduzir o vazio militar que temos mantido na nossa área terrestre marítima e aérea doméstica, e de evitar que outros o tenham de fazer por nós, dada a sua importância geoestratégica, o que tende a preservar a coesão interterritorial e a independência nacional; por outro lado qualquer empenhamento orgânico na componente continental de defesa europeia, para além de ter de ser mínimo e, por isso mesmo

platónico e dispensável, contribuiria para diminuir a nossa já insuficiente capacidade para preencher o vazio doméstico, e para aceitar submissões desnecessárias e inconvenientes a comandos estrangeiros, tudo concorrendo afinal para diminuir os nossos graus de liberdade de manobra no seio da própria NATO.

Abril de 1981

## CONTRIBUIÇÃO PARA UM PENSAMENTO GEOESTRATÉGICO PORTUGUÊS\*

---

A segurança nacional, que deve comportar, entre outros factores, preocupações com a soberania, integridade territorial, coesão, independência e sobrevivência nacional, impõe a todos os portugueses, e mormente aos que mais têm de intervir na governação e na formação da opinião pública, e também aos militares, uma consciencialização adequada acerca do que o nosso país é realmente no contexto ibérico, europeu e mundial, e que antagonismos o ameaçam. A segurança nacional exige ainda dos portugueses a adopção de uma atitude de permanente reserva crítica quanto a preconceitos, ideias feitas e propostas simplistas intelectualmente aliciantes, as quais devem ser sempre analisadas contra o pano de fundo de algumas realidades fundamentais, principalmente das que estão menos sujeitas à erosão dos tempos, como sejam as de natureza geoestratégica.

Embora correndo o risco de voltar a recorrer a ideias já expressadas em trabalhos precedentes, julga-se mesmo assim muito conveniente, face à planeada entrada de Portugal para a CEE e ao presumível ingresso da Espanha na NATO, relembrar que Portugal não é, em termos geográficos, um país europeu como qualquer outro, nem um membro europeu da Aliança Atlântica como outro qualquer. Tal decorre, desde logo, do facto de o Continente se encontrar emparedado entre a Espanha e o Oceano Atlântico no extremo ocidental da Península Ibérica, a qual é por sua vez consideravelmente excêntrica em relação à «verdadeira» Europa e dela se encontra separada pela garganta dos Pirinéus. Isto explica porque Portugal tem dificuldades e receios que outros países europeus não têm necessidade de sentir. Que a posição geográfica de Portugal constitui um caso particular na Europa, atesta-o ainda o facto de o território nacional ser a única parcela do Velho Continente que se encontra inserida num comando NATO atlântico, o Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) com sede nos EUA. Isto decorre certamente, de entre outras coisas, do facto de as posições portuguesas apresentarem natural vocação para integração preferencial

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 18, Abril-Junho de 1981

na componente atlântica da defesa europeia, pela razão de, através delas, se poder proporcionar conveniente apoio a operações de controle das rotas marítimas mais importantes para o abastecimento da Europa e das rotas marítimas e aéreas de reabastecimento e de socorro a este Continente a partir da América do Norte. Este facto, por outro lado, atesta ainda a justeza da secular política atlântica nacional e da aliança tradicional com a Potência Marítima.

Portugal, vários séculos antes de se verificar a unificação da Espanha, construiu a viabilidade da sua sobrevivência como país independente, conquistando aos mouros — que entretanto se mantiveram na Península até à data daquela unificação — a faixa litoral que dá hoje ao País a sua feição marcadamente atlântica. Foi esta faixa que lhe permitiu mais tarde concitar acréscimo de potencial estratégico (para compensar o aumento do continental que a Espanha ia conseguindo à custa de alianças com países continentais ou da ocupação destes) através de uma política atlântica baseada em alianças com países marítimos, e de descobertas, povoamentos e ocupações de novas terras exteriores à Europa. Estes factos não têm semelhança alguma com o que por vezes se encontra em escritos publicados por espanhóis, em que parece pretender-se «pôr no mesmo saco» Portugal e Gibraltar, como sendo ambos obra de ingleses para enfraquecer a capacidade de manobra externa da Espanha. Não deve por conseguinte constituir surpresa que portugueses tenham considerado com alguma reserva recentes sugestões de distintas individualidades da vida política espanhola respeitantes à inserção da Espanha também no SACLANT e à criação de um comando militar unificado para a Península Ibérica. Isto verifica-se possivelmente por recearem que essas propostas possam encobrir uma hipótese de aproveitamento da oportunidade do ingresso na NATO para impor a concepção da Península como uma unidade geoestratégica, de cuja aceitação poderia decorrer a utilização de importantes porções do espaço marítimo e aéreo português pelo poder militar espanhol, com conseqüente aumento da influência externa do país vizinho, contra o enfraquecimento da portuguesa, inclusivamente no âmbito da Aliança Atlântica. A propósito, parece oportuno chamar-se a atenção para o facto de as unidades físicas, como a Europa, ou a Península Ibérica, só serem unidades geoestratégicas ou geopolíticas se os povos que as ocupam o quiserem — a História da sobrevivência de Portugal constitui um exemplo vivo da aplicação desta tese. Doutra forma, como explicar, por exemplo, o manto de retalhos característico da Península Balcânica, onde hoje coexistem a amálgama neutralista jugoslava, a auto-isolada Albânia, a «europeia» Grécia, a Bulgária «do Leste» e a parte da Turquia «do Ocidente»? E o que se passa com os países escandinavos, cada um com a sua opção distinta? Espera-se que a reacção espontânea, pronta e praticamente unânime dos diversos sectores políticos portugueses às supracitadas sugestões de algumas personalidades espanholas, possa vir a contribuir para corrigir interpretações unilaterais que poderiam vir a revelar-se incon-

enientes para a harmonia que se deseja na Península no quadro da NATO, onde vulnerabilidades desta natureza não deixariam de ser exploradas por sectores a quem convier eventualmente apresentar a Aliança como hostil aos interesses de Portugal.

Outra realidade que convirá certamente estar presente no espírito dos portugueses é que o território nacional — Continente e Ilhas — pelo facto de nas suas águas patrimoniais se cruzarem rotas marítimas vitais para a segurança da Europa (segurança essa que é vulnerável no seu próprio teatro e noutros de que ela depende vitalmente) dispõe de potencialidades geoestratégicas que tendem a ainda atrair as atenções de importantes potências estranhas à região, devido às naturais preocupações que elas têm com a utilização que lhes for dada. Daí que esta realidade deva estar sempre presente na análise fria das atitudes dessas potências para com Portugal, bem como, inclusivamente, nas opções nacionais em matéria de política externa. Realmente, os equilíbrios ibérico, europeu, ocidental e mundial não são totalmente indiferentes à utilização que for dada às posições portuguesas. Outro elemento também a reter é que Portugal, dispondo de Poder Material (Económico, Científico, Tecnológico e Militar) ainda inadequado para corresponder à garantia de uma soberania suficiente e digna face às ingerências que as potencialidades geoestratégicas do seu território atraem, terá que imaginar maneira de compensar ou de, pelo menos, minorar os efeitos negativos dessa vulnerabilidade. Tal impõe, por exemplo, o recurso ao desenvolvimento do Poder Anímico ou Moral do País — o qual constitui uma componente essencial do Poder Nacional ou Força Total do País — o que implica certamente, entre outras coisas, esforço permanente e atento para salvaguardar valores culturais e espirituais, aprofundamento e intensa difusão das realidades nacionais, e a criação dum projecto nacional que tenha estas na devida consideração, por forma a reforçar a coesão interterritorial e a obter a participação entusiástica de todos nas preocupações e nas tarefas de segurança nacional. Convirá ainda não esquecer que se torna imprescindível uma atitude adequada, se bem que elegante, atitude constante de vigilância. Por exemplo, a presença de Portugal na NATO, embora constituindo uma opção naturalmente lógica em termos de segurança nacional e ocidental, não deve apesar disso deixar de merecer uma constante preocupação quanto à natureza de certo modo globalista da filosofia da Aliança, para evitar que possam vir a ser feridos interesses portugueses eventualmente menos conhecidos, ou por outros considerados pouco importantes. Seria o caso presumível de a Aliança poder um dia decidir entender como satisfatório preencher o vazio aeronaval português na Região Ibero-Atlântica com meios espanhóis, em vez de promover um mais salutar equilíbrio entre os dois países neste domínio, quer auxiliando mais eficazmente o reequipamento militar português, quer reequacionando a ajuda militar externa aos dois países, a qual, pelo desequilíbrio de que actualmente se reveste, tende a aumentar constantemente o fosso já existente.

Entre as realidades que não podem ser minimizadas, encontra-se indubitavelmente o facto de ser a atlanticidade do território nacional, decorrente da posição periférica do Continente, reforçada pela projecção atlântica das Ilhas, que o diferenciam decisivamente de qualquer outra região da Península, e da própria Espanha, cuja orientação geográfica é predominantemente mediterrânica. Daí que decorra a possibilidade de se decompor a vocação geoestratégica global da região íbero-atlântica em duas vocações distintas complementares, a atlântica (primordialmente portuguesa) e a afro-mediterrânica (primordialmente espanhola). Tal possibilidade, principalmente em termos da actual confrontação indirecta entre os dois grandes Blocos, torna perfeitamente dispensável para a segurança da Europa o recurso a fórmulas como a do comando unificado ibérico, que apresentaria para já problemas políticos e psicológicos susceptíveis de criar desnecessariamente uma séria vulnerabilidade no seio da Aliança. Por tudo isto, torna-se extremamente importante adoptar a coesão interterritorial como objectivo nacional fundamental, com a assunção plena e consciente das consequências que daí decorrem, designadamente no domínio do aprofundamento e do aperfeiçoamento dos laços económicos, culturais e de defesa entre as três parcelas do território nacional. Em conformidade, por exemplo: os transportes e as comunicações interterritoriais e interilhas deveriam ser inteiramente autónomos e adequados aos fluxos de pessoas e de mercadorias, e o seu estatuto deveria ser especialíssimo, para se assegurar o seu funcionamento ininterrupto; não deveria ser necessário que jovens portugueses das Ilhas e do Continente tenham de procurar por vezes fora do seu país a formação cultural e técnica com o nível e com o custo a que têm direito a aspirar; a defesa militar do País deveria ser global em termos interterritoriais, ser autenticamente participada por todas as «regiões», e estar o menos possível confiada a estrangeiros, mesmo no âmbito da NATO. Tudo isto tem como objectivo sugerir que Portugal deveria assumir-se o mais que fosse possível como o «quase-arquipélago» que realmente é (as trocas comerciais portuguesas com o exterior são primordialmente feitas por mar — mais de 90% das importações e mais de 80% das exportações — o que reforça a perspectiva «quase-arquipelágica» do país), o que implicaria o desenvolvimento de mentalidade e de filosofia a condizer. E tal mentalidade e filosofia não se tornam apenas indispensáveis para a política de relacionamento do Continente com o território espanhol, mas também para as ligações terrestres com a Europa. Efectivamente, há que ir desmitificando a ideia feita de que os portos do Continente e as vias terrestres portuguesas podem interessar à Europa. Ora isto pode não ser inteiramente verdade do ponto de vista dos países europeus, pelo menos porque têm a possibilidade de receber e de despachar directamente os navios nos seus próprios portos, sem terem de se sujeitar a possíveis constrangimentos terrestres na Península Ibérica e noutras regiões, nem de suportar os preços relativamente mais caros dos transportes rodoviários e ferroviários. Isto é inclusivamente válido

no próprio cenário da CEE, onde se têm verificado desentendimentos de ordem económica e psicológica entre alguns dos seus membros, a ponto de terem já provocado não poucos cortes, mais ou menos espontâneos, em vias terrestres. Os nossos portos e vias terrestres podem interessar, isto sim, à Espanha — embora esta possa passar sem eles — podendo por isso uma política descuidada neste ponto vir a criar desnecessariamente uma possibilidade de coacção política utilizável contra o nosso país se, entretanto, a nossa economia tiver sido habituada a contar com essa utilização. Por isso, pareceria preferível que o desejado desenvolvimento dos nossos portos e vias terrestres do Continente devesse ter como objectivo prioritário o progresso do interior, impondo-se que as também necessárias ligações terrestres à Europa fossem equilibradamente diversificadas pelo mar e pelo ar — com meios inteiramente autónomos para maior garantia de independência e de economia — para se evitar aquele risco. Desenvolver os nossos portos e as nossas vias terrestres com a mira principal de atrair a utilização da Espanha, e as correspondentes divisas, e aceder a um comando militar unificado para a Península no âmbito da NATO, poderia corresponder, efectivamente, entre outras coisas, a ignorar completamente a tese de Dan Stanilawsky («The Individuality of Portugal»). Segundo o referido autor, algumas das principais explicações para o facto de Portugal se manter independente ao longo de séculos face à Espanha seriam porventura as circunstâncias de este país nunca ter precisado dos nossos portos, de os rios internacionais não serem navegáveis, e de haver uma rarefacção de populações e de actividades económicas ao longo da fronteira.

A ajuizar por algumas das coisas que se lêem e se ouvem entre nós, não se pode estar seguro de haver em todos os intervenientes na Administração e na formação da opinião pública, e em todos os militares, uma sensibilidade adequada de segurança no concernente a algumas realidades abordadas neste trabalho. Tal poderá decorrer, entre outras coisas, de inadequados esclarecimento e reflexão, uma vez que, quanto à sugestão para um comando militar unificado na Península, talvez devido a tratar-se de algo que poderia redundar numa subordinação militar ao país vizinho, e ao tipo de História nacional que se ensina desde as primeiras letras, verificou-se reacção pronta, espontânea, esclarecida e praticamente unânime dos mais representativos sectores políticos do País.

Teve reflexos inegavelmente positivos o ter sido levantada em devido tempo a hipótese de comando militar unificado para a Península Ibérica na sequência de eventual ingresso da Espanha na NATO, quanto mais não seja porque deu lugar às referidas reacções espontâneas e unânimes, que não deixarão de impressionar os meios políticos e militares da Aliança. Por isso mesmo consideram-se como menos importantes outras reacções que também se verificaram. A propósito,

recorda-se que o próprio MacKinder, o célebre geógrafo e geoestrategista britânico, já tem sido «acusado», mesmo por compatriotas seus, de ser um teórico do Poder Continental, ele que poderá afinal ter-se limitado, como cidadão da Potência Marítima então já em decadência, a pretender chamar a atenção para a possibilidade de a URSS, através do desenvolvimento da Sibéria e do seu Poder Marítimo, vir a pôr um dia um desafio sem precedentes ao Ocidente, eventualidade para a qual propunha, como contramedida, uma aliança marítima entre o Continente Norte-Americano e a Europa Ocidental, ou seja, nada mais, nada menos que, praticamente, a NATO de hoje. No vertente caso português, o aviso emitido há cerca de 2 anos parece não ter caído em terreno estéril, a ajuizar pelas reacções agora surgidas, as quais poderão ter sido também resultado de sensibilização feita nos bastidores por meio de alguns trabalhos, conferências e intervenções produzidas desde então pelos que entenderam dever pronunciar-se sobre tão importante e delicada questão, mas que não tiveram a divulgação concedida à concepção que as provocou. De qualquer modo, não poderá concordar-se com qualquer sugestão de inevitabilidade de comando militar unificado para a Península, uma vez que nos assiste sempre o direito, e até uma possibilidade extrema, de não aceitar. O contrário seria, afinal, algo parecido com desprezo pelas lições da História. Quanto ao desafio que tal hipótese, apesar de tudo, põe a Portugal, para ser enfrentado como deve, haverá realmente que assumir responsabilidades de defesa militar autónoma que possam encaixar, sem esforço, na componente atlântica de defesa militar da Europa. Não o fazer resolutamente, e continuar antes a querer autoconvencer-se de que não há actualmente ameaças a Portugal, corresponderá a manter-se uma importante vulnerabilidade, e a ameaça que lhe corresponde. Para isso, no entanto, impõe-se passar a interpretar correctamente o território nacional (o Factor Geográfico dum país deve constituir a ossatura e a base de sustentação da sua estratégia de defesa militar), o que não pode ser tomado apenas como um triângulo estratégico, mas algo mais, como um «quase arquipélago», o que é diferente, na medida em que implica uma maneira nova de estar e uma nova filosofia e mentalidade de segurança. A «quase arquipelagia» corresponderia a um projecto global que se julga pudesse ser suficientemente aliciante para ser aceitável pelo povo e, conseqüentemente, susceptível de poder conferir um sentido autêntico e profundo à Defesa Nacional, por forma a melhor garantir a liberdade de acção do País. Será porventura a ausência desta filosofia de pendor mais atlântico, que parece não ter ainda receptividade, que terá levado à curiosa contradição de se estar a conduzir um país de geografia e tradição atlânticas, que a estas deve inclusivamente boa parte da sua viabilidade (e que se encontra inserido numa aliança marítima que tem na preservação do elo atlântico entre a América do Norte e a Europa a sua principal força e preocupação), com uma mentalidade que mais aparenta ser de índole predominantemente continental. Efectivamente, afigura-se algo desconcertante que Portugal (de configuração física

«quase-arquipelágica», que é o país mais atlântico da Europa, e que dispõe da mais vasta ZEE do Velho Continente) seja o que, de entre todos os países europeus de expressão ribeirinha, apresente a menor taxa de capturas piscícolas, tem uma das menores Marinhas Mercantes (satisfazendo actualmente menos de 15% das necessidades nacionais no sector dos transportes marítimos), dispõe das mais reduzidas Marinha Científica e Marinha de Recreio, e exhibe um Poder Naval provavelmente dos menos expressivos. Refere-se a Marinha de Guerra por ser um factor do Poder Marítimo, mas sem esquecer, de forma alguma, que a primeira prioridade da defesa militar do País deve corresponder à defesa dos pontos estrategicamente vitais do território nacional e das suas aproximações terrestres, aéreas e marítimas, o que impõe preocupações em conformidade com o adequado reequipamento do Exército, como aliás dos outros ramos do Poder Militar, a fazer-se, no entanto em obediência a um conceito estratégico de defesa militar a conceber previamente. Realmente, entre a supracitada tese de Dan Stanilawsky, que poderá ser considerada como algo exagerada na era da CEE, e a condução sem uma sensibilidade adequadamente atlântica de um país cuja sobrevivência e grandeza se devem em grande parte a uma política atlântica secular e a alianças preferenciais com países e blocos marítimos, algo haverá certamente que possa convir repensar, enquanto é tempo.

É claro que não se pode esquecer que o despontar da união europeia, e da sua própria defesa comum, constituem hipóteses inteiramente novas, por isso mesmo susceptíveis de poderem perturbar esquemas e concepções até agora tidos como válidos. Contudo, pensa-se que será precisamente em situações de transição e de expectativa como a presente, a qual ninguém será capaz de poder prever como e quando vai acabar, que maior prudência se requer para se resistir a tentações de tudo rever, por forma a não se darem passos irremediáveis em caminhos que ainda não se sabe bem aonde vão dar. Será porventura em circunstâncias como esta que mais convirá procurar não se ir contra a Geografia e contra a História. Até porque estas poderão sempre acabar por encontrar encaixe adequado em qualquer esquema, a qualquer tempo, principalmente se for bem patente a coesão e a resolução da Nação, previamente despertada para uma autêntica consciência de Defesa Nacional por meio de esclarecimento adequado e de um projecto galvanizador, que sejam susceptíveis inclusivamente de sublimar a agressividade existente para que actue também no plano externo.

Entretanto, não oferecerá dúvidas que a provável entrada de Portugal para a CEE não poderá alterar a constante física do emparelamento do Continente entre a Espanha e o Atlântico, nem as potencialidades atlânticas do território nacional para ligações intercontinentais e para controlo de rotas marítimas e aéreas vitais para o Ocidente. Por isso mesmo, persistirão certamente por muito tempo

ainda (pelo menos o necessário para que a Europa se entenda definitivamente quanto à sua união política e à sua defesa comum, e ainda para reduzir o fosso militar que a separa das superpotências) as ingerências e os constrangimentos à autonomia e à soberania nacionais. E estes só poderão ser convenientemente entendidos e enfrentados desde que se disponha de um pensamento geoestratégico correctamente concebido, amadurecido, difundido e assimilado, do qual não deverá estar ausente, insiste-se, a noção de que a liberdade de manobra do País será em qualquer circunstância directamente proporcional à coesão interterritorial e à credibilidade das suas Forças Armadas, e inversamente proporcional às dependências relativamente ao país vizinho.

A poder vir a ser entendido assim, pareceria lógico que, então, o próprio conceito estratégico de defesa militar do país, a que atrás se aludiu, deveria ser também de feição «arquipelágica», a encaixar o melhor que fosse possível no esquema defensivo da Aliança Atlântica, ou seja, do género do que se preconizou em artigo publicado no Número 15 desta Revista, subordinado ao título «Contribuição para uma Filosofia de Defesa Militar Portuguesa»\*.

As Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) constituem uma realidade geoestratégica nova, fruto do extraordinário interesse que a humanidade passou recentemente a atribuir ao aproveitamento dos recursos económicos do mar, sendo provável que, daí, tendam principalmente a beneficiar os países ribeirinhos. Os países membros da Comunidade Económica Europeia já reconheceram tal importância, pelo que não deve surpreender que procurem afanosamente promover o acesso de todos aos recursos económicos das ZEE disponíveis.

Portugal é um país ribeirinho periférico que sofreu na sua já longa História submissões a países continentais europeus, e que, ao contrário, recebeu do mar riqueza, prestígio e liberdade. Aliás, todas as grandes nações são nações marítimas — a própria superpotência continental dos tempos actuais, a URSS, assim o entendeu iniludivelmente, a ajuizar pelo impressionante desenvolvimento que está a imprimir ao seu Poder Marítimo, designadamente às Marinhas de Pesca, Científica e Mercante, além da Marinha de Guerra e respectiva Aviação Naval.

Portugal dispõe, como atrás se referiu, da maior ZEE da Europa, da qual não se conseguiu ainda saber o que realmente contém. Por isso, o ingresso na Comunidade Económica Europeia — a fazer-se em condições que impliquem a cedência imediata da administração da quase totalidade da imensa ZEE portuguesa ao Conselho da Comunidade e a reserva de apenas uma magra faixa junto à costa para exploração exclusiva preponderantemente artesanal, em consequência de o

---

\* Vide p. 7. do presente volume.

Pais ainda não dispôr duma frota de pesca que possa proceder à sua racional «ocupação» — certamente que justificaria uma ponderação profunda em termos do que se ganha e do que se perde em se ser apressado. Assim se fez na Noruega, que decidiu não lhe convir ceder os recursos da sua ZEE a outros, por isso luta arduamente e se interroga ainda a Inglaterra, países que são, como Portugal, ribeirinhos e periféricos e dispõem das mais ricas ZEE da Europa.

Não faltarão a Portugal condições naturais para o desenvolvimento lógico e prudente de Poder Marítimo relativamente considerável. Poderá faltar, isso sim, mentalidade realmente marítima (que é um factor decisivo daquele Poder) para se poder entender e explorar económica e



politicamente as potencialidades que realmente existam. Ceder de imediato o controlo da ZEE poderá corresponder a não se poder utilizar o que talvez se pudesse revelar como a melhor fonte de poder negociador nacional em contenciosos que não deixarão de surgir na vida comunitária. E talvez a perder ainda uma reserva da independência de que nenhum dos actuais países membros da Comunidade parece disposto a prescindir nos tempos mais próximos, certamente por razões da mais elementar prudência.

Também nesta questão sobressai a coesão interterritorial como factor de primordial importância para o País, uma vez que a grandeza da ZEE nacional, e o seu peso no relacionamento com a Comunidade Económica Europeia, são directamente proporcionais ao que para ela resultar da interpretação que for dada às autonomias regionais. A hipótese de num dos maiores factores de força da nação poderem revelar-se vulnerabilidades exploráveis por terceiros aconselha a que se use do maior cuidado na matéria em questão. Por outro lado, sendo a coesão interterritorial um objectivo nacional fundamental, seria altamente indesejável que se juntassem outros inconvenientes aos já provocados pela manutenção dos Açores fora da Área Ibero-Atlântica da NATO.

# CONTRIBUTO PARA A FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA MILITAR\*

---

Tem-se escrito e dito muitas vezes que a falta de um Conceito Estratégico de Defesa Militar constitui um importante entrave ao arranque de algumas medidas relacionadas com a Defesa do País. Por isso se julga não ser inoportuna a publicação de sugestões sobre o assunto.

Em teoria, um Conceito Estratégico de Defesa Militar pode ser essencialmente um conjunto de princípios gerais doutrinários, a formular com a maior simplicidade possível, e tendo como propósitos defender a integridade do Território Nacional (TN) e a segurança de pessoas e bens, e contribuir para a liberdade de acção do País. Deve poder inspirar e enquadrar opções respeitantes a sistemas de armas e à manobra adequada para a sua utilização. Deve ter na justa consideração a geografia, a tradição e o comportamento histórico de defesa militar do País, bem como os cenários nacional, regional e internacional. Deve apresentar credibilidade suficiente quanto à consecução dos propósitos formulados, quanto à sua exequibilidade, quanto ao equilíbrio entre a importância daqueles propósitos e os dispêndios a efectuar, e quanto à justeza dos riscos a assumir conscientemente.

Apresentam-se seguidamente alguns exemplos de possíveis princípios gerais para o fim em vista.

## **Preservação da integridade do TN**

Uma vez que não se pode estar inteiramente seguro de que o País possa continuar a ser suficientemente independente, ou mesmo sobreviver, se o TN for amputado de uma das suas actuais parcelas, devem constituir preocupações primordiais a preservação da sua integridade e a sua consideração como um núcleo (na acepção de conjunto estratégico coeso e inseparável em todas e quaisquer circunstâncias).

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 20, Outubro-Dezembro de 1981.

## **Preservação da «Atlantidade» do TN para benefício preferencial do País**

A «atlantidade» específica do TN — que lhe é conferida pelas circunstâncias de o Continente ser a parte mais ocidental da Europa e ocupar a maior faixa da Península Ibérica e pela projecção atlântica constituída pelos Arquipélagos da Madeira e dos Açores — constitui um precioso factor de independência e de liberdade de manobra do País, não apenas porque o diferencia substancialmente das outras Regiões ibéricas, como ainda lhe confere as melhores potencialidades geoestratégicas atlânticas da Península e da Europa. Impor-se-ia, por conseguinte, considerar como preocupação muito importante a preservação de tal «atlantidade» para benefício preferencial próprio, mesmo no seio das alianças — não consentindo por isso na sua divisão por outros países — e reconhecer a justeza da inserção do TN na componente atlântica da defesa europeia do esquema militar da NATO, por ser esta a opção que mais valoriza as potencialidades geoestratégicas nacionais e a que mais facilita a defesa da coesão interterritorial (uma vez que o lugar dos Arquipélagos é inquestionavelmente naquela componente atlântica).

## **Defesa Militar única para todo o Território, e de responsabilidade nacional**

A situação internacional e a especial situação geográfica do País (na confluência de muito importantes rotas marítimas e aéreas intercontinentais) concorrem para fazer do TN um objectivo apetecível para qualquer dos Blocos em confronto e para diversos países que tenderão a considerar potencialidades de parcelas do TN como elementos importantes para as suas próprias segurança e projecção externa. Estas tendências, que a prática histórica comprova, confirmam-se no presente e persistirão provavelmente no futuro, podendo afectar a coesão interterritorial, com a consequente degradação da força negociadora do País e da própria independência nacional. Parece ser assim muito importante — para além da defesa militar do TN como uma responsabilidade inquestionavelmente nacional, e com uma estrutura única para todo o País — a atribuição de igual atenção à defesa de todas as parcelas do TN, e evitar-se a separação destas por áreas de comando diferentes no quadro das alianças, conforme se acentuou atrás.

## **Defesa Militar autónoma de filosofia defensiva, e de natureza dissuasora**

A Lei Fundamental estabelece uma filosofia militar defensiva para o País. Por outro lado, o atrás exposto aconselha a que se lhe corresponda com um Poder Militar autónomo com uma capacidade mínima

de dissuasão contra hipóteses de coacção política ou psicológica, para o que se impõe aptidão, pelo menos, para evitar a eventualidade de imposição de factos consumados por ataque militar convencional de surpresa, que parece poder ser uma das formas de agressão militar mais viáveis no actual e no previsível cenário mundial, de estratégia indirecta prevalecente. Tal capacidade de dissuasão, apesar de limitações económicas, financeiras e logísticas, e também da necessidade de cuidar igualmente de formas não militares de defesa, não poderá no entanto ficar aquém do estritamente imprescindível para se poder resistir durante o tempo minimamente necessário para se poder movimentar os mecanismos das instituições internacionais e das alianças, e deverá, sobretudo, ter credibilidade suficiente para entretanto poder pôr riscos materiais, políticos e psicológicos inconvenientes a hipotéticos agressores. A «resistência popular», apesar de ser mais segura e motivadora em circunstâncias excepcionais — como seja uma eventual perda de independência por ocupação militar estrangeira —, convirá ser prudentemente planeada, inclusivamente porque, tendo tradição na defesa do País, poderá ter valor dissuasório e contribuir para o aumento da força negocial do País.

### **Defesa Militar escalonada por regiões**

A descontinuidade territorial e o comportamento histórico de defesa militar do País favorecem a possibilidade de se montar um esquema elástico de defesa militar escalonada por Regiões, de efeito dissuasório acrescido. No Continente, a prática histórica mais comum de retardamento do avanço para a área de decisão de Lisboa, e a concentração de esforços nela para a resistência final com defesa adequada da sua fronteira marítima (o que se mostrou apropriado à reduzida extensão do TN no sentido E-W e à clássica inferioridade relativa de meios de defesa), parece hoje também viável, com o óbvio acrescento da indispensável defesa contra a ameaça aérea (aeronaves e mísseis). De notar ainda que são vários os exemplos históricos de constrangimento à liberdade de manobra nacional por meio de incursões navais no Tejo e de bloqueios ao porto de Lisboa, o qual é ainda vulnerável, nos dias de hoje, também a acções de submarinos e de minagem ofensiva. Para além do mais, acontece ainda que a vigilância marítima é muito dificultada pela elevada densidade de navegação no mar territorial. Nos Arquipélagos, o mais importante será porventura a defesa dos seus valiosos pontos de apoio de operações navais e aéreas, particularmente contra a possibilidade de assalto vertical e/ou anfíbio de surpresa, e bombardeamento aéreo e/ou naval. Um esquema mínimo de defesa autónoma do TN nos moldes indicados exigiria assim a constituição (incluindo o planeamento de reforço rápido adequado), desde tempo de paz, de bastiões ou redutos de resistência militar, pelo menos na área de Lisboa-Arrábida, e nas Ilhas Terceira e de Porto Santo, a dotar de infra-estruturas e prontidão apropriadas.

## **Compatibilização do esquema de Defesa Militar autónoma do País com o da NATO**

Portugal é membro de plena participação na Aliança Atlântica, uma opção naturalmente justificada por motivos históricos, culturais, geoestratégicos e de defesa, e que tem sido ratificada por voto popular livremente expresso em partidos políticos que abertamente a perfilham. Para poder exercer o controlo do mar e do ar, que é indispensável à segurança das rotas marítimas e aéreas vitais de abastecimento e de socorro militar à Europa Ocidental, a Aliança Atlântica necessita de pontos de apoio no TN para a condução de operações navais e aéreas. A conveniência de preservação destes pontos de apoio para a NATO avalia-se pelo efeito decisivo que o socorro militar à Europa a partir do Continente Norte-Americano teve nas vitórias dos Aliados nas duas últimas guerras mundiais. Tal efeito confere ainda à possibilidade de socorro à Europa um importante significado dissuasório quanto a uma eventual escalada de violência que, podendo não se deter numa confrontação generalizada convencional Leste-Oeste, seria susceptível de degenerar em guerra nuclear.

Não surpreenderá, portanto, que a Aliança Atlântica pretenda de Portugal, sobretudo, um contributo de natureza geoestratégica. Tal contributo deverá, evidentemente, ser prestado, mas, por razões indiscutíveis de soberania nacional e de coesão interterritorial, muito conviria que a segurança permanente de tais pontos de apoio da Aliança Atlântica fosse confiada apenas a forças militares portuguesas. Para facilitar tal desiderato, haveria que fazer com que o esquema de defesa militar autónoma indicado fosse susceptível de compatibilização com o daquela Aliança, o que aponta para que os bastiões coincidam com os pontos de apoio por ela pretendidos. Tal coincidência poderia inclusivamente tornar a ajuda aliada à valorização das Forças Armadas portuguesas num interesse genuinamente mútuo. Por outro lado, a assunção das responsabilidades de defesa militar do TN no quadro da NATO parece susceptível de conferir ao País uma voz mais activa nos centros de decisão da Aliança, particularmente nas questões que mais lhe interessam.

### **Defesa Militar de parcelas do TN, e seu reforço a partir de outras**

O esquema mínimo de defesa militar autónoma escalonado por Regiões atrás sugerido implica a existência de meios terrestres, navais e aéreos minimamente adequados à guerra moderna. No Continente, a defesa militar assume naturalmente preponderância terrestre, convido ser planeada e dotada para assegurar em todo o território a oposição a eventuais invasões através de qualquer fronteira (incluindo a marítima e a aérea) para prever a tradicional «zona de espera», e para admitir a resistência final na clássica área decisiva de Lisboa-Arrábida,

contando com o indispensável apoio de defesa marítima (com base em terra e no mar) e de defesa aérea (com base em terra e no ar). Nos Arquipélagos, a defesa de bastiões de resistência e de apoio a operações navais e aéreas parece em princípio poder revestir-se de valor semelhante nos planos terrestre, naval e aéreo, dado ser igualmente importante detectar e interceptar em tempo oportuno aproximações hostis pelas vias aérea e marítima, e estar preparado para reagir em terra a eventuais assaltos de surpresa verticais e/ou anfíbios e a bombardeamentos. A possibilidade de se defender uma ou mais parcelas do TN, que se encontrem eventualmente sob ataque ou ocupação estrangeiros a partir de outras, justifica que, para além de forças de defesa militar territorial, outras existam capazes de mobilidade e de assalto vertical e anfíbio, juntamente com os imprescindíveis meios de transporte aéreo e marítimo interterritorial e pontos de apoio adequadamente distribuídos pelo TN.

Um esquema de defesa militar como o sugerido certamente que necessita de Forças Terrestres apoiadas por eficiente e rápido sistema de mobilização, com conveniente armamento anticarro (o que inclui carros de combate), antiaéreo e de defesa de costa, e com unidades dispendo de flexibilidade, mobilidade e dimensão adequadas para conduzir temporariamente operações de combate independente em áreas seleccionadas, para se opor a acções de assalto anfíbio e vertical, e para aerotransporte. Quanto a Forças Navais necessita de meios para patrulhar a fronteira marítima e para negar a um eventual invasor a possibilidade de utilizar o mar para apoio de operações em terra (navios e submarinos), para além de meios especializados para a guerra de minas e para o transporte e desembarque de fuzileiros. No concernente a meios aéreos (que representam excelente efeito dissuasório pelas suas notáveis flexibilidade, mobilidade e prontidão, e pelo seu poder de fogo), eles são necessários para caça em incursão, ataque ao solo, apoio próximo a Forças de Superfície (Terrestres e Navais) e patrulha e interdição marítima, para além do indispensável transporte interterritorial e interilhas.

### **Defesa de interesses marítimos nacionais fora do quadro da NATO**

Para além da necessidade de se planear a defesa de outras áreas e pontos sensíveis no Continente e nos Arquipélagos para casos de crise grave e de guerra, existem outros importantes interesses que é arriscado não proteger. É o caso do abastecimento vital de combustíveis, matérias-primas e produtos alimentares e o acesso a mercados externos, que estão exigindo muito intensa utilização do transporte marítimo. A vulnerabilidade inerente coincide com uma das principais preocupações de segurança dos restantes países membros da Aliança Atlântica, pelo que a defesa daqueles interesses se encontra já contemplada em termos globais para o caso de confrontação armada generalizada convencional Leste-Oeste. Mas, mesmo assim, Portugal

precisa de dispor de uma capacidade autónoma naval oceânica e aérea de longo raio de acção com vocação marítima, minimamente suficiente para proteger os seus Interesses Marítimos — os mencionados, mais as vitais ligações interterritoriais e inter-ilhas, e ainda a pesca em águas estrangeiras — em casos de crises graves e de surtos de pirataria, guerrilha marítima, que não justifiquem, não aconselhem, ou não solicitem a protecção da NATO. Por outro lado, convirá que tal capacidade seja integrável no esquema de defesa da Aliança Atlântica, ainda que pouco mais possa significar para ela que um mero gesto de solidariedade, a qual deve ser extensiva a forças terrestres e aéreas a dotar pelo efeito com as indispensáveis mobilidade e interoperacionalidade porque, inclusivamente, gestos destes são susceptíveis de pagar dividendos políticos, e outros. Os mencionados meios navais e aéreos deverão ainda, e principalmente, concorrer para que o Comando NATO da Área Íbero-Atlântica não precise de recorrer a meios idênticos de outros países para operar em tempo de paz em regime de permanência ou em caso de crise nos espaços marítimo e aéreo interterritoriais portugueses, o que se torna muito conveniente por razões políticas relacionadas com as referidas preocupações de preservação da «atlantidade» do TN para benefício preferencial do País, e de coesão interterritorial. De notar que os mesmos meios navais são geralmente tidos como dos mais apropriados instrumentos para gestão de crises (por terem um menor efeito de escalada do que outros meios militares), que poderão ainda ser necessários para a protecção de navios mercantes entre os portos nacionais e as rotas dos grandes Comboios oceânicos a estabelecer pela NATO em caso de guerra generalizada convencional Leste-Oeste.

O aparecimento e aceitação tácita generalizada do conceito de Zona Económica Exclusiva (ZEE), aumentando de forma muito considerável o mar patrimonial português, aconselha a dispor-se de alguns meios navais oceânicos e aéreos com vocação marítima, ainda que muito pouco sofisticados do ponto de vista militar, para a necessária extensão das tarefas de vigilância, de fiscalização e de apoio à vida humana e à investigação científica no mar, que tradicionalmente têm vindo a ser executadas com o recurso a meios da Marinha e da Força Aérea.

### **Estrutura de comandos adequados à geografia, à tradição militar do País, e à coesão e eficiência das Forças Armadas**

Em conformidade com o princípio clássico da unidade de comando que caracteriza o Poder Militar, parece conveniente que as Forças Armadas tenham um Comandante Superior para certos casos de crise graves e de guerra, a exercer naturalmente pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA). A descontinuidade territorial e a adopção de um qualquer esquema de defesa autónoma escalonado por Regiões impõem a dispersão de meios terrestres, navais e aéreos:

tornando conveniente a existência de Comandantes-Chefes em cada uma das suas parcelas, como já acontece. Aquela dispersão, a possibilidade de ocorrerem soluções de continuidade nas telecomunicações, e até a conveniência de se prever a deslocação do Comandante Superior para qualquer das parcelas do TN, impõem a necessidade de elevado grau de delegação de responsabilidades operacionais, e outras, nos Comandantes-Chefes. As características do Continente aconselham a que, em caso de crise grave que o justifique, ou de guerra, o cargo do respectivo Comandante-Chefe deva ser exercido por um Comandante Territorial das Forças Terrestres, convenientemente apoiado por Comandantes Territoriais de Defesa Marítima e de Defesa Aérea. As características dos Arquipélagos aconselham, em teoria, a experiência de Comandos Conjuntos com autoridade de coordenação a ser exercida em regime rotativo por Comandantes Territoriais de Defesa Terrestre, Marítima e Aérea, pelo menos até que exercícios, crises, ou outras circunstâncias mostrem a conveniência de outra opção. No entanto, por uma questão de uniformidade e de tradição, poderá ser solução preferível o Comandante-Chefe habitual, a exercer pelos Comandantes Territoriais de Defesa Terrestre, Marítima e Aérea, em regime rotativo.

Ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas devem competir naturalmente, em tempo de paz, responsabilidades relacionadas com doutrina, planeamento, coordenação superior, inspecção, treino interforças e coesão do conjunto das Forças Armadas, bem como o relacionamento destas com Órgãos de Soberania e com Comandos e estruturas militares das alianças. Para tais efeitos, o CEMGFA conta com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (integrado por elementos dos três Ramos, a actuar essencialmente como um órgão de estudo, planeamento e coordenação) e com o Conselho dos Chefes dos Estados-Maiores, de que ele próprio faz parte juntamente com os Chefes do Estado-Maior do Exército, da Armada e da Força Aérea, estes no tradicional exercício do Comando Completo dos respectivos Ramos. Os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, na sua qualidade tradicional de Comandantes das operações terrestres, navais e aéreas, são naturais assessores operacionais do CEMGFA, na sua qualidade de Comandante Superior das Forças Armadas.

Parece adequado que sejam efectivamente os próprios Chefes de Estado-Maior dos Ramos a propor os sistemas de armas julgados convenientes para satisfazer as necessidades do Conceito Estratégico de Defesa Militar, bem como os conceitos para a condução de operações independentes nos meios específicos de actuação das forças sob o seu comando em tempo de paz, e ainda as necessidades de apoio e de cooperação doutros Ramos, e as disposições convenientes para a sua prestação. Parece ainda indispensável que, no âmbito do Conselho dos Chefes de Estado-Maior, se consiga a compatibilização e

harmonização das percepções, sensibilidades e concepções próprias dos Ramos para se chegar a um pensamento consensual militar quanto ao sistema global de forças mais adequado.

Dezembro de 1981.

## ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE NECESSIDADE DE DEFESA MILITAR E DE SENSIBILIDADE DE SEGURANÇA EM PORTUGAL \*

---

Porque continuam a aparecer afirmações de que não há agora ameaças a Portugal que justifiquem as despesas que se fazem com as Forças Armadas, ou até a sua própria existência, julga-se conveniente insistir na tentativa de contribuir para o aprofundamento desta importante questão e, paralelamente, reflectir sobre o problema fundamental da sensibilidade de segurança nacional, apesar do risco de se incorrer em inevitáveis repetições.

Em princípio, a existência, a dimensão e a composição das Forças Armadas de um país justificar-se-ão, entre outras coisas, principalmente pela percepção de necessidade de se dispor de meios para opor ao emprego directo ou indirecto de poder militar por parte de antagonistas dos interesses nacionais, pela capacidade militar possuída por estes, pelos tipos de ameaças militares mais prováveis e pela caracterização dos teatros de operações onde se prevê o seu empenhamento. Por outro lado, mesmo que não se vislumbrem ameaças, há ainda assim que ter em consideração ser cada vez menos possível improvisar Forças Armadas quando delas se precise e, muito menos, improvisar a aceitação das imprescindíveis hierarquia e disciplina que só a tradição cimenta, pelo que convirá, também em princípio, manter no mínimo um núcleo militar actualizado capaz de rápida expansão através de eficientes sistemas de reservas e de mobilização. Por exemplo, se a Inglaterra não tivesse Marinha, não poderia dispor tão cedo de meios indispensáveis à gestão da súbita crise das Ilhas Falkland, ou Malvinas.

Em teoria, as ameaças militares postas por previsíveis antagonistas dos interesses nacionais poderão ser avaliadas com recurso à conhecida fórmula  $A = C \times I$  ( $A$  para a ameaça,  $C$  para capacidade militar e  $I$  para intenção de lançar mão de  $C$  para impor a sua vontade). A fazer-se fé nesta fórmula, para se chegar à conclusão de que não há

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 22, Abril-Junho de 1982.

ameaça de um país que disponha de capacidade militar, ter-se-á de ter confiança na sua intenção de não a utilizar. O que acontece é que tal confiança não existe generalizada, o que parece comprovado pelo facto de praticamente nenhum país, incluindo os que são inequivocamente neutrais, ter cessado de aumentar a sua capacidade militar, conforme é do conhecimento comum. Foi uma deficiente avaliação das intenções argentinas quanto às Ilhas Falkland que levou o responsável britânico pelas relações exteriores a demitir-se.

Para dar uma ideia do poder militar de alguns países com certo interesse para a questão em apreço, apresentam-se alguns elementos referentes a dois seleccionados entre eles, um por ser vizinho, e outro por ser neutral. Assim, segundo a publicação «The Military Balance, 1981-82» do International Institute for Strategic Studies, de Londres, a Espanha disporá actualmente de efectivos da ordem dos 340 000 homens (255 000 do Exército, 38 000 da Força Aérea e 49 000 da Marinha), 1 Força de Intervenção Imediata composta por 3 Divisões, 4 Brigadas e 2 Regimentos, mais 2 Divisões, 12 Brigadas e 11 Regimentos da Força de Defesa Territorial, mais de 200 aviões de combate (incluindo mais de 100 de interceptação, cerca de 80 de transporte e 6 de patrulha marítima de longo raio de acção para apoio naval), 1 navio porta-aeronaves, 9 fragatas e corvetas lança-mísseis, 7 «destroyers» modernizados, 8 submarinos e uma força de assalto anfíbio e/ou vertical de dimensão semelhante à da URSS. Segundo a mesma publicação, a Suíça disporá de 3500 homens dos efectivos regulares e mais 17 000 recrutáveis (expandível para 625 000 homens em 48 horas, sendo 580 000 para o exército e 45 000 para a Força Aérea), cerca de 800 carros de combate, estando encomendados mais 60, e cerca de 370 aviões de combate.

Importa ainda atentar no caso da Islândia, um membro da NATO que não tem Forças Armadas, mas que, porque o seu território tem grande importância para a Aliança, tem suportado desde há vários anos uma força de segurança norte-americana da qual não se consegue ver livre, e que mantém rigorosamente confinada aos seus aquartelamentos para que não perturbe a maneira de viver da população.

Ainda no concernente a ameaças, há quem sustente que a segurança dum país corre riscos pela simples existência de pontos fracos ou vulnerabilidades que outros poderão ser tentados a explorar para condicionar o seu comportamento.

Para dar um exemplo de aplicação desta tese, aproveita-se para referir que, no caso do chamado Conflito Leste-Oeste, o ponto porventura mais sensível da Aliança Atlântica — que reside na descontinuidade geográfica entre os Continentes Europeu e Norte-Americano, e para cuja superação se impõe uma clara solidariedade atlântica — continua sendo posto à prova pelo Bloco oposto no momento actual. Na realidade, as ocorrências praticamente simultâneas da intervenção militar soviética no Afeganistão (intensificando consideravelmente as apreensões da Europa Ocidental e dos EUA sobre o equilíbrio geopolí-

tico da Região e sobre a regularidade do fornecimento de petróleo, agravadas com a revolução no Irão e com a guerra entre este país e o Iraque), dos mísseis soviéticos SS-20 apontados para a Europa Ocidental e do gasoduto da Sibéria para servir alguns dos importantes países do Velho Continente, para não falar das manifestações pacifistas que se estão verificando em alguns destes, na ameaça de envolvimento da Europa pelo Norte de África (com potencial afectação da segurança das rotas marítimas de abastecimento e de socorro à Europa Ocidental) e da instabilidade crescente nas Américas do Sul e Central (eventualmente conducente à fixação dos principais esforços e preocupações da potência líder da NATO no Continente Americano, à sua colocação perante opções delicadas, e ao alargamento da sua área de actuação), têm posto bem a claro que a exploração do supracitado ponto sensível da NATO — a solidariedade atlântica — poder levar à «finlandização» da Europa, e à neutralização final da própria Aliança. Curiosamente, a defesa da Europa Ocidental, que tem assentado desde a I Guerra Mundial na viabilidade de reforço militar do Continente Norte-Americano para responder a invasões militares vindas de Leste, parece ter agora dificuldade em encontrar resposta adequada à «invasão energética do gasoduto soviético». Considere-se ou não esta «invasão» como uma séria ameaça, o que é certo é que já se vai ouvindo a responsáveis europeus ocidentais que os EUA não se prepararam a tempo para utilizar as suas consideráveis reservas de carvão para responder adequadamente à estratégia concertada de fomento de insegurança no Golfo e de oferecimento de gás natural da Sibéria, deixando os seus aliados europeus entre a espada e a parede.

Seja como for, o que é facto é que a segurança do Ocidente se joga efectivamente na disputa da Europa Ocidental entre a URSS e os EUA, uma vez que a própria segurança norte-americana resultaria muito ameaçada se o Velho Continente fosse efectivamente neutralizado. É por isso que o reforço da solidariedade atlântica constitui efectivamente a resposta estratégica adequada à geografia para se lançar o objectivo vital da sobrevivência do Ocidente.

O caso português apresenta curiosa semelhança com o da Aliança Atlântica. Efectivamente, assim como o Velho Continente necessita de recorrer à atlanticidade que lhe é conferível pelo controle do Atlântico Norte e pelos abastecimentos e pelos apoios do Novo Continente que através dele lhe podem chegar para permanecer suficientemente independente, também o Velho Portugal, para o mesmo objectivo, necessita de preservar a atlanticidade que os seus primeiros reis edificaram, ao alargarem o mais que lhes foi possível a fronteira marítima do Continente e ao projectá-la pelo Atlântico fora. Daqui decorre um elemento de extrema importância de que nem sempre dão ideia concreta de se aperceberem bem todos os portugueses, que é o facto de Portugal ser realmente um país diferente de qualquer outro país europeu ocidental

ou de qualquer outro membro europeu da NATO. Que assim é, resultou bem evidente pelo menos em duas circunstâncias capitais de Portugal ser o único membro europeu da NATO cujo Território Nacional se encontra inserido no Comando Supremo Aliado Atlântico (SACLANT) com sede nos EUA, e de o nosso país ter sido convidado a entrar na NATO logo após o termo da II Guerra Mundial, o que não sucedeu com a Espanha, muito embora o regime político de qualquer dos países apresentasse então idênticos inconvenientes. Isto terá exactamente acontecido pelo facto de a vocação atlântica do Território Nacional ser muito mais marcada do que a do espanhol, e por constituir realmente um elo indispensável da imprescindível solidariedade entre o Novo e o Velho Continente. Por outro lado, Portugal é ainda diferente de outros países europeus ocidentais e de outros membros da Aliança Atlântica porque, tal como acontece também com esta, não pode haver certezas absolutas quanto a aspectos delicados do seu futuro, principalmente se a sua própria solidariedade atlântica, e coesão interterritorial, forem postas à prova. Significa tudo isto que para a protecção das rotas marítimas vitais para a Europa, não se imperioso recorrer a território espanhol e que, porque as Ilhas portuguesas terão naturalmente de estar inseridas na área do SACLANT, o Continente deverá acompanhá-las, por razões ponderosas de solidariedade atlântica e de coesão nacional. Significa ainda que não há razões vitais de ordem geoestratégica ou de segurança própria que justifiquem a inclusão da Espanha no SACLANT. Significa finalmente que Portugal precisa de se assumir decidida e inequivocamente como um país quase-arquipelágico.

Se as preocupações com a preservação da atlanticidade e com o reforço da coesão interterritorial nacional parecem assim dever merecer mais alta prioridade em todas as estratégias de Portugal (económica, energética, de transportes, cultural, militar, etc.), interessa então reflectir profundamente sobre o modo como poderão eventualmente ser ameaçadas.

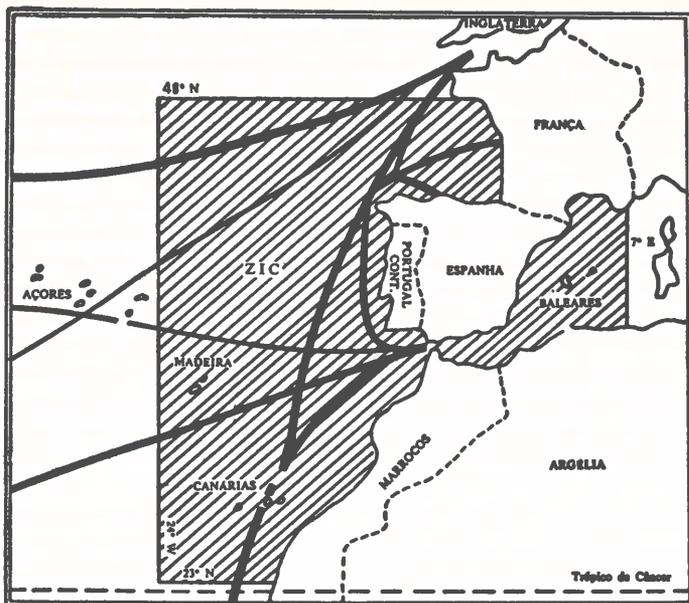
Antes de tudo, julga-se não ser despropositado insistir na questão de a situação geográfica do Território Nacional não permitir que o País possa ser considerado como uma zona neutra no contexto de importantes conflitos e tensões de âmbito mundial como o Leste-Oeste ou o Norte-Sul (para apenas referir os principais), porque os países nele envolvidos não podem ser indiferentes à sua utilização, por razões íntimas da sua própria segurança. É o caso dos EUA, que sentem crescente necessidade de recorrer a potencialidades do Território Nacional, não só pelo nome da sua própria segurança e da do Ocidente, não só para acorrer em apoio da Europa Ocidental, como a outros pontos do Globo onde a segurança deste corre igualmente perigo. É o caso da Organização para a Unidade Africana, que receia a utilização dele contra interesses de países membros na África e no Médio Oriente. A ajuizar pe-

escritos de alguns estrategistas espanhóis, será o caso do país vizinho, que teria a intenção de conseguir a atribuição de um importante papel atlântico, tirando partido do seu considerável poder naval e aeronaval — a participação no Exercício extra-NATO «Ocean Venture 81», em Setembro (ao lado de importantes forças navais e anfíbias norte-americanas) com o empenhamento do seu navio porta-aeronaves, de 3 fragatas e 2 corvetas lança-mísseis, de 2 submarinos e de aviões de patrulha marítima de longo raio de acção P-3C «Orion», pode ser uma confirmação da hipótese. É o caso da URSS que, a partir do Território Nacional, poderia conseguir o seu importante objectivo de comprometer a viabilidade da solidariedade atlântica, interrompendo as supracitadas rotas de socorro à Europa, e poderia ainda passar a apoiar melhor as acções que visem a fixação das preocupações e dos esforços prioritários dos EUA nas regiões das Américas Central e do Sul. Acrescentar-se-ia ainda um plausível interesse da NATO em utilizar em caso de guerra costas, portos e território do Continente português e da Espanha (na eventualidade do ingresso deste país na Aliança) para fazer chegar material ao centro do Teatro de Operações europeu, encurtando as rotas dos comboios marítimos provenientes da América do Norte e evitando a sua exposição a ataques aéreos e às águas mais facilmente mináveis do Canal da Mancha e do Mar do Norte, o que teria, no entanto, os inconvenientes de tornar o Continente num alvo mais apetecível para mísseis (terrestres e de submarinos) e para aviões (com base em terra e no mar) do Bloco oposto e também para os apologistas da unidade geoestratégica da Península Ibérica e do comando unificado correspondente.

Daqui resulta uma ilação que muito importaria que os estrategistas e os políticos portugueses continentais e ilhéus, bem como espanhóis, europeus ocidentais e norte-americanos, conseguissem sobrepor aos seus interesses particulares para não se prejudicarem interesses mais vastos do Ocidente e, por conseguinte, e afinal, também os seus. O caso é que a solidariedade atlântica, que é indispensável à sobrevivência do Mundo Ocidental, pode ser efectivamente forçada no seu elo constituído pela solidariedade atlântica interterritorial portuguesa, uma vez que qualquer acção visando pôr esta à prova acarretaria inevitavelmente a criação de uma imagem fortemente desfavorável à NATO e a países amigos, com conseqüente provável exploração pelo Bloco Leste, e transferência da fronteira quente do Conflito Leste-Oeste para a região. Aliás, parece que convirá aplicar raciocínio idêntico a toda a Região Atlântica Ibero-Africana (RAIA) que inclui, além da Península Ibérica o Noroeste Africano, na qual seria imprudente manter e explorar vulnerabilidades e tensões, e alimentar hegemonias político-militares que suscitassem automática hostilidade ao Ocidente. Pôr à prova ou forçar a coesão interterritorial de Portugal, que é preciso não esquecer que é vital para a sobrevivência do País, e contribuir para o desequilíbrio geopolítico da RAIA, interessaria realmente muito mais ao Bloco Leste, sempre oportuno em explorar alvos de oportunidade, pelo que seria

susceptível de poder constituir um provável suicídio para o Ocidente, mesmo a curto prazo. A história das agitadas interacções dos países regionais é suficientemente elucidativa para não se deverem menosprezar as suas lições. A rematar este ponto, não se pode deixar de salientar o curioso e importante facto de a atlanticidade portuguesa constituir hoje um elo indispensável da atlanticidade mais vasta da NATO, necessária à própria sobrevivência do Mundo Ocidental, para cujo lançamento e expansão os estrategistas e os navegadores portugueses deram afinal o primeiro e mais generoso contributo.

A preservação da atlanticidade do Território Nacional e a coesão interterritorial portuguesa começam por ser ameaçadas a partir do simples facto de países, mesmo aliados ou tidos por não hostis, reconhecerem a importância da utilização do Território Nacional para a sua própria segurança ou para a projecção externa do seu poder militar para fins de expansão de influência política e de, porventura irreflectidamente, actuarem contra ela. Assim, por exemplo, as eventuais pretensões que foram adiantadas extra-oficialmente por ilustres personalidades espanholas sobre uma possível inserção do seu país no mesmo Comando Supremo Aliado do Atlântico no qual, dos aliados europeus, apenas se encontra Portugal, e sobre a constituição de um comando militar unificado para toda a Península Ibérica, no caso de a Espanha ingressar na organização militar da NATO, a serem confirmadas e atendidas, teriam tendência a colocar rapidamente o nosso País, pela primeira vez na sua secular História de sobrevivência (descontando o período de 1580 a 1640), na esfera de influência político-militar do país vizinho, e a levar a uma conseqüente utilização do mar interterritorial e, quiçá, de pontos de apoio portugueses, para proporcionar aos espanhóis um papel atlântico importante, com o inevitável apagamento do nacional, dada a crescente superioridade do poderio militar espanhol relativamente ao português, nomeadamente nos domínios naval e aeronaval. Outra conseqüência das eventuais pretensões referidas — decorrente da persistente sensibilidade açoriana à presença espanhola, que se julga datar da ocupação filipina, e que veio recentemente à superfície a propósito da pretensão espanhola de conseguir quotas de pesca nas Subzonas dos Arquipélagos da ZEE portuguesa — poderia ser um reacender da influência norte-americana nos Açores. Que tal presumível divisão do espaço português por esferas de influência diferentes pode ser mais do que uma simples hipótese, prova-o a figura junta, respeitante à repartição de interesse operacional relativa ao acordo bilateral de defesa hispano-americano, o qual tem sido considerado como uma espécie de patamar da entrada do país vizinho para a NATO, e diz bem o que poderá suceder ao Território e ao espaço interterritorial nacional, no caso de não demonstrarmos capacidade para as «ocupar» militarmente por forma a satisfazer requisitos mínimos de segurança daqueles dois países e do Ocidente. Conforme referimos no n.º 13 desta Revista, aos portugueses não pode agradar o domínio simultâneo das suas fronteiras terrestre e marítima pela Espanha,



A Zona de Interesse Comum (ZIC), segundo o Tratado Hispano-Americano, e as rotas marítimas do Ocidente

porque lhes lembra a perda da independência em 1580, esperando-se sinceramente que a NATO não force a repetição de tal domínio inadvertidamente. Daqui se poderá então concluir que a falta de uma capacidade militar portuguesa minimamente adequada à defesa dos interesses nacionais constitui, ela também, uma ameaça (talvez a principal) à solidariedade atlântica nacional, à coesão interterritorial, e à própria solidariedade atlântica que é essencial à sobrevivência da NATO. De facto, há que reconhecer que o poderio militar português, comparado por exemplo como o espanhol, constitui realmente uma vulnerabilidade. Efectivamente, não são suficientes uma única Brigada Mista Independente, uns 60 carros de combate, 7 fragatas e 10 corvetas mal armadas, e obsoletas, 3 submarinos e menos de 100 aviões, dos quais nenhum é ainda genuinamente vocacionado para apoio aeronaval efectivo à Marinha ou ao Comando da Área Ibero-Atlântica (os «C-130» e os «A-7» apenas actuam, com algumas limitações, contra alvos de superfície, não servindo para opor à ameaça submarina, a qual continua a ser considerada pela NATO como a mais perigosa).

A completar o quadro de possíveis ameaças, no plano da vulnerabilidade relativa à sensibilidade de segurança, há ainda a considerar o recentemente aventado projecto de construção de uma rede de centrais nucleares a construir em Espanha, com algum apoio português, para servir toda a Península, o que corresponderia, a concretizar-se, à

«invasão energética» do País, à semelhança do que se passa com o gasoduto soviético relativamente à Europa Ocidental. Para completar o quadro, e para além da preocupação já levantada pela «invasão» da Zona Económica Exclusiva nacional por barcos de pesca espanhóis, têm acontecido ainda algumas revelações sobre eventual predisposição para pôr portos do Continente ao serviço do país vizinho, o que, a fazer sem um critério adequado de segurança e sem um prudente desenvolvimento prévio do interior nacional, corre o risco de os vir a tornar mais castelhanos do que portugueses, como sucede por exemplo com os portos moçambicanos que estão ao serviço da RAS e da Rodésia, inclusivamente porque os restantes países europeus não precisam deles, dada a extensão e as maiores carestias e contingências políticas dos transportes terrestres. Em qualquer dos casos, a confirmarem-se, poderá não ter estado bem presente, como se imporia, uma adequada sensibilidade de segurança que permitisse compreender que Portugal não é realmente um país sem problemas especiais a não justificar cuidados especiais, como um outro qualquer da Europa Central, cujos estrategistas não têm que se preocupar em minorar asfixiantes dependências geográficas, ou em evitar ocasionar o seu agravamento.

A preservação da atlanticidade nacional e da coesão interterritorial parecem assim ameaçadas, não apenas por carência da conveniente sensibilidade de segurança, como ainda pela não-existência de um conceito estratégico de defesa militar (e de um sistema de armas que realmente o sirva) que garanta simultaneamente uma dissuasão autónoma e um mínimo de segurança no Território e no espaço interterritorial nacional para o Ocidente e para os dois países amigos que têm vindo a ser referidos. Quer isto tudo também dizer que uma participação portuguesa na NATO apenas em termos geoestratégicos, por ser susceptível de conduzir à repartição do Território Nacional por esferas de influência diferentes e ainda à eventual presença prolongada de forças militares aliadas, poderia pôr em risco a soberania e, eventualmente, a própria liberdade de acção política do País, mesmo e até principalmente em tempo de paz, e no seio da própria Aliança Atlântica. Esta será então, porventura, uma das principais ameaças ao interesse nacional, a qual decorre, como se salientou, das circunstâncias concorrentes da situação geográfica e importância especial do Território Nacional para a Aliança Atlântica, da descontinuidade deste, do interesse de outros países pela sua utilização indiscriminada, e de capacidade militar portuguesa não compatível com tais realidades.

Parecerá por conseguinte lícito concluir-se que, para além das ameaças conhecidas que são comuns a todos os países do Ocidente, outras poderão existir para Portugal, porventura não menos importantes. Para não se ser surpreendido, conviria então reconhecer em primeiro lugar que a importância geoestratégica do Território Nacional é ela mesma uma fonte de ameaças, dados os interesses, as pressões

e as ingerências que origina — o facto de aquela importância poder constituir um trunfo, ou transformar-se numa ameaça, dependerá principalmente da aplicação de uma prudente sensibilidade de segurança e da existência de capacidade de defesa militar mínima adequada às circunstâncias especiais do País.

No concernente a sensibilidade de segurança, o País precisaria porventura de se autoconvencer que se torna imperioso mobilizar inteligências, corações e vontades para se conseguir uma maior saúde e independência económica do Todo Nacional, o que implicaria: a optimização dos recursos próprios para se aumentar a taxa de auto-suficiência, a minoração sensata e prudente de inevitáveis dependências do exterior e, ainda, para contrariar os efeitos negativos destas, o desenvolvimento de mentalidade e capacidade de exportação, o que aconselharia a passar a dirigir para o mercado exterior alguma da agressividade que tem vindo a ser consumida primordialmente em tensões internas.

Quanto a capacidade de defesa militar, conviria ter presente que o Território Nacional, de acordo com as teses de Mahan, dispõe de potencial geoestratégico à medida de uma importante potência marítima norte-atlântica, dada a sua situação geográfica relativamente a grandes países e áreas de interesse comum, facilidade de acesso ao mar, extensão da fronteira marítima e excelência de portos e pontos de apoio. Só que, carências económicas, e o que Mahan designou por carácter do Povo e carácter do Governo para significar o grau de entendimento nacional do valor do mar, não têm tornado possível o desenvolvimento de poder marítimo correspondente às potencialidades geoestratégicas referidas, pelo que estas tenderão entretanto a ser exploradas por parceiros da Aliança marítima em que Portugal se encontra natural e legitimamente inserido, em nome do interesse comum. Simplesmente, julgando-se ser da maior conveniência salvaguardar a coesão e a solidariedade atlântica nacional, parecerá então ser aconselhável tudo se fazer para, no mínimo, evitar a presença de forças militares aliadas em Território Nacional por períodos prolongados de tempo de paz, para o que se imporá dispor de potencial de defesa militar que seja minimamente ajustado a esse objectivo (sistema autónomo de defesa terrestre, aérea e marítima de pontos sensíveis e de pontos de apoio que sejam indispensáveis à segurança do Ocidente e que, simultaneamente, ponham o País a coberto de acções de coacção ou de facto consumado, e capacidade para uma «ocupação» naval e aeronaval mínima do espaço interterritorial português). Esta constituirá certamente uma das justificações principais para a existência de Forças Armadas autónomas em Portugal, e uma das mais importantes prioridades a atender na sua composição, equipamento e doutrina de emprego.

Por detrás dos casos que foram referidos como possíveis exemplos de alguma insensibilidade de segurança, encontram-se certamente preocupações absorventes com a melhoria da situação económica nacional e com o desejo expresso de «não mais voltar costas a

Espanha». Sem pôr em causa a correcção de tais posições, haverá no entanto a dizer que, pior ainda do que voltar as costas a Espanha, donde tendem contudo a vir dependências (como as do comando militar unificado e dos transportes terrestres para a Europa), seria voltá-las ao mar (donde vem o reforço de independência proporcionado pelas Ilhas Atlânticas e pela quase-arquipelágia do País, pelas pescas, pelos transportes marítimos e pelo poder naval e respectivo apoio aéreo marítimo), e deixar de ter o cuidado histórico de procurar inserir as relações sensíveis com o país vizinho, económicas, energéticas, políticas e militares, em áreas mais vastas e mais ricas que a Península Ibérica, estratégia essa que, por ser adequada à especial geografia do País, lhe permitiu escapar ao longo de séculos pelo menos a uma «finlandização» sempre latente. Os espanhóis serão aliás dos primeiros a reconhecer o a-propósito de reservas desta natureza, pois, ainda muito recentemente, jornais seus se insurgiram amargamente contra a «fatalidade geográfica de ter a França entre si e o resto da Europa», aquando das barragens interpostas por agricultores e autoridades francesas ao trânsito de produtos agrícolas seus. Por outro lado, o comportamento dos nossos vizinhos relativamente à pesca na ZEE portuguesa, bem como outros que se referiram, parecem não prometer que cessará a existência de considerável diferença entre a poesia das boas imagens literárias e a crua realidade dos interesses económicos, políticos e militares. Conforme salientámos em artigo publicado no n.º 17 desta Revista, Portugal carece efectivamente de algo parecido com um Conselho Nacional de Segurança que assessoro o Executivo. Assim, existe, por exemplo, nos EUA.

Quanto às preocupações com as despesas militares, porque não se têm manifestado com a mesma agressividade e com a mesma frequência relativamente a sectores onde os gastos e os excessos em pessoal estarão bem longe de se encontrarem normalizados, será de presumir que o problema não seja apenas de natureza económica. Por isso, poderia talvez revelar-se como medida positiva de segurança nacional procurar familiarizar melhor os cidadãos com o processo em curso para a efectiva compatibilização das suas Forças Armadas com um conceito estratégico de defesa militar que responda inequivocamente a necessidades mínimas de defesa militar nacional e da Aliança Atlântica no Território e no espaço marítimo e aéreo interterritorial nacional, e que, simultaneamente, tenha condições de poder contribuir para a consecução de importantes objectivos nacionais (como a coesão interterritorial), para o desenvolvimento tecnológico e industrial do País, e para a intensificação da cooperação com novos países independentes que procurem ajuda para o equipamento das suas Forças Armadas.

Abril de 1982.

## DAS VANTAGENS DUMA FILOSOFIA DE DEFESA MAIS ATLÂNTICA PARA PORTUGAL\*

---

1. Terminou a primeira fase — a política — da adesão da Espanha à NATO, a qual não tinha de pôr problemas de maior, uma vez que o esquema de segurança do Ocidente não dispensa o concurso de uma potência com a força moral, histórica, económica e militar do país vizinho. Efectivamente, a entrada da Espanha para a NATO tem, entre outras vantagens, a do reforço da confiança no sensível flanco sudoeste da Europa, o que decorre da sua geografia, do controlo que pode exercer ao longo do eixo estratégico Baleares-Gibraltar-Canárias e da adequação do seu importante Poder Militar à exploração de tal potencial geoestratégico. O Poder Militar espanhol constitui ainda um precioso contributo para minorar uma das vulnerabilidades mais importantes da Aliança, a qual consiste, como é sobejamente conhecido, na sua presente inferioridade em forças militares convencionais relativamente ao Pacto de Varsóvia. As Forças Armadas da Espanha parecem efectivamente com capacidade para poderem vir a ser utilizadas como reforço de qualquer dos flancos ou frentes terrestres da Europa, para contribuir para a protecção próxima e longínqua das rotas marítimas dos aliados, e até talvez ainda para participar em missões de presença militar em áreas sensíveis fora dos limites geográficos da NATO, onde se torne eventualmente conveniente dar uma imagem de determinação do Ocidente na defesa dos seus interesses vitais e dos seus amigos.

Para além do mais, o especial relacionamento da Espanha com o Mundo Árabe e com a América Latina hispânica constituem certamente instrumentos preciosos para a causa do apaziguamento mundial, dadas as potencialidades que contém para uma melhor compreensão da sensibilidade destas importantes regiões pelos aliados e, por conseguinte, para um entendimento mais profícuo com elas.

2. Os problemas verdadeiramente dignos desse nome decorrentes da entrada da Espanha para a NATO são de esperar relativamente à sua inserção no esquema colectivo de defesa militar. Aqui, há que encontrar uma acomodação que seja aceitável para todos os países

---

\* Artigo publicado em *Nação e Defesa*, n.º 23, Julho-Setembro de 1982.

mais directamente envolvidos e, designadamente, para o próprio país vizinho, o qual, diga-se desde já, dispõe da influência suficiente para acabar por levar os seus aliados a compreender que nem todos os «statu quo» poderão resistir indefinidamente. Isto não quer dizer que a Espanha não deva por seu turno ser persuadida a não ter pressa, dado ser inegável que a Aliança pôde estar décadas sem o seu concurso directo e que, inclusivamente, foi agora renovado o seu acordo bilateral de defesa com os EUA.

Seja como for, os aliados, e a própria Espanha, precisam efectivamente de ser pacientes e prudentes, para se evitar que a acomodação do novo parceiro no esquema de defesa militar da NATO tenha reflexos negativos, em vez de positivos, na difícil e vital solidariedade atlântica. A este propósito conviria salientar que o mais seguro em termos de confiança mútua e de solidariedade interaliada será sempre o respeito pela primazia das potencialidades geoestratégicas sobre as militares na estrutura dos comandos, como modo mais eficaz de se eliminarem à nascença sensibilidades de soberania e tentações de promoção de gendarmes regionais que não seriam certamente bem recebidas. Efectivamente, as potencialidades geoestratégicas são menos mutáveis e intimamente ligadas à individualidade, soberania e importância político-estratégica, pelo que os países são naturalmente ciosos delas, enquanto que as potencialidades militares são conjunturais e corrigíveis, sendo por conseguinte mais acertado que se actue nestas, e se evite «ofender» aquelas. Há, pois, que ter a preocupação de respeitar as sensibilidades de todos os países envolvidos. Neste campo será de chamar a atenção para a espécie de fascínio que os EUA e a RFA estão a dar a impressão de nutrir pelas potencialidades militares do novo aliado ibérico, admitindo-se que tal aconteça por estarem interessados na possibilidade do concurso de efectivos militares espanhóis para reforço da frente leste europeia em substituição de contingentes norte-americanos e outros que estão sendo cada vez mais solicitados para diferentes paragens. É claro que este fascínio pode ser susceptível de arrastar compensações que preocupam naturalmente vizinhos da Espanha como a França, Inglaterra e Portugal, para não falar de Marrocos, o que poderá estar já a dar lugar a desconfianças e a consequentes alinhamentos reactivos mais ou menos subterrâneos que são claramente inconvenientes para a solidariedade atlântica. Uma menor prudência no aludido fascínio pode ainda fornecer argumentos a importantes sectores políticos dos referidos países que não deixariam escapar a oportunidade para apontar os EUA, a Espanha e a NATO como hostis aos seus interesses. A inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO deve fazer-se assim de forma equilibrada. Tal pressupõe, desde logo, um esquema gradual a longo prazo, sem pressas, para que possa ir assentando, através de uma estratégia equilibrada, a confiança pelo respeito que todos os países aliados esperam merecer. Há que ter a lealdade e a coragem de se dizer que nenhum dos países mais directamente ligados à questão deixaria de

reagir a que qualquer dos seus parceiros se aproveitasse da Aliança para tentar solucionar frustrações ou para procurar concretizar objetivos que de outra forma não têm podido alcançar. Não se trata, por conseguinte, tanto de nacionalismos que devessem estar já menos exacerbados, mas sim, e principalmente, de reacções legítimas preventivas quanto a possíveis tendências hegemónicas que já deveriam, essas sim, ter sido abandonadas, principalmente quando o que está em causa é a reunião de meios e de vontades para se fazer face a uma séria ameaça comum.

3. No que respeita a Portugal, há que reconhecer que algumas fragilidades e determinados bloqueamentos mentais e psicológicos constituem afinal motivo de preocupação e até factor de potencial desequilíbrio e instabilidade na região. Isto porque, sendo de molde a impedir que o País possa assumir a vocação geoestratégica predominantemente marítima do seu território através de adequada composição e orientação do dispositivo do seu Poder Militar, acabam por tentar e até obrigar terceiros a fazê-lo por si em nome da segurança colectiva e da sua própria. Esta espécie de demissão nacional constitui também ela uma vulnerabilidade que importa identificar e reconhecer como sendo responsável por impedir que o País possa disfrutar de importância e influência no seio da comunidade atlântica que lhe permitiria obter contrapartidas e benefícios que outros mais esclarecidos e mais adequadamente armados vão acabando deste modo por ir chamando a si. Será porventura isto mesmo que alguns políticos e governantes estão já reconhecendo muito acertadamente, quando sustentam que Portugal não pode nem quer participar na Aliança apenas em termos geoestratégicos.

Mas, antes de prosseguir, cumpre esclarecer que as presentes reflexões, na linha das publicadas anteriormente nesta Revista, decorrem de percepção e de posição exclusivamente pessoal, e continuam a ter como único propósito tentar contribuir para uma filosofia nacional de segurança.

Dêem-se as voltas que se derem, é facto incontroverso que o Território Nacional português tem principalmente potencialidades geoestratégicas reconhecidamente à medida do que bem poderia ser uma importante potência marítima norte-atlântica. Deverá mesmo atentar-se em que nenhum outro país europeu sobreleva Portugal neste domínio, pois nenhum território do Velho Continente, para além de não apresentar a composição quase arquipelágica do português, reúne simultaneamente, ou com o mesmo grau de importância, as três possibilidades seguintes: de controlo das comunicações marítimas vitais para o abastecimento da Europa, de apoio às rotas marítimas e aéreas de reforço e socorro do Continente Norte-Americano à Europa em caso de guerra, e de trampolim intercontinental para movimentação de poderio militar («sealift» e «airlift»). Por outras palavras, pudesse

Portugal dispor de um Poder Militar com adequada componente naval e aeronaval como a Holanda (para recorrer a um exemplo de um pequeno país, cujo território não tem de forma alguma expressão ou interesse geoestratégico semelhantes ao português) e com componentes terrestres e aérea melhor identificadas com a geografia, e o peso do País na Aliança bem poderia ser outro. Quer isto dizer que poderia haver maior facilidade para a obtenção de benefícios de vária ordem (tecnológica, económica, financeira, etc.), e os portugueses sentir-se-iam certamente mais seguros e mais tranquilos ante a perspectiva da inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO. Tal como as coisas estão, dada a precária «ocupação» portuguesa do espaço interterritorial nacional (que constitui a parte mais relevante da área do Comando Ibero-Atlântico da NATO) por meios navais e por meios aéreos de autêntica vocação marítima, será efectivamente de rezear que o maior peso político-militar dos supracitados países aliados mais directamente preocupados com a adesão da Espanha à NATO acabe por empurrar a Marinha (e a sua Aviação Naval) espanhola para o «*mare nostrum* [económico] português», um pouco à semelhança do que já está acontecendo com as Pescas do país vizinho, que têm vindo a ser gradualmente impedidas de actuar em ZEE de países mais distantes. Neste caso das pescas, curiosamente, Portugal tem graves problemas também por falta de «ocupação» do seu mar interterritorial. É assim indispensável que se diga que não é tanto o Poder Terrestre da Espanha o factor determinante do seu peso negocial na Aliança nas questões que mais directamente respeitam a Portugal, designadamente no problema da estrutura de comandos, muito embora ele possa actuar como moeda de troca, como atrás se referiu. Por isso, alguns especialistas começam agora a declarar, embora sem explicar porquê, que o problema do «comando unificado» para a Península Ibérica é, afinal, um falso problema. Para se entender melhor esta questão, será preciso contudo esclarecer que o «fantasma» do comando unificado ibérico poderia ter levado à conclusão que Portugal, para defender a sua individualidade na Aliança, precisaria de reforçar preferencialmente o seu Poder Terrestre. É claro que esta posição tem efectivamente a sua lógica no reconhecimento da necessidade de preservar a individualidade nacional na Aliança. Simplesmente, acontece que o Território Nacional que há realmente a «ocupar» com meios militares portugueses não se limita ao Teatro de Operações terrestres do Continente. Por outro lado, o que a Aliança precisa efectivamente de cobrir dele é mais o espaço interterritorial e as Ilhas, a partir das quais poderiam desenvolver-se as principais ameaças à sua segurança individual e colectiva. Isto, aliás, pode ver-se claramente pela geometria da ZIC («Zona de Interesse Comum» prevista no anterior acordo bilateral de defesa entre os EUA e a Espanha) em que o espaço português aparecia repartido entre a Espanha e os EUA, de forma em tudo idêntica ao que acontece com a estrutura dos comandos NATO entre o IBERLANT (com sede na Península — em Portugal — onde não estão os Açores, tal como na ZIC) e o

WESTLANT (com sede nos EUA, onde estão os Açores), tal como se a «ocupação» do espaço nacional pelas Forças Armadas portuguesas não fosse realmente de ter em consideração. Diga-se entretanto claramente que não é do interesse de Portugal manter os Açores separados do restante do território português na estrutura de comandos operacionais da NATO, e que não há razões de ordem operacional suficientemente fortes que o justifiquem.

4. Para evitar e resolver convenientemente estes e outros problemas, pensa-se que Portugal precisaria realmente de mostrar propósitos credíveis de reestruturação e de reforço do seu Poder Militar em conformidade com as necessidades reais de segurança da Aliança, as quais, conforme se defendeu em reflexões anteriormente publicadas nos números 15, 18 e 20 da revista *Nação e Defesa*, são afinal idênticas em muitos pontos às nacionais. É claro que seria sinceramente de esperar que, perante eventual coerência de tais propósitos, os aliados pudessem estar mais facilmente interessados em reequacionar a sua ajuda militar a Portugal e à Espanha em termos mais equilibrados, e em esperar o tempo que fosse necessário para o País poder assumir as responsabilidades que a sua geografia e as suas tradições marítimas requerem.

Impõe-se ainda esclarecer que a reestruturação do Poder Militar português nos termos que se preconizam não teria de afectar o Poder Terrestre e, muito menos, o Poder Aéreo, conforme poderá depreender-se das reflexões publicadas acima referidas. Isso poderá depreender-se também da composição das Forças Armadas de algumas potências marítimas europeias, como a Inglaterra (150 000 homens no Exército, 85 000 na Força Aérea e 70 000 na Marinha), a Holanda (75 000, 19 000, 17 000, respectivamente) ou a Dinamarca (21 000, 7000, 6000). A questão reside sobretudo no discurso, e na orientação do dispositivo, que se julga que conviria obedecessem preponderantemente a uma mentalidade atlântica, e não continental. O exemplo da Segunda Guerra Mundial (em que o Exército português teve de seguir muito apressadamente, e em força, para os Açores com o objectivo de evitar o seu «garnecimento» por países amigos e aliados, com todos os inconvenientes decorrentes da improvisação, da inadequação, e até do choque moral e psicológico que provocou, parece bem elucidativo do que se pretende dizer. A presença dos aviões FIAT-G91 nas Lajes é um bom exemplo da orientação atlântica a dar ao dispositivo de defesa militar. Aliás, a percepção que a Aliança Atlântica também tem do papel e da participação de Portugal no domínio da defesa militar colectiva foi claramente mostrada logo de início, quando fez saber que se esperava do nosso País principalmente Marinha e Aviação Naval. Ora o que acontece é que a Força Aérea Portuguesa não tem hoje realmente um corpo especializado para apoio à Marinha (principalmente aviões especialistas de patrulha marítima de longo raio de acção e de luta anti-submarina); e

que, se é verdade que a Marinha tem ainda algumas unidades navais oceânicas que lhe têm tornado possível manter-se relativamente a par da evolução da guerra no mar por meio de contactos nunca interrompidos com a NATO, elas são já inadequadas para as actuais ameaças de superfície, submarina e aérea, e não existe qualquer uma para luta antiminas. A simples comparação da pretensão de adquirir meio grupo de fragatas (3) para a Marinha portuguesa com as realidades da Holanda e da Espanha fala por si. Assim, enquanto a Holanda pretende uns 5 grupos de fragatas e de outros navios, e dispõe de importante Aviação Naval, a Espanha tem um plano naval onde, além de genuínos aviões de patrulha marítima e luta anti-submarina de longo raio de acção, e de numerosos submarinos, se prevê a constituição de dois fortes Grupos de Combate de superfície, cada um constituído por um porta-aeronaves (porta-«Harriers»), um ou dois cruzadores e várias fragatas lança-mísseis, para além da modernização da sua Força Anfíbia, que já é a segunda mais importante da NATO. Entretanto, a imediata admissão de Portugal na NATO aquando da sua criação, ao contrário do que sucedeu com a Espanha, apesar de ambos os países apresentarem então idêntico inconveniente de regime político, constitui um exemplo prático do reconhecimento de uma vocação geoestratégica atlântica mais marcada do território Português. Isto deve-se, evidentemente, ao posicionamento dos respectivos territórios face às rotas marítimas vitais para a Europa, em que a posição dos Açores, por não ter alternativa no Território espanhol, foi provavelmente um dos factores predominantes. Hoje, face à deslocação das rotas de socorro da América do Norte à Europa mais para Sul, para fugir à ameaça dos aviões navais «Backfire» soviéticos com base na Península de Kola, e para procurar maior protecção da costa e melhores condições acústicas para a detecção de submarinos, aumentou por seu turno a importância geoestratégica do arquipélago da Madeira e do Continente.

É claro que não parece tarefa fácil, e constituirá talvez até algo de quixotesco, tentar fazer aceitar a importância do mar num País que, a despeito de ser o mais atlântico da Europa, e de dispor da sua mais vasta ZEE, deixou cair o seu Poder Marítimo a um nível tal que hoje apresenta, no Velho Continente, as menos significativas Marinhas de Recreio (praticamente sem iates, sem marinas e sem campeões de vela), de Pesca (a menor taxa de capturas e incapacidade para ocupar sequer a zona do mar territorial — 12 milhas), Mercante (menos de 15% das necessidades de transporte cobertas por meios nacionais, incluindo algumas ligações interterritoriais e até inter-ilhas), Científica (apenas uma unidade civil e uma outra naval) e de Guerra. É que, conforme sustentou o clássico Mahan, o Poder Marítimo dum país não decorre apenas das potencialidades geoestratégicas do seu território, nem também somente das embarcações de todas as suas Marinhas, mas tem muito a ver com o seu desenvolvimento económico e industrial e, sobretudo, com o que ele designou por «Carácter do Povo» e «Carácter do Governo», querendo certamente aludir ao gosto, atracção e expe-

riência dos cidadãos e à sensibilidade e entendimento dos sectores liderantes, relativamente ao mar. Poderá ainda por cima parecer uma contradição ou um contra-senso apelar-se para uma filosofia mais atlântica na era da atracção pela CEE. Convirá no entanto lembrar-se mais uma vez que nenhum país da Comunidade prescindiu ainda de nenhum dos factores que marcam a sua individualidade e independência, talvez antes estejam a mostrar-se cada vez mais ciosos deles, agora que a crise económica, social e política alastra. Ora, como se sabe, a individualidade e a independência de Portugal têm, desde a sua origem, a marca indelével do mar. Lembra-se ainda que, em termos de defesa militar, a Europa admite duas componentes desde a Primeira Guerra Mundial, uma Continental e outra Atlântica (constituída pelo reforço e pelo socorro da América do Norte), e que esta foi decisiva para a vitória dos aliados nas duas últimas grandes conflagrações. Ora o papel de Portugal, pelo facto de ser naturalmente na Componente Atlântica (inserido no SACLANT, com sede nos EUA) não deixa por isso de estar na defesa da Europa, pelo que se torna também por aqui lógico, e nunca contranatura, o apelo a uma mentalidade de defesa predominantemente de pendor atlântico. O que não se pode é, por exagero, ir-se tão longe em matéria de demissões relativamente ao mar que, um dia, o País tenha que pedir licença à CEE para pescar na ZEE portuguesa e à NATO para desminar os portos nacionais.

5. Terminada a fase em que os países aliados foram obrigados pela conhecida reacção nacional, e também pela de outros países membros da NATO, a atentar melhor em problemas que a inserção da Espanha no esquema de defesa militar da NATO pode levantar, e tendo responsáveis portugueses sido bem claros quanto ao que consideraram como sendo inegociável para o País, torna-se a partir de agora indispensável aprofundar a questão e estar preparado para soluções aceitáveis, entre o desejável e o inegociável. Para já, conviria realmente ter presente que o nível do que poderá ou terá de vir a ser eventualmente aceite tende a ser directamente proporcional à «taxa de ocupação» do Território Nacional por um Poder Militar português concebido numa perspectiva de potência marítima; isto é, aquele nível será tanto mais baixo quanto maior for o desfazamento entre o potencial geoestratégico do Território Nacional, o seu poderio aeronaval e o seu dispositivo militar. Por outro lado, parece que uma filosofia nacional de defesa de tipo atlântico (se vier a ser essa a opção dos sectores liderantes políticos e militares do País) para ter força negocial, terá de contar claramente com a aceitação e o comprometimento dos sectores mais representativos dos cidadãos das três parcelas do Território Nacional, o que será mais fácil e mais credível se eles tiverem a oportunidade institucional de participar nos competentes órgãos superiores de estudo e de decisão. Além do mais, o Conceito Estratégico de Defesa Militar a adoptar deverá assentar na realidade geoestratégica do País e terá de ser adequado

aos clássicos objectivos a atingir, designadamente a contribuição para a liberdade de manobra política do País. Outra condição a que o Conceito terá de obedecer é a exequibilidade, isto é, que seja viável adquirir, utilizar e manter meios militares. Neste ponto, há a distinguir entre os meios adquiridos por esforço próprio, e os obtíveis por ajuda aliada. A propósito, parece não ser inteiramente correcto classificar-se os gastos com a defesa militar como meras despesas. Por exemplo, nunca terá sido contabilizado o que a Lisnave efectivamente terá ganho em competitividade internacional com a experiência tecnológica adquirida aquando da construção nos seus estaleiros das fragatas de origem norte-americana da classe «Almirante Pereira da Silva», como não muito se tem falado a tal respeito quanto às Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, para não referir outras indústrias e as subsidiárias que desses esforços beneficiam, e o pessoal especializado que as Forças Armadas estão regular e discretamente devolvendo ao País devidamente desenvolvido. Se não é por razões deste tipo, como explicar o interesse da Holanda pela Marinha? Quanto aos meios a obter por ajuda aliada, crê-se que poderá ser determinante a existência de um plano de reestruturação e de reequipamento a longo prazo que vise a diminuição coerente do distanciamento entre os potenciais militar e geoestratégico de Portugal, no qual se contemple uma ampla coincidência entre objectivos de defesa militar do País e da Aliança no Território Nacional, o que se julga perfeitamente viável, conforme se tem vindo a defender em reflexões publicadas nesta Revista. A terceira condição essencial a que o Conceito terá de obedecer é a correspondência entre a importância do objectivo a atingir e o nível dos sacrifícios a fazer, o que depende fundamentalmente da percepção que se tiver da importância dos riscos existentes, percepção essa a que muitas vezes se chega demasiado tarde e, quase sempre, após amargas experiências.

Porque se falou atrás de Poder Marítimo, pareceria ainda muito conveniente referir algo de importante a que se está assistindo em França a tal respeito, e a que já se havia feito alusão no n.º 4 da Revista «Nação e Defesa» (Jan. 78), isto porque Poder Naval tem necessariamente íntima relação com Poder Marítimo. Citou-se então um artigo da revista francesa «Revue Maritime» onde se escreveu: «estamos nós no dealbar de uma civilização predominantemente marítima? Parece bem que sim, dado que o mar vai desempenhar na vida das nações e dos homens um papel sem precedentes nas próximas décadas, fornecendo uma parte importante da alimentação, pela pesca industrial e pela aquacultura, contribuindo para a produção de energia, constituindo um vasto reservatório de matérias-primas, e sendo enfim o lugar privilegiado da Defesa, com o advento dos submarinos nucleares lança-mísseis. Recentemente, aconteceu que o Governo francês decidiu-se por uma ambiciosa política de exploração de recursos do mar, passando pela investigação científica e tecnológica, acontecendo ainda que designou para a presidência do Centro Nacional de Exploração dos Oceanos (CNEXO) nada mais, nada menos, que o ex-director do Centro Nacio-

nal de Estudos Espaciais, a quem se deve em boa parte do êxito do foguetão europeu ARIANE (o rival do «shuttle» COLUMBIA da NASA), o que reflecte uma preocupação evidente de eficácia. É por factos como estes que se pode aferir do valor do factor do Poder Marítimo enunciado por Mahan como «Carácter do Governo». Mesmo ressaltando as convenientes distâncias, não é possível deixar de comparar-se o referido com a situação nacional, em que se verifica simultânea carência de embarcações em todas as Marinhas e de trabalho nos estaleiros de construção e mesmo de reparação naval. Isto num País que poderia e deveria ser mais que auto-suficiente em termos de pesca para compensar e reduzir as suas elevadas despesas com a importação de carnes, e que acaba afinal por importar também pescado. Singularmente, acontece que o mar não conseguiu nas últimas décadas ocupar na vida portuguesa o lugar que o interesse nacional justificaria, a não ser nas letras de fados lisboetas e nas obras de alguns poetas. A propósito, refere-se que o General De Gaulle disse um dia que apenas um país com sentido de objectivo é senhor dos acontecimentos e não seu escravo.

6. Por último, em defesa do indispensável equilíbrio, convirá referir-se que a defesa militar do País não se esgota necessariamente no quadro da Aliança Atlântica, nem do mar. Assim, a posição específica do Território Nacional relativamente a outros países e seus interesses, e a outros cenários, e a sua composição e forma particulares, contêm vulnerabilidades e admitem riscos e ameaças possíveis de outras origens. Tais riscos podem decorrer de hipotéticas tensões e conflitos regionais, situações estas para as quais as Alianças nem sempre se mostram vocacionadas ou decididas a intervir, ou porque carecem de mecanismos e de meios adequados, ou por falta de vontade política, devido a hesitações compreensíveis para tomar o partido de uns aliados e amigos contra outros. Apresentam-se como exemplos a chamada «Guerra da Sardinha», em tempos surgida entre Marrocos e a Espanha, que acabou felizmente por não ter consequências de maior, mas que chegou a envolver alguns meios navais e aeronavais, e o grave contencioso existente entre a Grécia e a Turquia por causa de Chipre, do acesso aos recursos económicos do Mar Egeu, e da estrutura dos comandos NATO na região, em que a Aliança e os EUA, dadas as dificuldades políticas com que se debatem para tomar uma posição clara, estão sendo olhados com desconfiança por ambas as partes. Quer isto dizer que outros riscos e outras possíveis ameaças fora do quadro da NATO, e passíveis de afectar outros cenários, que não apenas o marítimo, não poderão deixar de ser consideradas numa filosofia nacional de segurança e no Conceito de Defesa Militar do País, com reflexos naturais nos sistemas de forças. São considerações como estas, entre outras, e tão importantes como tradições e equilíbrios que têm de ser respeitados, que influenciam as composições das Forças

Armadas de potências marítimas como as atrás citadas. Por isso, não é lícito concluir-se da argumentação utilizada que se pretenderia induzir a instilar uma saudável dose de atlanticidade na filosofia de defesa militar à custa de diminuição do papel do Exército. A questão é outra, e tem mais a ver com a hipótese, para a qual conviria ir preparando os espíritos e as estratégias, de que, a ter de continuar a actual modéstia de meios navais e aéreos com vocação inequivocamente marítima, e a orientação do dispositivo militar, será de rezear que se possa manter indefinidamente o presente arranjo conseguido para o IBERLANT, face à crescente influência político-psicológica do cada vez mais importante Poder Naval espanhol (Marinha e Aviação Naval).

7. As reflexões formuladas não deverão ser interpretadas como mera apologia do Poder Marítimo e do Poder Naval. Poderão perfeitamente servir, tão-somente, para tomar consciência dos inconvenientes que o País sofre se não houver realmente capacidade ou vontade para os valorizar. É que, quer se queira, ou não, quer se goste, ou não, o mar português e as ilhas portuguesas existem, e são incontestavelmente muito importante para o País. Tão importantes para a sua influência e para a sua própria viabilidade, que apenas poderão interessar as opções que reforcem a coesão interterritorial, ou que, no mínimo, não atentem contra ela.

Para além do mais, o mar pode ainda vir a revelar-se como um novo futuro para o País, pelo menos a ajuizar pelo supracitado exemplo da França.

8. A defesa constitui, além de tudo, um importante instrumento da política no complexo jogo das influências internacionais. É igualmente sabido que as relações entre os países, mesmo no âmbito das alianças naturais, pautam-se bastante mais pelos interesses, sendo principalmente destes que decorrem as amizades e, quase nunca, o contrário. Ora acontece que, no domínio da defesa ocidental, Portugal, exactamente como a Holanda, terá provavelmente melhores hipóteses de pesar mais se puder afirmar-se como potência predominantemente marítima, o que decorre da sua Geografia muito especial e da sua própria História, a qual deve ao mar a sua projecção e respeito internacionais. Por isso pareceria realmente de todo o interesse que pudesse ser formulado um conceito estratégico de defesa militar em conformidade, que servisse como guia para as aquisições de material e para a reformulação do dispositivo que importaria ir fazendo à medida do possível, em nome do interesse nacional e da Aliança. Pensa-se que só assim a defesa do País poderia passar a assumir sentido ainda mais autêntico, a ser racionalmente gerível, a deixar de ser tomada apenas como despesa e, até talvez, a poder ser melhor compreendida e apoiada pelos aliados, em termos de reapetrechamento. A prevalecer outra orientação, poderá estar reservado ao País um apagado, inglório, perigoso e pouco «remunerativo» papel de mera plataforma de serviços.

É sabido que o recurso aos exemplos da História tem os seus detractores, entre os quais os que sustentam que ela jamais se repete exactamente. No entanto, a Geografia persiste, e o controlo do mar português foi sempre decisivo em momentos capitais da História nacional distanciados de séculos uns dos outros. Por isso, embora os tempos sejam efectivamente outros, e hoje se encontrem como aliados naturais povos que outrora se guerrearam duramente, não deverá isso ser pretexto para que se abrande de prudência por forma a deixar que se repitam situações de vulnerabilidade que, no passado, tiveram consequências trágicas. Não quer isto dizer, de forma alguma, que uma insuficiente «ocupação» do espaço interterritorial português por meios nacionais possa hoje levar à perda da independência, como sucedeu em 1580 com o decisivo desembarque das forças do Duque d'Alba em Cascais. Nada disso. Quer-se dizer é que tal vulnerabilidade, a manter-se, será provavelmente susceptível de poder causar crescente perda de prestígio, credibilidade e liberdade de acção, com reflexos certamente negativos nos destinos do País.

Julho de 1982

## A IMPORTÂNCIA DO PODER NAVAL EM TEMPO DE PAZ\*

---

*«A segurança não tem bases sólidas se, entre todos os elementos que lhe são necessários, não se apoiar na vontade do povo e na prontidão das suas forças armadas.»*

Contra-almirante Fernando Fonseca  
Director do ISNG

Mahan sustentava que o Domínio do Mar conduz à vitória em tempo de guerra e à riqueza em tempo de paz.

Conhecida a preocupação deste famoso oficial de marinha norte-americano em extrair conclusões objectivas do estudo atento da História, parece lícito supor-se que o possam ter impressionado, sobretudo no respeitante à segunda parte da sua afirmação — a riqueza em tempo de paz — as consequências económicas do desvio do comércio do Índico para Lisboa por via marítima, e a duração da hegemonia britânica até aos seus dias, sustentada por um Poder Marítimo e por um Poder Naval sem igual. Terá sido ainda muito provavelmente a constatação destes factos que o poderá ter levado a formular a sua conhecida tese de que a supremacia das Potências Marítimas sobre as Potências Terrestres ficou a dever-se à exploração das vantagens que o transporte marítimo oferece relativamente ao terrestre.

Antes de prosseguir, parece conveniente, para proporcionar maior clareza à exposição, referir o significado que é atribuído a algumas expressões utilizadas. Assim o Poder Naval respeita exclusivamente a meios navais, isto é, a navios, a submarinos e a meios aéreos orgânicos das Marinhas, correspondendo a sua concepção, preparação e

---

\* Lição inaugural aos cursos do Instituto Superior Naval de Guerra no ano lectivo de 1979-80, publicada em *Nação e Defesa*, n.º 12, Outubro-Dezembro de 1979.

utilização à Estratégia Naval. O Poder Marítimo engloba, para além dos citados meios navais, todos os que contribuem, permanentemente, ou apenas eventualmente, para a realização dos interesses marítimos dos países, como sejam as Guardas Costeiras, as Marinhas Mercantes, Científicas e de Pesca, e meios aéreos orgânicos das Forças Aéreas. A Estratégia Marítima diz respeito à concepção, preparação e utilização do Poder Marítimo.

As comunicações marítimas entre Portugal e o Índico não se processaram sem oposição, a qual assumiu muitas vezes formas insidiosas. O caso é que os nossos antepassados, que se viram obrigados a procurar melhorar as condições económicas do País e a consolidar a sua própria independência rumando ao mar, tiveram logo de verificar a utilidade dos meios navais em tempo de paz para defender os seus interesses. O fenómeno aparece bem ilustrado na conhecida obra de Stephan Zweig «Fernão de Magalhães», onde, referindo-se aos portugueses, aquele autor afirma: «os primeiros navios serviram para as descobertas..., os segundos não procuraram senão comercializar com os novos países, e a terceira frota, ao contrário, estava já equipada militarmente». E, em pleno século XVIII, para protecção da sua navegação comercial em tempo de paz, Portugal mantinha no mar, entre outras:

- a Esquadra do Estreito, destinada principalmente a impedir a travessia do estreito de Gibraltar em direcção ao Atlântico por piratas argelinos;
- a Esquadra dos Açores, para aguardar e escoltar até à costa do Continente os comboios de navios oriundos da Índia e do Brasil;
- a Esquadra Guarda-Costas, uma força naval de cruzeiro destinada a combater piratas e corsários ao longo da costa do Continente;
- a Esquadra de Comboio, para a escolta dos navios que estabeleciam as ligações com o Brasil.

E não apenas os estrategas lusitanos, mas também os que os seguiram na Espanha, na Holanda, na França e principalmente na Inglaterra, verificaram ainda a necessidade de manter influência e controle nas regiões onde se situavam as fontes dos recursos económicos, nos pontos-chaves das comunicações marítimas, e no mar alto. Isto é, concluíram pela indispensabilidade de Poder Naval para o exercício de Presença Militar e de Controle do Mar em tempo de paz.

Assim, para além dos tradicionais objectivos de tempo de guerra da Estratégia Naval, como sejam o «Domínio do Mar», «Atacar a Terra a Partir do Mar», «Transportar e Abastecer Forças Militares pelo Mar» e «Assegurar o Exercício da Exploração Económica do Mar», têm sido desde há muito comumente consideradas como funções atribuíveis a Marinhas de Guerra, entre outras porventura menos importantes, as seguintes de tempo de paz:

- *Funções de Carácter Diplomático*, com objectivos como: melhorar a capacidade negociadora dos países; apoiar aliados e outros países que se encontrem sob ameaça externa; disputar influências nas alianças; prestar assistência naval a países amigos; projectar imagem favorável no exterior; mostrar interesse e obrigar a ser ouvido nos assuntos de certas regiões, etc.
- *Funções de Carácter Não Bélico*, visando preservar a soberania nacional em águas jurisdicionais próprias; velar pelo cumprimento da lei e dos acordos internacionais; reprimir o contrabando; controlar a navegação; prestar assistência técnica e humanitária a actividades económicas no mar; prestar auxílio a populações em caso de calamidades; etc.

Estaremos no dealbar de uma civilização predominantemente marítima? A interrogação parece arrojada, mas tem vindo realmente a ser feita, e o que já se conhece da escassez de recursos económicos em terra em face da explosão demográfica, o que se vai sabendo das potencialidades do mar como fonte alternativa daqueles recursos, e o interesse manifestado pelos próprios países interiores no acesso a eles, são realidades muito significativas. O que é certo é que a maratona em curso no âmbito da ONU para se chegar a consenso universal quanto à Lei do Mar, e o crescente número de países que têm vindo a declarar unilateralmente largas zonas de jurisdição exclusiva, dão-nos conta de que a corrida à «colonização» do mar já começou.

Entretanto, prevê-se que o concurso do mar (é preciso não esquecer que ele ocupa cerca de 71% da superfície terrestre), para o suprimento das carências da humanidade, possa residir:

- na própria água, a dessalinizar, porque a escassez de água doce começa a ser também um problema preocupante;
- nos produtos energéticos (petróleo, gás natural, urânio);
- no aproveitamento da energia das ondas, das marés e das correntes;
- nos recursos biológicos (pesca, caça, maricultura);
- nos minérios (ouro, estanho, diamantes, nódulos metálicos de níquel, manganés, cobalto, cobre, alumínio, ferro);

o que parece augurar boas perspectivas para os países ribeirinhos.

Mas o mar tem sido utilizado como vazadouro, do que decorre poluição que destrói preciosos recursos económicos. E, além da poluição voluntária, há ainda a acidental, tornando-se necessário tomar providências contra ambas.

Parece, assim, indispensável proceder-se à elaboração de um atlas de oceanografia económica que elucide sobre os recursos económi-

cos do mar, o qual precisa de ser completado com a referenciação das fontes de poluição natural e das correntes marítimas. Tornam-se ainda convenientes sistemas de administração racional da prospecção e da exploração daqueles recursos, de âmbito nacional e porventura até internacional, e proceder à regulamentação da navegação e à sua fiscalização.

A Revolução Industrial e a dependência do transporte marítimo que dela decorreu para a importação de matérias-primas e de hidrocarbonetos, e para a efectivação de trocas comerciais, teve como consequência a atracção dos centros vitais dos países industrializados do Ocidente para o litoral, que levou a que cerca de 70% da sua população viva hoje a menos de 50 Km do mar. A nova corrida ao mar, agora iniciada, vai certamente acentuar esta situação, a ajuizar pelo que se está passando, por exemplo no Mar do Norte, onde começaram a surgir complexos habitacionais sobre estacas, a consideráveis distâncias da costa, para proporcionar maior assiduidade às 1200 pessoas que já trabalham no alto mar. Esta tendência vai por outro lado tornando cada vez mais sensíveis as fronteiras marítimas nos domínios da segurança e da defesa militar, bastando para tal se entender referir apenas que, das instalações petrolíferas marítimas, que são extremamente vulneráveis a ameaças e a acções de destruição mesmo em tempo de paz, possa vir a extrair-se, já em 1980, cerca de 30% da produção mundial e, no final do século, cerca de 50%.

De tudo isto pode inferir-se que, da Civilização Marítima em perspectiva, decorrerão novas tarefas atribuíveis a meios navais em tempo de paz, dado que a elas sobra capacidade para, além das suas tarefas clássicas, poderem ainda prestar assistência nos domínios da oceanografia, da meteorologia, da hidrografia, das ajudas à navegação, da fiscalização da Lei do Mar, e da assistência humanitária. Efectivamente, os próprios estados-maiores navais de alguns países estão-se já dando conta de que está a aumentar a percentagem do tempo de empenhamento dos seus meios aeronavais na execução de tarefas de natureza cívica e de apoio às actividades económicas no mar. Alguns, inclusivamente, começaram a dar publicidade às receitas que, da fiscalização das actividades económicas do mar, estão conseguindo para os cofres dos seus países. Assim, não surpreende, por exemplo, que no Parlamento europeu tenha já sido proposta a criação de um Serviço de Guarda Costeira da Comunidade Europeia para a execução de tarefas de carácter cívico no Mar Económico Comum, a equipar com um mesmo tipo de navio, de helicóptero embarcado, e de avião de patrulha marítima.

Parece assim justificar-se que os estrategas navais dos nossos dias venham incluindo no rol das missões das Marinhas de Guerra um crescente número de missões de tempo de paz, entre elas:

- Fiscalizar e proteger as pescas;
- Supervisar a prospecção e a exploração dos recursos económicos do mar;
- Velar pelo cumprimento das leis antipoluição;
- Vigiar a circulação marítima;
- Fazer cumprir os acordos e a Lei do Mar;
- Prestar assistência técnica às actividades económicas, meteorológicas, hidrográficas e oceanográficas;
- Prestar assistência humanitária no mar;
- Garantir a segurança das instalações económicas do mar.

Modernamente, o aparecimento da arma nuclear, capaz só por si de conseguir a decisão de conflitos, aumentou dramaticamente a importância da missão de «Projecção de Força Contra Terra» e, concomitantemente, o valor do mar como área de manobra. Por isso, os oceanos passaram a ser usados em tempo de paz como se fossem vastos tabuleiros de xadrez, onde as potências nucleares dispõem as suas pedras e vigiam as dos adversários, não apenas para garantir a dissuasão pelo receio de destruição mútua, como, principalmente, para evitar um xeque-mate. Isto conferiu à missão de Vigilância Marítima, em tempo de paz, e aos meios para o seu exercício, uma altíssima prioridade.

Mas também o espectacular desenvolvimento da precisão e do poder destruidor das armas navais convencionais, e a possibilidade de poder vir a estender-se a minagem a águas oceânicas, vieram conferir à vigilância dos mares em tempo de paz uma nova importância, visto que as minas e as armas guiadas de precisão parecem susceptíveis de arrastar consigo a possibilidade de, com um dispositivo adequado previamente preparado, se executar de surpresa um golpe espectacular, de que dificilmente seria possível recuperar.

A histórica competição pelo acesso às distantes fontes de recursos económicos tem vindo a intensificar-se, o que se deve, conforme já se referiu, à crescente escassez daqueles e ao preocupante aumento da população mundial, e também do seu apetite. E, porque o recurso à guerra directa entre potências mais apetrechadas para disputar o controle daquelas fontes depara não apenas com a probabilidade de consequências catastróficas que poderiam não deixar vencidos nem vencedores, mas também com o crescente repúdio da humanidade por formas de luta violenta que não têm afinal conduzido a muito, o cenário mundial tem vindo a caracterizar-se por disputa indirecta num clima de conflito de baixa intensidade e de agitação permanente. Esta luta de influências e de interesses desenvolve-se principalmente, como o previram os geostrategas mais famosos, em regiões periféricas onde historicamente se têm digladiado as clássicas Potência Marítima e Potência Continental, a cuja faixa envolvente Spykman chamou «Rimland». Nesta área, a Potência Marítima tem procurado conter a força

centrífuga dos países que têm assumido o papel da Potência Continental, e esta tem tentado romper a contenção periférica que lhe tem sido movida por aquela. Assim, acontece que a situação de não guerra aberta entre potências mais apetrechadas não corresponde necessariamente a situação de paz nos países do «Rimland», bem como doutras regiões, verificando-se nelas permanente disputa de influência económica, psicológica, ideológica, religiosa e diplomática, que tem por vezes assumido a forma de conflito local violento limitado, mais ou menos «acarinhado» do exterior para resolver contenciosos e alcançar vantagens «a quente». Neste tipo de conflito permanente, o Poder Naval — que, como sustenta o almirante Zumwalt, participa em todas as componentes da Força Total de um país — aparece sempre envolvido. Isto decorre da exploração dos atributos de mobilidade, concentração, economia e visibilidade que caracterizam os meios navais e, também, da liberdade de manobra que lhes advém da relativa isenção de complicações de ordem diplomática inerente à permissividade do estatuto do mar, e de uma aceitação que a opinião pública mundial não costuma conceder à acção de Presença doutras formas de Poder Militar. Mas a acção de Presença do Poder Naval, que visa o chamado «Show the Flag», o apoio visível a simpatizantes e a dissuasão de antagonistas, não é a única forma de disputar influências que se encontram à disposição das potências marítimas mais apetrechadas. Assim acontece que estas, na ânsia de não se verem ultrapassadas, vão competindo no domínio do fornecimento de meios de acção naval aos países onde pretendem exercer influência. Estes, dando mostras de terem começado a entender a natureza do Poder Naval, vão deste modo adquirindo capacidade que lhes pode proporcionar, entre outras coisas, dificultar a prática da «política de canhoneira», tentar impor condicionamentos à circulação em zonas vitais de transporte marítimo comercial e de forças navais — a pretextos diversos — e até desencadear, eventualmente, acções violentas clandestinas, tudo isto conferindo crescente importância ao exercício do Controle do Mar, o qual constitui assim outra missão inevitável do Poder Naval em tempo de paz.

A exploração dos recursos económicos do mar parece de facto ser de molde a aumentar significativamente a importância económico-estratégica dos países ribeirinhos e, como previu o futurólogo Kahn, também a aumentar, conseqüentemente, a probabilidade de ocorrência de conflitos de interesses no mar entre vizinhos. Assim, fora do cenário da competição indirecta entre as potências mais apetrechadas, torna-se possível que países ribeirinhos possam sentir a tentação de fazer prevalecer sobre outros o que julgam ser os seus direitos, explorando pela surpresa e pela rapidez de acção a inércia do terror atómico, e a lentidão dos mecanismos das alianças, das instituições internacionais e da opinião pública mundial. Isto pode ser tentado através da prática da estratégia do facto consumado, judiciosamente executada

por forma a levar a ceder, pela surpresa e pela determinação, um antagonista menos prevenido e decidido, se for habilmente colocado ante uma perspectiva de mal maior. Pode também ser ensaiado pelo fomento de crises controladas, ameaçando por exemplo com um dispositivo naval susceptível de conseguir um eficiente bloqueio. Ambas as modalidades de acção terão tendência a lançar mão do Poder Naval, de forma judiciosa, coordenadamente com a rigorosa observância de objectivos limitados que evitem molestar fisicamente as populações e lhes deixem a porta aberta para uma saída mais ou menos airosa, e que respeitem cuidadosamente o natural anseio das grandes potências de não serem arrastadas para disputas violentas directas entre si.

Parece deste modo que, nos planos dos estrategas das potências marítimas menores, não deverá faltar a consideração de um Poder Naval que proporcione capacidade autónoma de dissuasão e de intervenção, pelo menos a suficiente para, pela possibilidade de contrapor inconvenientes riscos militares, políticos, psicológicos e económicos a eventuais oportunismos, permitir a necessária liberdade de manobra política aos governantes. Na realidade, tendo em consideração:

- os perigos existentes, entre os quais se salientam: a proliferação de armas sofisticadas; a dureza da competição económica; a degradação dos mecanismos diplomáticos;
- a possível exploração de vulnerabilidades existentes, como sejam a dependência do exterior em aprovisionamentos de índole vital; a sensibilidade da posição geoestratégica, etc.;
- a ameaça de subalternização política por via de coacção militar,

torna-se muito conveniente dispor de mecanismos autónomos de prevenção e de gestão de crises nas quais, em complemento de imprescindíveis e eficazes estruturas a nível político-estratégico, o Poder Naval assume papel insubstituível, através de forças adequadamente apetrechadas no concernente a meios, a preparação táctica e política, que garantam actuação correcta em crises, e que disponham, consequentemente, de credibilidade técnica e psicológica, a qual não se pode improvisar de um momento para o outro.

É claro que a capacidade autónoma de dissuasão e de intervenção das potências menores, cuja existência se torna conveniente para acudir a crises locais que de antemão se sabe não poderem ser cobertas pelas alianças, deverá naturalmente prever a sua fácil integração na Estratégia Naval dessas alianças, uma vez que a estas se recorre, em princípio, para procurar a protecção de interesses ameaçados pelos conflitos entre os grandes, cuja dimensão transcenda naturalmente a capacidade de defesa própria.

Poderemos estar de facto no dealbar de uma civilização predominantemente marítima, uma vez que a humanidade parece agora obrigada

a enveredar por uma dependência do mar nunca antes vista. Inclusivamente, no âmbito da poupança de energia, pensa-se já em substituir o que for possível dos transportes terrestres por navegação de cabotagem, por esta ser a mais económica.

Assim, certamente que os países mais avisados não deixarão de se preocupar seriamente em adoptar estratégias marítimas adequadas. Não surpreenderá, por conseguinte, que comecem por procurar cuidar dos factores clássicos do Poder Marítimo, de que são considerados como básicos, por Mahan, o «Carácter do Povo» e o «Carácter do Governo». É que, sem sensibilidade marítima, e sem predisposição para desenvolver, não existem condições para se entender e se tirar partido do mar. Por outro lado, aqueles países não ignorarão ainda que o Poder Marítimo e, em particular, o Poder Naval, não se improvisam, que a dissuasão não se simula, e que a exploração dos recursos económicos do mar pode constituir importante contributo para a sua economia, a qual constitui um alicerce da própria independência política.

Abordada, assim, em termos gerais, a importância do Poder Naval em tempo de paz, interessa agora salientar alguns aspectos do caso específico português.

Começaria por lembrar que a História é testemunho de que a prosperidade económica e a independência de Portugal têm estado bastante ligadas à sua localização periférica, que lhe permitiu a utilização do mar, em coordenação com uma Estratégia Diplomática que, pelas alianças praticadas, tornou o território Continental numa espécie de ilha artificial. Dan Stanilawsky dá-se conta desse fenómeno, no seu livro «The Individuality of Portugal», ao apontar como um dos factores que contribuíram para a manutenção da independência do nosso país a circunstância de ter sempre existido ao longo da fronteira terrestre uma zona de desinteresse, ou de rarefacção de populações e de actividades.

Lembraria também que a herança recebida da visão estratégica dos nossos maiores nos proporcionou a feliz circunstância de nos encontrarmos hoje repartidos por parcelas de um território quase-arquipelágico, o qual, para além de nos oferecer boas possibilidades de arquitectar um conceito de defesa escalonada por Regiões que permita maior elasticidade de sobrevivência, proporciona-nos a posse de uma Zona Económica Exclusiva de consideráveis dimensões. Mas, da descontinuidade territorial também decorrem vulnerabilidades de ordem moral e material que importa não esquecer.

Se é verdade incontestada que qualquer país precisa de cuidar das suas resistências morais e materiais para conseguir realizar os seus objectivos num Cenário Mundial tão carregado de antagonismos como é o presente, o problema põe-se certamente com maior acuidade a um

país ribeirinho, como Portugal, que se localiza na faixa de concentração da histórica competição entre a Potência Marítima e a Potência Continental.

Ora, cuidar das resistências morais e materiais de um país, pressupõe desenvolver o seu Poder Nacional, por forma a aumentar a sua independência e a sua capacidade de expressão e de influência. Implica, por conseguinte, tirar-se partido de potencialidades e minimizarem-se vulnerabilidades que sejam susceptíveis de poderem vir a ser exploradas por antagonistas.

Nesta ordem de ideias, há que, em primeiro lugar, atender a que a Geografia de um país tem de constituir a ossatura e a base de sustentação da sua Estratégia Global. Isto porque a maioria dos outros factores do seu Poder Nacional estão relacionados, de um modo, ou de outro, com a localização, com a forma e as dimensões do seu Território, o qual, por assim dizer, impõe sempre a sua servidão. A propósito, parece ainda indispensável recordar que devem ser os Objectivos da Estratégia que determinam os meios a empregar, e não os que eventualmente já existam que determinam aquela. Destas verdades deve, pois, concluir-se que a Estratégia Global de um país para a realização dos seus Objectivos não pode ignorar as servidões da Geografia.

No concernente ao factor geográfico do nosso país, o simples reconhecimento internacional de que o que aqui se passa pode perturbar o equilíbrio ibérico, europeu, e até mundial, sugere também que o potencial estratégico do território português é considerável. Por conseguinte, ele será susceptível de, só por si, conferir ao País grande capacidade de expressão, de influência e de manobra, se for correctamente interpretado.

Ora, para que os Portugueses possam tirar partido das potencialidades geoestratégicas e económicas do seu território, forçoso se torna que se consciencializem da necessidade de fazerem das suas parcelas terrestres e do mar que as serve e as liga um todo harmonioso, pois só deste modo poderão apresentar uma frente resistente aos que pretendem coagi-los politicamente através da exploração das vulnerabilidades inerentes à descontinuidade territorial. Isto implica principalmente uma actuação adequada nos factores morais ou anímicos do Poder Nacional, o que pressupõe um projecto visando o reforço da identidade nacional, o qual só poderá ser verdadeiramente mobilizador se apresentar autêntica expressão arquipelágica.

Tal decorre do facto de Portugal poder ser realmente considerado como um quase-arquipélago. E não apenas porque na composição do seu território entram os Açores e Madeira, mas também porque, conforme se referiu, o País tem vindo a ser obrigado a fazer do Continente, por razões de sobrevivência, e por outras, uma espécie de ilha artificial. Na verdade, ainda hoje, cerca de 95% das importações e cerca de 84% das exportações portuguesas evitam o transporte terrestre — preferindo-lhe o marítimo por ser mais barato e por estar menos sujeito a condicionalismos políticos externos — e os centros vitais do Continente se encontram localizados na orla marítima.

Assim, um projecto com interesse real e com provável aceitação popular para desenvolver a «capacidade de expressão» do País, ou a sua «força de manobra» (que compreende os elementos económico, tecnológico, cultural, político-ideológico, diplomático, anímico e militar), ou seja, para tirar efectivo partido das potencialidades geoestratégicas e económicas referidas, e para minimizar vulnerabilidades existentes, poderia ser realmente o de assumir integralmente a sua condição arquipelágica. Tal projecto obrigaria a dar maior ênfase à Política Marítima, dado que implicaria, entre outras coisas, a consideração do seguinte:

- o combate à descontinuidade territorial e à própria insularidade dos arquipélagos através de conveniente apetrechamento em meios de transporte marítimo e em meios aeronavais, ambos autónomos, devendo estes últimos dispor de capacidade e de facilidades logísticas adequadamente situadas para poderem exercer a presença efectiva, controle e vigilância na vasta área oceânica doméstica;
- a prospecção dos recursos da Zona Económica Exclusiva;
- a exploração daqueles recursos, e a sua protecção de cobiças alheias, de pilhagem, de depradação e de poluição;
- a garantia do fluxo normal das comunicações marítimas domésticas, incluindo as inter-ilhas, e das que asseguram exportações e importações, mormente as respeitantes a produtos essenciais, em tempo de paz e guerra.

Vê-se por esta simples mas mesmo assim significativa relação de objectivos que Portugal tem interesses deveras importantes, senão mesmo vitais, cuja realização implica a utilização do mar.

Mas, para além do projecto de expressão arquipelágica, será ainda de referir a possibilidade de se explorar a especial situação geográfica do nosso país, e não apenas para se incrementar a navegação de cabotagem como medida de poupança de combustível, mas ainda para o desenvolvimento da competitividade internacional das indústrias de reparação e construção naval e dos próprios transportes marítimos oceânicos. No campo da construção naval, poder-se-ia ainda procurar obter contrapartida para o contributo da nossa enorme ZEE para o Mar Económico Europeu.

De todos estes factos resulta a necessidade de se dispor também de adequado Poder Naval, vocacionado não apenas para a defesa dos nossos interesses marítimos em tempo de paz e de guerra mas também para prestar cooperação a importantes actividades económicas, através de assistência técnica e humanitária. De acordo com os clássicos, o Poder Naval de que um país necessita decorre do seu grau de dependência do mar, e das suas vulnerabilidades de que possam resultar ameaças cuja neutralização implique uso do mar.

E, uma vez que a corrida ao mar já começou, há ainda que contar com a certeza de o nosso país vir a deparar com crescentes responsabilidades e antagonismos, proporcionais às grandes dimensões da nossa Zona Económica Exclusiva. Será caso, porventura, para não se poder esquecer o velho ditado «grande nau, grande tormenta», se não quisermos ver «colonizada» por outros a parte que nos coube na repartição económica do Atlântico Norte.

Em conclusão, parece ser de prosseguir na tarefa urgente de avaliação dos interesses marítimos nacionais e dos antagonismos que tenderão a contrariar a sua realização no cenário previsível, para então se repensar o Poder Marítimo e o Poder Naval de que carecemos. Quanto ao Poder Naval, procurou-se transmitir a noção de que as tarefas de tempo de paz — nas quais se incluem a gestão de crises de carácter regional motivadas por colisões de interesses marítimos — estão assumindo crescente importância num cenário que parece tender a ser de luta indirecta, se o perigo da escalada nuclear continuar a constituir um poderoso dissuasor da própria guerra convencional generalizada. Esta probabilidade, pensa-se, deverá pesar nas opções a que a escassez de recursos obriga, sem que daí se deva inferir, contudo, que possam ser esquecidas as obrigações assumidas no interesse nacional e no interesse mútuo relativamente à Aliança Atlântica, de cuja credibilidade dissuasora depende em muito, afinal, a própria paz.

E, para finalmente terminar, salienta-se uma vez mais que o Poder Naval não se improvisa, conforme o sugere o Padre Fernando Oliveira — precursor mundial dos Princípios da Guerra, nascido em 1504 — na sua obra «A Arte da Guerra do Mar»: «a Armada precisa de estar sempre pronta para combater, sem necessidade de mobilizar, como o Exército, pois que por terra não podem vir inimigos de improviso... o ofício dos marinheiros é de mais arte e requer muito uso, (pelo que) se for possível, (devem) ser criados de meninos entre as cordas e aparelhos».

# A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS REGIÕES AUTÓNOMAS\*

---

## 1. INTRODUÇÃO. CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

Das teses sustentadas pelos geopolíticos que são mais atentamente lidos — e que o são provavelmente por terem sido capazes de destrinçar do emaranhado da História e da Geografia linhas mestras que explicam acontecimentos passados e permitiram a formação de previsões acertadas e que, por isso mesmo, são susceptíveis de influenciar o pensamento estratégico actual e futuro — pode concluir-se o seguinte (ver Fig. 1):

- A chave do poder mundial residirá no Hemisfério Norte, onde se encontram 60% das terras emersas e 90% da população do globo, e a região «pivot» situa-se na massa euro-asiática, designada por «Heartland», e que é considerada militarmente inexpugnável;
- A hegemonia mundial tem sido e continuará a ser disputada entre a Potência Continental e a Potência Marítima;
- A Potência Continental tem tendência a procurar estabelecer a sua hegemonia no «Heartland» e expandir a sua influência para fora dos seus limites geográficos;
- A Potência Marítima, ou Insular — que foi personificada pela Inglaterra e, ultimamente, por uma coligação de países marítimos liderada pelos EUA — tem mantido a hegemonia mundial graças a uma política de divisão das potências do «Heartland» e de contenção periférica da Potência Continental nos seus limites geográficos, assente na exploração das vantagens das comunicações marítimas sobre as terrestres e numa superior capacidade para controlar o mar;
- A constituir-se um poder terrestre suficientemente forte no «Heartland» (o que pressupõe um bloco político-militar-econó-

---

\* Conferência realizada no Instituto da Defesa Nacional em 14 de Fevereiro de 1980, inserida no Ciclo de Conferências «As Regiões Autónomas no Contexto da Defesa Nacional» e publicada em *Nação e Defesa*, n.º 13, Janeiro-Março de 1980.

mico englobando a Alemanha, a URSS e a China, ou a hegemonia duma destas potências sobre as outras) a Potência Continental tenderá a dispor duma força centrífuga capaz de romper o cerco que tem vindo a ser-lhe movido pela Potência Marítima e de estender o seu controle a importantes regiões produtoras de hidrocarbonetos e aos mares marginais;

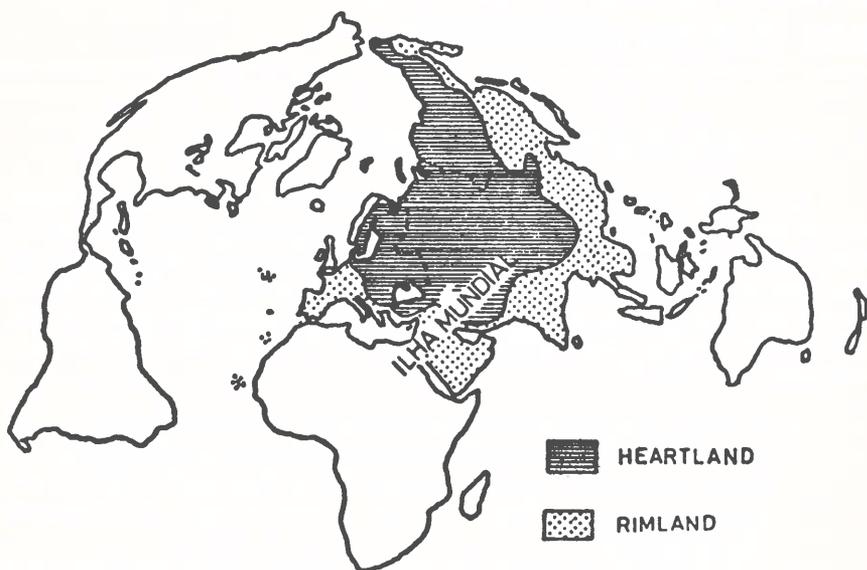


Fig. 1 — Cenário Geopolítico Mundial

- Se a Potência Continental assim constituída for ainda capaz de evoluir ela também para potência marítima, então conseguirá capacidade para disputar à tradicional Potência Marítima o próprio acesso às regiões produtoras de matérias-primas e de hidrocarbonetos existentes no Continente Africano e noutras paragens, e também o próprio controle dos mares, impondo-lhe um desafio sem precedentes;
- A Potência Marítima poderá ainda assim ter possibilidades de responder ao desafio da Potência Continental, se for capaz de fazer dos mares que a separam dos seus aliados naturais um elo íntimo de ligação;
- As ligações decisivas para a disputa do domínio mundial serão o «Heartland» (disputa de hegemonia), o «Rimland» e as ilhas periféricas ou estratégicas (disputa de influências), e o Mar (disputa de controle).

O cenário assim traçado por ilustres pensadores como Mahan, Mackinder, Castex e Spykman, parece explicar satisfatoriamente:

- As lutas pela hegemonia no «Heartland», de que têm sido intérpretes principais as potências a que o almirante Castex chamou de «perturbadoras continentais», designadamente a França de Napoleão, a Alemanha de Hitler, e as actuais URSS e R. P. China;
- As disputas de influência e os conflitos militares limitados que se têm verificado ao longo dos séculos no «Rimland» e nas Ilhas Periféricas deste que, por isso, se transformaram numa vasta faixa de crónica instabilidade ideológica, religiosa, sócio-política, económica e militar;
- O aparecimento duma aliança marítima como a NATO, com o objectivo de fazer do Atlântico Norte um elo de ligação entre aliados naturais; de alianças como a CENTO e a SEATO, procurando reforçar a capacidade de resistência de países do «Rimland» à pressão centrífuga da Potência Continental; e da progressiva extensão tácita da Aliança Atlântica a países situados fora dos seus limites geográficos, os quais se identificam com os actuais membros pelas suas estruturas económicas e político-sociais, e de que são exemplo a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão;
- O apoio de conveniência da R. P. China à CEE, à união europeia e à NATO, e o apoio dos EUA e da CEE ao desenvolvimento económico e militar da R. P. China, ambos numa óptica de contenção da expansão da URSS, o que convém simultaneamente à Potência Marítima e a uma potência terrestre que pretende obstar à hegemonia de outra no «Heartland»;
- O empenhamento dos EUA no Médio Oriente e a sua tese de que esta região petrolífera é vital para a sua segurança e para a dos seus aliados;
- A oposição da URSS aos propósitos de unificação europeia, e o empenhamento que se lhe atribui em conseguir, no mínimo, levar países europeus a um neutralismo que os afaste da sua aliança com os EUA.

Contudo, nem todos os ilustres geopolíticos citados viveram o suficiente para poderem ter assistido ao desenvolvimento dos novos factores que podem também vir a pesar na decisão da disputa pelo domínio mundial:

- A «arma nuclear» e os seus vectores de lançamento — designadamente aviões bombardeiros de longo raio de acção, quer baseados em terra, quer em porta-aviões, e os mísseis intercontinentais, de alcance médio e de cruzeiro — todos eles capazes de abalar a tradicional inexpugnabilidade conferida ao «Heartland» pelas suas dimensões e inospitalidade;

- A «arma ideológica», a qual, tirando partido das actuais facilidades de comunicação, empresta nova dimensão à luta de influências, pela sua facilidade de transposição da contenção periférica;
- A «arma tecnocrónica», visando a associação íntima do desenvolvimento económico e da justiça social, na convicção de que ela acabará sempre por sobrelevar a associação do poder militar, do nacionalismo e da ideologia comunista;
- A «arma financeira»;
- A «arma do petróleo».

Entretanto, numa primeira conclusão, parece que a actual Potência Continental, a URSS, dispõe de trunfos até hoje nunca alcançados pelas potências que a precederam nesse papel, e que são:

- O domínio efectivo de grande parte do «Heartland»;
- A posse dum grandioso Poder Militar convencional e nuclear;
- A possibilidade tecnológica de aumentar substancialmente o potencial estratégico do «Heartland», pelo desbravamento da Sibéria no domínio dos transportes terrestres e aéreos e da exploração dos seus recursos minerais e energéticos, e pelo eficaz aproveitamento da sua costa do Pacífico;
- A posse dum Poder Marítimo nunca antes visto em Potência Continental, ultrapassando já em alguns pontos o da própria Potência Marítima, e com capacidade para retardar as operações de socorro da América do Norte à Europa, que deram a vitória à Potência Marítima nas duas últimas guerras mundiais;
- A posse de uma ideologia motivadora e dum regime autoritário que lhe permitem valorizar sensivelmente os factores materiais e morais do seu Poder Nacional, para fins de expansão de influência.

No entanto, a actual Potência Continental tem contra si, principalmente, a guerra da sua tradicional inexpugnabilidade terrestre pelo citado advento do Poder Aéreo, dos mísseis e das ogivas nucleares, e o cisma ideológico da R. P. China, que parece tender a dificultar-lhe seriamente a consecução da hegemonia no «Heartland». São-lhe ainda adversos, no campo material, a superioridade tecnológica e tecnocrónica da Potência Marítima, a qual tem tornado de facto efémeros alguns dos êxitos conseguidos pela actual Potência Continental pela via da influência ideológica e militar, e no campo dos factores intangíveis, o ressurgimento do fervor islâmico e da influência da Igreja Católica, o que poderá tornar muitos países do «Rimland» autonomamente menos permeáveis à ideologia comunista (André Malraux parecia ter a percepção deste fenómeno, ao predizer que o próximo século seria místico e religioso, onde a fé se tornaria uma exigência fundamental e as ideologias seriam postas em xeque).

## 2. O TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONSIDERADO

Portugal situa-se na região onde historicamente se tem verificado disputa permanente de influências entre as Potências Marítima e Continental, região essa que, como se disse, se caracteriza por crónica instabilidade, e é designada por «Rimland».

O Território português é constituído por uma estreita faixa periférica atlântica da Península Ibérica (situada na primeira linha de contenção da Potência Continental — disputa de influência) e por dois arquipélagos atlânticos (situados na segunda linha de contenção — disputa de influência e do controle do mar). Poderá assim talvez considerar-se que coexistirão no território português duas entidades potencialmente diferenciáveis, dado poderem vir a ser sujeitas a influências de intensidade, ou mesmo de sentido, diferente.

Portugal apresenta características dum quase-arquipélago, pois para além dos Açores e da Madeira, existe uma faixa de autêntica rarefacção de populações e de actividades económicas ao longo da fronteira com a Espanha, e as ligações do nosso país com o exterior processam-se, ainda hoje, predominantemente pelo mar (mais de 95% das importações, e mais de 84% das exportações), evitando os condicionamentos do transporte terrestre. Unindo as três parcelas do Território Nacional, existe uma área oceânica, a que chamaremos de doméstica.

Não seria necessário que:

- estrategistas norte-americanos tenham declarado publicamente que as Ilhas Atlânticas fazem parte do próprio esquema de defesa em profundidade do seu país;
- os Açores tenham ficado por fora dos actuais limites da área íbero-atlântica da NATO (ver Fig. 4);
- que o anterior comandante do SACLANT tenha escrito na «Revista da NATO» que existe «a necessidade absoluta de manter e de utilizar as ilhas-bases do Atlântico, designadamente a Islândia e Açores...» e que «temos de estar preparados para proteger estas ilhas cedo e em força, antes que os soviéticos as possam neutralizar ou ocupar para seu próprio uso»,

para podermos considerar que, entre a linha que une os Açores e a Madeira, e o Continente, pode passar uma autêntica fronteira estratégica.

Na realidade, a referida fronteira já funcionou, pelo menos nas seguintes circunstâncias:

- Na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando, já ocupada boa parte da Europa Ocidental pela Alemanha, e mantida a Península Ibérica, embora neutral, na órbita da simpatia da Potência Continental,

Portugal teve de ceder a utilização dos Açores à Potência Marítima, tendo aquele arquipélago, juntamente com as Ilhas Britânicas, ambos situados no que designamos por segunda linha de contenção daquela potência, constituído trampolins essenciais para as operações de socorro e de libertação da Europa.

— No período agitado que se seguiu imediatamente ao 25 de Abril, quando se verificou diferença de permeabilidade entre o Continente e as Ilhas à arma ideológica da Potência Continental, de que resultou uma das maiores crises de separatismo ilhéu da História de Portugal.

Por outro lado, será sempre conveniente recordar que, após a perda da independência em 1580, os portugueses da Ilha Terceira resistiram mais de 3 anos aos Filipes e, ainda durante o domínio espanhol, opuseram-se com êxito aos desígnios da ocupação dos Açores pelos ingleses. Com tal exemplo, os terceirenses demonstraram a possibilidade e a conveniência de se organizar a defesa do país por forma escalonada, por regiões.

Ao alcance de controle do Território português cruzam-se importantes rotas marítimas e aéreas que estabelecem a ligação entre a Europa, as Américas, a África e o Médio Oriente (entre elas a célebre Rota do Petróleo) e ainda as rotas de socorro da América do Norte para a Europa, cujo funcionamento se mostrou decisivo para a sorte da Potência Marítima nas duas últimas guerras mundiais, como atrás se referiu (ver Figs. 3 e 4).

Saliente-se que, mesmo no caso — muito pouco provável — das posições portuguesas virem a não ser totalmente indispensáveis para a protecção das rotas marítimas do Ocidente, seria no entanto desastrososo para este que elas pudessem estar à disposição da Potência Continental, conforme se verifica pela afirmação do ex-comandante do SACLANT, atrás citada.

O arquipélago da Madeira, para além de se encontrar defronte do Estreito de Gibraltar e da costa noroeste da África (entidades geográficas de altíssimo valor) e de ser actualmente a posição da NATC mais a sul da sua área geográfica, compõe, em conjunto com os Açores e o Continente, uma esplêndida base para fins de vigilância e de controle aero-naval, designadamente no domínio da radiogoniometria o que é extremamente importante para uma região marítima de tão elevado potencial estratégico.

Os arquipélagos portugueses do Atlântico — e o próprio território do Continente — pela sua localização, constituem trampolins transatlânticos naturais para a condução de operações navais e aéreas, para escala de aviões de ataque ao solo e de intercepção em viagens entre a América do Norte e a Europa, para apoio de transportes aéreos intercontinentais, e ainda para a constituição de reservas estratégicas. O usufruto de tais facilidades pode revelar-se também tentador para a própria Potência Continental, caso esta pretenda vir a aumentar a sua

capacidade para influenciar e/ou intervir na região das Caraíbas e da América Central, a exercer controle do mar para protecção das suas cada vez mais densas rotas marítimas, e a conduzir operações aeronavais ofensivas contra a Potência Marítima.

Os países da Organização para a Unidade Africana (OUA), e dentre eles, mais destacadamente, os países árabes da chamada ala radical, considerando que as ilhas que rodeiam o Continente Africano podem servir de trampolim para o assalto a ele, têm manifestado claramente o seu interesse em vê-las subtraídas ao controle de Potências estranhas. Entre estas ilhas têm já sido contempladas, em declarações proferidas, as da Madeira, das Canárias e dos Açores, estando provavelmente a preocupação com estas últimas mais relacionada com o papel que as Lajes têm desempenhado no conflito israelo-árabe. Como é do conhecimento geral, aqueles países árabes dispõem de poderosas armas de persuasão e de coacção, designadamente as do petróleo e dos «petrodólares». A Líbia projecta um Poder Naval com capacidade oceânica que a defesa do seu território, só por si, não justifica. De notar o êxito que este país já conseguiu na neutralização da Ilha de Malta, ao que não foram alheios os «petrodólares».

A localização dos arquipélagos atlânticos portugueses, a meio do Atlântico Norte, é ainda de molde a que eles possam ser extremamente úteis para fins de guiamento e de seguimento de mísseis intercontinentais, de instalação de centros de controle de meios electrónicos e acústicos de vigilância (área, de superfície e submarina), de ajudas à navegação, de postos meteorológicos, de serviços de busca e salvamento e de coordenação da navegação aérea.

A configuração quase-arquipelágica do território português tornou possível a atribuição ao nosso país duma vastíssima Zona Económica Exclusiva.

Como é do conhecimento geral, os recursos económicos em terra tendem a escassear com a explosão demográfica e com o natural desenvolvimento dos países até agora mais desfavorecidos. Tais recursos são cada vez mais regateados em terra também por razões de natureza política, o que vai ter repercussões consideráveis em termos de corrida ao mar, o qual, como se sabe, ocupa mais de dois terços do Globo. É provável que os países ribeirinhos, como Portugal, possam vir a ser dos mais beneficiados na aludida corrida ao mar, mas isso também pode acarretar-lhes maiores antagonismos e conflitos. De qualquer modo, a vastidão da ZEE que nos coube, pela qual a maior responsável é a localização das Ilhas Atlânticas, pode constituir uma base para sólido desenvolvimento do potencial estratégico português, e, consequentemente, para a criação de resistências a manipulações externas, através da estabilização económico-social, e ainda para um aumento do poder de negociação no quadro da Comunidade Económica Europeia.

As ilhas Atlânticas conferem à Nação portuguesa a possibilidade de assumir personalidade e comportamento diferenciados da Espanha,

para além de permitirem contrabalançar, no plano das relações bilaterais e das internacionais, as consequências do maior peso geoestratégico deste país na Península Ibérica. Tal possibilidade, no caso do país vizinho vir a ingressar na Aliança Atlântica, permite argumentar contra uma subordinação militar ibérica que se afigura de todo inconveniente para Portugal.

### **3. IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS QUANTO A HIPÓTESES DE CONFLITOS ARMADOS**

#### **a) Hipótese de Guerra Nuclear**

A arma atómica já demonstrou na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial a sua capacidade para decidir um conflito, pelo que é costume atribuir-se-lhe a classificação de «arma absoluta». Não admira, por conseguinte que constitua a principal preocupação dos responsáveis das maiores potências. Por outro lado, acontece que, conforme se referiu, os vectores de lançamento das ogivas nucleares, — mísseis balísticos e de cruzeiro (lançados do ar, da superfície, ou das profundezas do mar) e aviões baseados em porta-aviões ou em terra — são potencialmente capazes de pôr em xeque a tradicional inexpugnabilidade da actual Potência Continental.

Os submarinos de propulsão nuclear lança-mísseis balísticos porque a discrição dos seus movimentos lhes assegura uma considerável imunidade a ataques atómicos de surpresa, entram para a constituição da chamada «2.<sup>a</sup> Capacidade de Retaliação Nuclear», a qual é uma peça fundamental da dissuasão. Por estas razões, o mar tem vindo a ser transformado pelas potências nucleares numa espécie de vasto tabuleiro de xadrez, onde os antagonistas procuram esconder e dispor as suas pedras. Por isso, a vigilância dos movimentos de tais submarinos constitui preocupação e tarefa prioritária desde tempo de paz, da decorrendo grande importância para as bases atlânticas, como as que o território português oferece para a operação de sensores e de meios aéreos, de superfície e submarinos.

A Marinha de Guerra da União Soviética, para vingar no seu próprio país, tem de romper as resistências da mentalidade continental prevalente, propondo-se contribuir para o reforço da inexpugnabilidade do seu território, a qual, no dizer do almirante Gorshkov, não pode ser totalmente garantida pelo Exército Vermelho num cenário atómico, em consequência da ameaça de aviões e mísseis. Com aquele objectivo a Armada soviética dispõe duma defesa em profundidade em duas linhas (ver Fig. 2) — uma mais próxima da URSS, visando os porta-aviões e os submarinos nucleares lança-mísseis «Polaris/Poseidon» norte-americanos, a segunda, em pleno Atlântico, tendo em atenção o maior alcance dos mísseis «Trident» dos novos submarinos que estão a entrar ao serviço. Os meios da 1.<sup>a</sup> linha são navios e submarinos lança-mísseis

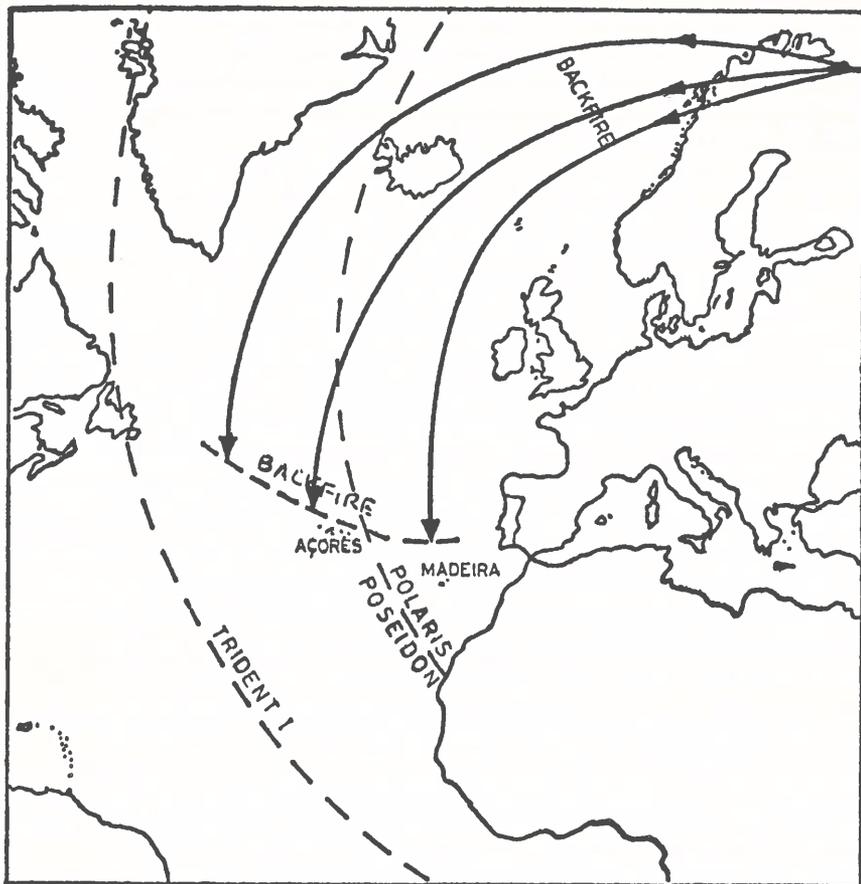


Fig. 2 — O TERRITÓRIO NACIONAL, os submarinos lança-mísseis balísticos e os aviões Backfire.

superfície-superfície (contra porta-aviões) e aviões navais de grande raio de acção baseados em terra, os quais podem, pelo menos em teoria, ser complementados pelos novos porta-aéreos. Os meios da 2.<sup>a</sup> linha são submarinos de propulsão nuclear anti-submarinos, aviões de longo raio de acção baseados em terra (os célebres «Backfire»), igualmente complementáveis, em teoria, embora dificilmente, pelos citados aviões dos porta-aéreos. É claro que os referidos meios da URSS poderão ainda servir para dar protecção anti-submarina aos próprios submarinos nucleares lança-mísseis balísticos da 2.<sup>a</sup> Capacidade de Retaliação, reforçando desse modo a credibilidade dissuasora desta.

O papel das Ilhas Atlânticas portuguesas, bem como o da Islândia, aparece então como extraordinariamente importante num cenário atómico, dando pleno cabimento às preocupações e à determinação patenteadas pelo anterior comandante do SACLANT, atrás referidas. Assim, sob o controle da Potência Marítima, aquelas ilhas tornam possível a protecção dos seus submarinos nucleares lança-mísseis, por proporcionarem bases de detecção, de rastreio e de intercepção de aviões «Backfire», de porta-aéreos anti-submarinos e de submarinos anti-submarinos da Potência Continental. E, sob o controle desta Potência, elas tornariam possível o aumento do raio de acção dos «Backfire» e uma maior protecção aos seus submarinos lança-mísseis balísticos e anti-submarinos, conferindo-lhe assim um maior poder de persuasão e de coacção política.

### **b) Hipótese de Crises Político-Militares em Regiões-Chaves do Globo**

Para o problema em apreço interessa considerar as regiões dos Balcãs, do Golfo Pérsico, de Marrocos-Sara Ocidental e da África Austral, e ainda o conflito Israelo-Árabe.

Para a eventualidade de crise grave, como seria uma que fosse susceptível de ameaçar interesses vitais dos países da referida Aliança Atlântica Alargada, de que se destaca um hipotético impedimento de acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, parece ser de presumir que os EUA tenham planeado o lançamento de ponte aérea para rápido reforço militar na região, em que parece natural estar incluída a escala nas ilhas portuguesas, como meio de obter melhor rendimento dos aviões de transporte, uma vez que, desse modo, poderão transportar cargas maiores. A possibilidade de utilizar as Ilhas confere assim aos EUA maior poder de influência, de dissuasão e de intervenção para a região considerada.

A actual crise que envolve Marrocos, a Frente Polisário, a Argélia e a Líbia, a prolongar-se e a acentuar-se, é susceptível de poder provocar alguma desestabilização nas Ilhas. Se conduzisse a uma vitória da influência árabe radical na orla atlântica do canto noroeste do Norte de África, o cenário ibero-atlântico alterar-se-ia profundamente, e a

importância estratégica e a sensibilidade das Ilhas, bem como a da Península Ibérica, aumentaria. Será de admitir, por conseguinte, que a atenção das Potências interessadas na utilização que for dada às Ilhas tenha tendência a acompanhar a evolução deste conflito.

### **c) Hipótese de Guerra Relâmpago na Europa**

São do domínio público os receios de responsáveis da NATO com a possibilidade duma ofensiva de forças convencionais do Pacto de Varsóvia contra os Flancos Norte e Sul da Europa, e contra a Frente Central Europeia, em que tem sido salientada a capacidade daquelas forças para desenvolver acções de extrema violência e de rápida progressão, o que lhes permitiria ocupar boa parte do Velho Continente em pouco tempo. Declarações públicas daqueles responsáveis referem existirem planos de socorro à Europa para esta eventualidade, nos quais se encontrará previsto:

- Numa primeira fase, a transferência de caças-bombardeiros e o transporte aéreo de tropas, com o seu equipamento ligeiro, encontrando-se o material pesado previamente armazenado em locais seleccionados na Europa;  
(O território português, mormente os Açores, teriam nesta hipótese um papel de relevo, como ponto de escala de aviões e como reserva de material, e ainda como ponto de apoio para a protecção àqueles mesmos aviões);
- Numa segunda fase, seguir-se-ia o envio do grosso do material de socorro, principalmente por via marítima, fase esta que teria de ser provavelmente precedida dum período mínimo duns 90 dias, estimado como necessário para se conseguir o suficiente controle do mar e do ar;  
(O território português, principalmente os Açores, teria nesta hipótese um papel de primordial importância para o apoio de forças aero-navais indispensáveis às operações ofensivas prévias de limpeza anti-submarina e anti-aérea, e às subsequentes operações anti-submarinas, anti-aéreas e anti-superfície de protecção aos transportes marítimos).

Se não for possível aos EUA e à NATO a utilização de facilidades nas Ilhas portuguesas, facilmente se vê que o socorro à Europa seria extremamente difícil, sendo então o cerco ao Velho Continente, e o seu isolamento dos EUA, muito mais fáceis de conseguir.

### **d) Hipótese de Guerra Generalizada Convencional**

Para um quadro deste tipo parece muito provável que os Estados-Maiores das grandes potências considerem a possibilidade de repeti-

ção da habitual batalha pelas comunicações marítimas. Pelo menos a NATO não pode ignorar esta possibilidade, sob pena de diminuir a sua capacidade de dissuasão dum conflito generalizado.

Elevada percentagem dos combates anti-submarinos travados na chamada Batalha do Atlântico, durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, teve lugar em áreas ao alcance do território nacional (ver Fig. 3). Este, do ponto de vista ocidental, apresenta possibilidades para proporcionar uma boa cobertura para navios mercantes navegando isoladamente ou em comboio, principalmente se forem adoptadas rotas que lhes permitam tirar o maior partido do raio de acção da aviação de patrulha marítima e de helicópteros e de sensores de fundo, baseados nas posições portuguesas. Para melhor se fazer uma ideia da importância das facilidades que o território nacional oferece, salienta-se que os meios aéreos, baseados em terra ou embarcados, constituem as armas mais eficazes contra unidades de superfície, aéreas ou submarinas lança-mísseis anti-navio, as quais são hoje consideradas a maior ameaça no mar. Acontece ainda que, no Atlântico Norte, há melhores condições ambientais a sul dos Açores para a detecção acústica de submarinos (e mesmo melhores condições de tempo para a navegação de superfície), e que a rota do Sul passa fora do alcance dos «Backfire» baseados na Península de Kola (ver Fig. 2).

O especialíssimo Território Nacional apresenta, graças à existência de numerosas ilhas espalhadas por uma vasta área, a possibilidade de dispersão do Poder Militar, particularmente do Aéreo, o qual é extremamente vulnerável a ataques de surpresa às suas estruturas de apoio (bases e pontos de reabastecimento).

Refere-se ainda que as Ilhas Atlânticas portuguesas proporcionariam tirar maior rendimento da autonomia dos aviões de interceptação destinados a atacar os «Backfire», os quais, pela sua capacidade em termos de autonomia e de meios de detecção e de ataque a navios, podem ser considerados autênticos corsários aéreos, ou seja, extremamente ameaçadores para a navegação ocidental. As Ilhas desempenhariam, nesta eventualidade, o papel de porta-aviões inafundáveis, tornando possível, ainda por cima, libertar os autênticos e relativamente pouco numerosos porta-aviões para operações noutras áreas.

Também se infere claramente o problema que constituiria para um Ocidente que se encontra seriamente dependente das comunicações marítimas o controle das Ilhas portuguesas por potências hostis à NATO.

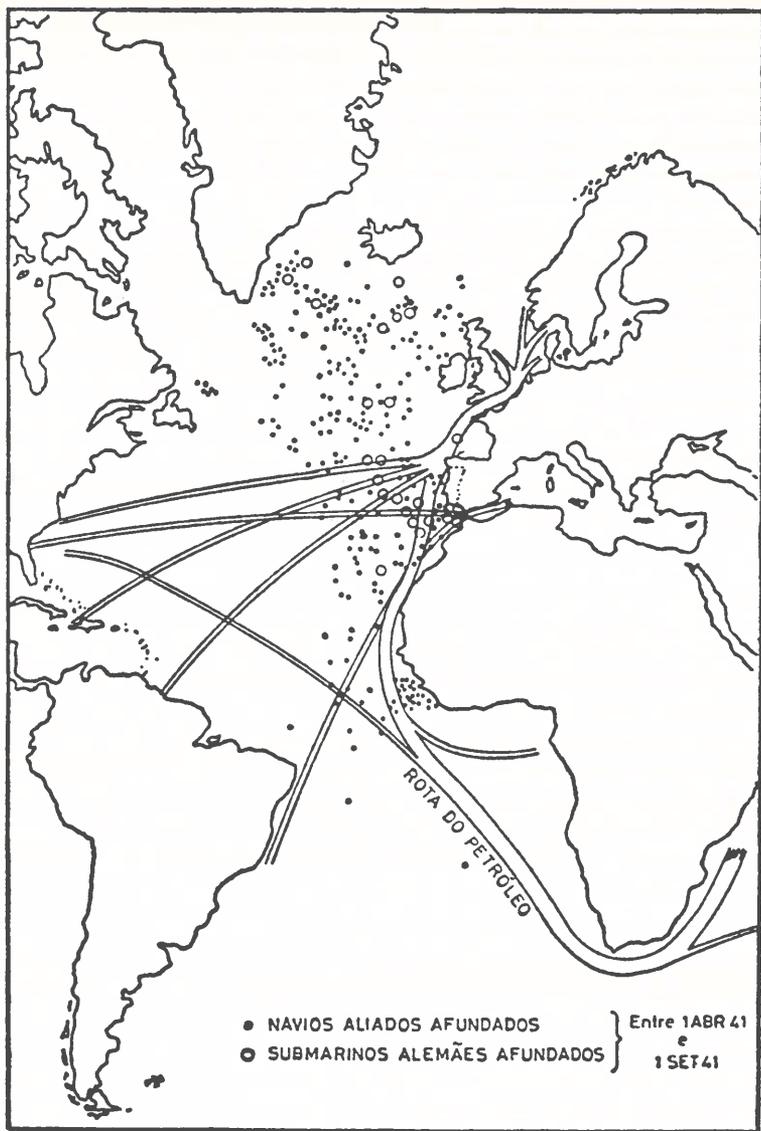


Fig. 3 — A utilidade das funções do território nacional para a protecção à navegação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece lícito poder concluir-se ser natural haver poderosas potências e blocos para os quais não é indiferente a utilização que for dada ao Território Nacional e, particularmente, às Ilhas Atlânticas. E, se por isso parece inevitável que tenham tendência a procurar condicionar e a manipular o comportamento político dos portugueses continentais e ilhéus, também é verdade que tal circunstância pode, por outro lado, proporcionar à nação portuguesa uma notável capacidade de influência na cena internacional, desde que haja consciência dessa realidade e das vulnerabilidades que podem ser exploradas em desfavor do interesse nacional, e vontade efectiva de as minimizar, ou mesmo anular.

Como se sabe, as vulnerabilidades nacionais passíveis de exploração por outras potências são, principalmente, as decorrentes da conjugação da descontinuidade territorial, da vaga autonomista e separatista que varre actualmente o mundo, da fragilidade do país nos campos da economia, da identidade nacional e da defesa militar, e da dependência externa no respeitante à obtenção de produtos energéticos e matérias-primas, e aos investimentos financeiros.

Contudo, como se sugeriu atrás, a distribuição dos seus habitantes por um território quase-arquipelágico não constitui uma vulnerabilidade, uma vez que também confere à nação portuguesa boas bases para conseguir um potencial estratégico que lhe pode proporcionar:

- A constituição de uma entidade geoestratégica diferenciada da Espanha, e de peso pelo menos idêntico ao deste país no domínio das relações internacionais;
- O desenvolvimento da sua resistência material no campo económico, pela exploração da vasta Zona Económica Exclusiva;
- A adopção dum conceito estratégico militar elástico baseado num sistema de defesa escalonado por regiões, em princípio susceptível de poder constituir capacidade de dissuasão considerável contra eventuais candidatos a agressores.

Tudo parece assim concorrer para que o combate à descontinuidade territorial, e à própria insularidade, deva ser considerado um Objectivo Nacional prioritário. Em conformidade, para além de se tornar mister transformar a vasta área oceânica doméstica em elo de ligação íntima interterritorial através de eficientes redes de transportes marítimos e aéreos, e de telecomunicações, parece impor-se, no mínimo, a procura permanente de justa e frutuosa interdependência económica e o estreitamento de relações culturais e científicas entre as parcelas do território nacional, numa perspectiva de reforço da tradição, da coesão e da identidade nacionais.

Para a realização desse Objectivo Nacional, haverá que perseverar na justa consideração das históricas aspirações autonomistas das

Regiões, por exemplo através de práticas democráticas transparentes e, principalmente, da incentivação à participação das populações das três parcelas do território nacional na problemática da Segurança e da Defesa Nacional. Isto porque, sem um projecto que o povo possa entender e apoiar como realmente seu, não há sentido para Defesa Nacional autêntica num país livre. É por isto que nos parece oportuno citar a seguinte afirmação do respeitado estrategista norte-americano Almirante Eccles, ainda vivo:

«A contínua existência do Estado e a preservação dos valores nacionais constituem objectivos inalteráveis e de suprema importância. Por conseguinte, a fonte mais pura da Estratégia dum Nação é o seu povo. Numa sociedade livre, não se pode esperar sucesso dum Estratégia que contrarie o sentido dos valores do seu povo. Se estes valores forem confundidos, é então muito provável que a Estratégia resulte confusa».

Por isso, ainda se acha apropriado afirmar que, sem assumir uma autêntica personalidade arquipelágica, e sem haver um comportamento coerente com ela, a coesão nacional e o potencial estratégico do país resultam diminuídos, e a sua própria independência corre riscos.

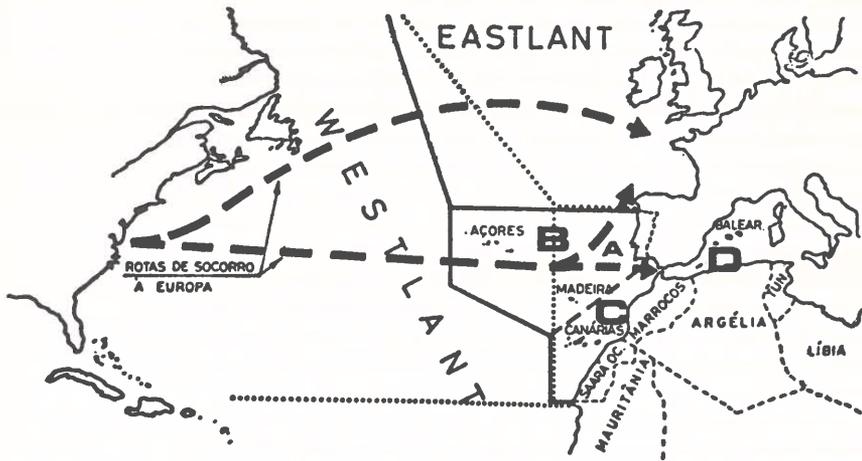
Parece ainda pertinente lembrar-se, a título exemplificativo, que numa óptica arquipelágica, o funcionamento sem soluções de continuidade dos transportes marítimos e aéreos interterritoriais deve constituir para a Nação portuguesa um importante Interesse Nacional, pelo que seria muito conveniente que aqueles sectores pudessem gozar de estatuto em conformidade.

Outra vulnerabilidade, como atrás se referiu, e que importa acentuar, diz respeito à fragilidade militar do país, principalmente se confrontada com a enorme importância estratégica do território nacional, e que decorre não apenas da escassez e da inadequação dos meios mas, fundamentalmente, do próprio conceito estratégico de defesa militar, que urge repensar.

No caso de Portugal, há que procurar tirar o partido possível da própria descontinuidade territorial, repartindo o Poder Militar pelas três parcelas, e dotando-o de adequada flexibilidade e mobilidade, por forma a conseguir uma capacidade de sobrevivência acrescida, isto é, a tornar mais difícil anular dum só golpe a defesa do país. A integração dum tal conceito, de cariz arquipelágico, no esquema defensivo da NATO, parece perfeitamente negociável. Outrossim, a inexistência de um tal conceito — para além de revelar falta de coerência e de firmeza no domínio do pensamento estratégico nacional, que pode inclusivamente dificultar a própria obtenção de ajuda militar ao país — é susceptível de conduzir a inconvenientes ainda maiores do que o da actual exclusão dos Açores da área IBERLANT. O caso é que, numa eventual reorganização dos comandos NATO decorrente do presumível in-

gresso da Espanha na Aliança, poderá vir a surgir a ideia de subordinar a defesa militar do Continente a um comando ibérico com sede em Madrid (portanto, de feição continental), e as Ilhas a um comando de índole marítima, ambos a chefiar por estrangeiros. Tal inconveniente, que comportaria algum risco separatista, poderá no entanto ser evitado, se soubermos pugnar pela supracitada integração dum conceito de cariz arquipelágico no esquema defensivo da NATO, vincando resolutamente a nossa vocação euro-atlântica, que é afinal a que tem contribuído para garantir a independência do país, por lhe conferir uma identidade geoestratégica diferenciada relativamente à Espanha. Neste país, por sinal, acontece que estará agora começando a definir-se uma crescente preocupação com o aumento de instabilidade que se verifica no Norte de África, da Mauritânia à Tunísia, o que está conferindo crescente importância ao eixo Canárias-Gibraltar-Baleares, tão enaltecido ultimamente por estrategistas espanhóis. Quer isto dizer que uma maior coerência e firmeza do pensamento estratégico português em torno dum conceito de defesa militar arquipelágico de cariz euro-atlântico, coincidindo com uma maior preocupação e vocação espanholas orientadas para a frente euro-afro-mediterrânica e para o controle do Estreito de Gibraltar, poderão conduzir a uma natural destrição de áreas de interesse entre Portugal e a Espanha, a qual pode e deve constituir uma saudável fonte de complementaridade de esforços entre os dois países no quadro da Aliança Atlântica, e mesmo da defesa ibérica (ver Fig. 4). Por outro lado, a NATO deve ter presente que, na prática histórica dos governantes ibéricos, sempre foram considerados como componentes da área de segurança da Península Ibérica os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, e nunca foi ignorada a influência que a situação no Norte de África tem tido nos seus destinos. Aliás, nem mesmo em termos de defesa militar da Península será absolutamente indiscutível que esta tenha de ser centralizada a partir de Madrid, no quadro do conflito histórico entre as Potências Marítima e Continental. Pelo menos Wellington assim o entendeu, ao optar por uma solução que fez do saliente de Lisboa uma quase-ilha, qual bastião de resistência mantido aberto ao apoio do Poder Marítimo britânico, para a partir dele iniciar a campanha que, sempre bem assente no domínio do mar, acabou por libertar a Península e a própria Europa da ocupação da Potência Continental de então. Por conseguinte, o interesse nacional, o ibérico e o aliado parece poderem ser defendidos no quadro da Aliança Atlântica sem recurso a soluções que «dilacerem» o território e a identidade nacional. Por outro lado, parece imprescindível que à Aliança Atlântica possam interessar esquemas que comportem riscos separatistas para um país membro.

Se os ensinamentos da História devem merecer-nos alguma reflexão, não deixará de ser útil recordar que Portugal secular procurou na opção atlântica e na aliança com potências marítimas do Norte da



- ..... Limites actuais das Áreas NATO
- Limites preconizados para as Áreas NATO
- Separação das Sub-Áreas preconizadas
- A Actual IBERLANT
- B Sub-área de vocação "euro-atlântica"
- C-D Sub-área de vocação "euro-afro-mediterrânica"

Fig. 4 — Reorganização possível da área «Ibérica».

Europa uma conveniente compensação para a pressão com que sempre teve de haver-se na fronteira terrestre. Concretamente, aconteceu que Portugal perdeu a independência em 1580 quando, entre outros factos, se verificou a coincidência de:

- Intenso desmoramento motivado em boa parte pelo desaire da política norte-africana de D. Sebastião em Alcácer-Quibir;
- Grave fragilidade da frente interna, fortemente fomentada do exterior;
- Hegemonia económica e superioridade militar do antagonista ibérico, simultaneamente nas fronteiras terrestre e marítima.

É o professor Jorge Borges de Macedo quem, referindo-se a esta última circunstância, que chama de «situação de cerco», afirma: «Foi nessas condições — e só nessas — que ocorreu a imposição a Portugal do mesmo rei que governava a Espanha».

Nos nossos dias as perdas de independência não são sempre totais, nem se concretizam apenas por métodos violentos, podendo resultar de processos mais subtis, que encobrem o perigo das ameaças. O caso é que se verifica também agora a coincidência de:

- Acentuado desequilíbrio decorrente do súbito regresso aos nossos limites geográficos europeus;
- Fragilidade da frente interna;
- Notória inferioridade económica e militar, em confronto com o vizinho ibérico,

coexistindo estas circunstâncias com a aliança que a Espanha tem com os EUA (a actual Potência Marítima), e com a despreocupação que se verifica pelo aproveitamento do potencial estratégico do território nacional. Estes factores, conjugados com o crescente poderio militar da Espanha — que tem em curso um vasto programa de reequipamento visando dotar o país com os mais modernos Exército e Força Aérea, e com um Poder Naval que vai custar cerca de 100 milhões de contos e que inclui 2 porta-aéreos, 2 cruzadores e umas dezenas de fragatas e corvetas lança-mísseis, uma dezena de submarinos, o desenvolvimento da sua já considerável força anfíbia, e a modernização da sua Aviação Naval — poderão dar lugar a que a potência líder da Aliança Atlântica se tente a conferir à Espanha a primazia na área ibero-atlântica, no caso do seu ingresso na NATO. Isto porque os EUA se encontram ansiosos por ver as potências regionais assumirem uma maior responsabilidade pelo controle das áreas periféricas e dos mares marginais, dado que estão a ser cada vez mais assoberbados por solicitações simultâneas em várias regiões importantes do globo.

Quer isto dizer que, no caso do ingresso da Espanha na NATO, poderia verificar-se de novo o controle simultâneo da fronteira terrestre e da marítima nacionais pelo vizinho ibérico, o que, em termos modernos, acarretaria ao nosso país uma notável perda de capacidade de manobra política nos quadros ibérico e da Aliança Atlântica, com consequências imprevisíveis, a menor das quais poderia ser o aumento das tensões separatistas nas Ilhas.

Mister é, por conseguinte, dar-mo-nos conta de que constituímos um país quase-arquipelágico, para, através dum conceito estratégico de defesa militar apropriado, e dum programa de reequipamento militar em conformidade, se procurar ganhar credibilidade suficiente para obter o respeito e as ajudas de que carecemos para que não se torne necessário que a Espanha venha a assumir perante a NATO a responsabilidade pelo controle da nossa fronteira marítima e da nossa área oceânica doméstica.

Finalmente, lembraria que a independência nacional esteve sempre relacionada com as compensações que foi sendo possível conseguir para contrapor ao maior potencial estratégico da Espanha, designada-

mente na Europa, na África, nas Ilhas e no Poder Marítimo. Daqui o que poderão representar para o futuro do país a CEE, uma Política Marítima bem projectada, e as Ilhas.

De tudo o referido, e ressalvados alguns empolamentos e dramatizações a que se julgou necessário recorrer para fazer sobressair melhor os pontos mais importantes, ressalta o papel que as Ilhas podem desempenhar no reforço da personalidade euro-atlântica do país, o qual se tem por muito conveniente para o equilíbrio dos potenciais estratégicos de Portugal e da Espanha.

Espera-se terem sido suficientemente aflorados no breve estudo apresentado alguns pontos eventualmente merecedores de reflexão e de debate profícuos, visando o aprofundamento do conhecimento da importância estratégica das Regiões Autónomas, sobretudo na perspectiva do interesse nacional. Por isso, foram referidas ameaças que decorrem daquela mesma importância estratégica e das vulnerabilidades que poderão estar a oferecer-se à exploração alheia, e foram principalmente salientadas potencialidades que, devidamente entendidas e desenvolvidas, poderão contribuir para a minimização daquelas vulnerabilidades e para o reforço do potencial estratégico, da personalidade do país, e da sua influência no plano internacional.

## A POSIÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA\*

---

Conforme é do conhecimento geral, o Território Nacional é constituído por um estreito rectângulo situado na Península Ibérica, que costuma ser designado por Continente, e por dois arquipélagos atlânticos — o dos Açores, a cerca de 800 milhas marítimas a oeste de Lisboa, e o da Madeira, a cerca de 500 de Lisboa e apenas 300 da costa marroquina.

Desde a independência que o Oceano Atlântico aparece como uma trave mestra da filosofia ou, se preferirem, da estratégia de sobrevivência nacional. Efectivamente, pode ter começado por haver a ideia de que a viabilidade de independência nacional teria algo a ver com a extensão da linha de costa. Isto a ajuizar, por exemplo, pela aparente preocupação em assegurar a posse da foz do Rio Guadiana (Aiamonte, 1240) antes mesmo de tomar Faro e de retomar a praça forte de Silves (1249), no interior. Por outro lado, a noção de que o apoio vindo através do mar seria decisivo para os destinos do país — como veio a verificar-se mais tarde na Guerra Peninsular, por exemplo, poderia já não oferecer dúvidas aos que, nos primeiros tempos da nacionalidade, procuraram e conseguiram a ajuda dos cruzados que navegavam ao longo da costa para tomar as praças fortes mouras do litoral e do interior próximo.

A fronteira terrestre que chegou até aos nossos dias parece ter correspondido à linha do equilíbrio estratégico a que se chegou a certa altura do conflituoso processo geopolítico peninsular.

Este equilíbrio foi posteriormente abalado no decorrer da Guerra dos Cem Anos, que opôs ingleses e franceses. O caso é que a luta pela posse do trono de Castela entre Henrique de Trastâmara e seu irmão o rei Pedro, o Cru, o qual foi substituído pelo duque de Lancaster (com o apoio de Portugal) após o seu assassinato por Henrique, envolveu a Península naquela Guerra, dado que a França se havia posto ao lado do usurpador. Aqui terá tido o seu início a europeização do processo

---

\* Conferência proferida na Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa, em 3 de Dezembro de 1981.

do equilíbrio peninsular, ou melhor, o reconhecimento prático da projecção do processo do equilíbrio europeu no próprio equilíbrio da Península. Começaram assim a definir-se as propensões, ou as vocações estratégicas específicas dos países peninsulares actuais — mais atlântica a de Portugal, mais continental e europeia a da Espanha. Teve também aqui a sua génese a velha aliança de Portugal com a potência marítima, então a Inglaterra. É de presumir que os ingleses tenham pretendido com esta aliança sobretudo evitar que Castela dominasse a fronteira marítima portuguesa, por calcularem que isso lhe daria a hegemonia na Península, e que esta, por sua vez, lhe proporcionaria um potencial estratégico difícil de parar. Que haveria alguma razão para tais receios, ficou demonstrado nos tempos em que os Filipes dominaram politicamente, para além de toda a Península, também boa parte da Europa. Mas a nós interessa-nos principalmente reter na memória que a perda da nossa independência foi nessa altura consumada através de um movimento militar envolvente que o domínio do nosso mar pelos Castelhanos tornou possível. Como se sabe, tal movimento culminou no decisivo desembarque das tropas do Duque d'Alba em Cascais e no subsequente esmagamento da resistência do Prior do Crato na Ribeira de Alcântara, às portas de Lisboa de então. Pelas razões atrás apontadas, não surpreenderá que haja ainda hoje em Madrid quem encare Portugal, a par de Gibraltar, como uma criação da Inglaterra para reduzir a importância estratégica da Espanha, pretendendo ignorar o longo processo da emancipação lusitana, iniciado nesta mesma região um bom século e meio antes de 1143, e esquecendo o simples facto de a Espanha, como tal, ter nascido apenas cerca de dois séculos e meio depois da independência formal portuguesa.

A propósito, refiro que, já no rescaldo da Guerra Civil de Espanha, o próprio General Franco terá reconhecido que o Portugal independente havia dificultado a comunicação total da Península Ibérica e acabado por facilitar a vitória das forças nacionalistas. Este facto, de que tirei a seguir conclusões que se me afiguram oportunas, serve também para ilustrar de forma prática a hipótese de vocações estratégicas distintas de Portugal e da Espanha.

Das invasões castelhanas no reinado de D. Fernando duas conclusões básicas parece terem-se imposto ao entendimento dos estrategistas portugueses de então: a da importância de Lisboa como objectivo militar principal do país e, conseqüentemente, como bastião decidido de resistência; e a extrema dificuldade em resistir militarmente a Castela no caso de não estar previamente assegurada a defesa da sua retaguarda marítima. Estas conclusões, provavelmente, mostraram a conveniência de se ratificar a aliança com a Inglaterra, o que aconteceu em 1386, já no reinado de D. João I. Por outro lado, elas parecem ter sido soberbamente entendidas por Wellington durante a terceira invasão francesa, ao decidir acantonar-se na capital, cujas aproximações terrestres defendeu com as célebres Linhas de Torres, ao mesmo tempo que manteve livre o acesso ao mar com o apoio dos fortes do

Tejo e duma Esquadra inglesa de que alguns navios mais ligeiros patrulhavam rio acima até Alhandra. A importância decisiva de Lisboa e do domínio do mar para a segurança do país revelou-se ainda em diversos bloqueios a que fomos submetidos, e no próprio desfecho das lutas liberais, em que a derrota da esquadra miguelista pela liberal na Batalha do Cabo de S. Vicente precipitou a queda de Lisboa e do regime.

Os exemplos da Guerra dos Cem Anos, das invasões napoleónicas da Península, e sobretudo da Guerra Civil de Espanha, justificam que se ponham reservas à tese da entidade geopolítica da Península, nomeadamente numa perspectiva de defesa contra a Potência Continental, como acontece presentemente, em que os países peninsulares estão envolvidos pela sua adesão ao sistema de defesa atlântica.

Entretanto, a Inglaterra havia perdido a Guerra dos Cem Anos, após o que o seu Poder Naval entrou em declínio. Esta circunstância obrigaria Portugal a ter de passar a contar consigo próprio para reencontrar a desejada compensação estratégica. O Pinhal de Leiria, o desenvolvimento do Poder Naval, a conquista de Ceuta e o sacrifício do Infante Santo para a preservação desta praça forte, e o descobrimento e o povoamento da Madeira e dos Açores, a que se seguiu a sistemática exploração marítima que todos conhecemos, faz pensar na existência duma estratégia bem amadurecida, em que o Atlântico aparece realmente como única fonte possível de potencial estratégico suplementar necessário à viabilidade do país.

Da estratégia atlântica de Portugal, para além de terem resultado laços de inestimável valor que inclusivamente poderão concorrer para fazer voltar novos países africanos ao convívio da Europa e do Ocidente sem o seu comprometimento aberto com este, ficaram ainda os pilares constituídos pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira. A propósito destes pilares, referiria que as circunstâncias de o Continente se encontrar emparedado geograficamente entre a Espanha e o Atlântico, de a sua população e suas actividades principais se concentrarem ao longo da costa, e de mais de 90% das importações e mais de 75% das exportações do país utilizarem a via marítima, levam à constatação de que o próprio Continente se tem comportado afinal como uma espécie de ilha. Isto é mais ou menos o que alguns autores têm referido, por exemplo, ao sugerir que a sobrevivência de Portugal como país independente terá ficado a dever-se, entre outras coisas, a três circunstâncias principais: a rarefacção de populações e de actividades na fronteira terrestre, a não navegabilidade dos rios portugueses nascidos em Espanha, e o facto de os espanhóis não precisarem dos portos portugueses.

Mas a questão que deve realmente pôr-se é se a independência de Portugal poderia ou não sobreviver a um eventual corte no seu actual território. Por outras palavras, se Portugal viesse a ficar reduzido à sua expressão mais simples, o Continente, poderia escapar ao destino dramático de um País Basco numa qualquer Federação Ibérica? A não se poder deixar de admitir este risco como possível, e a não se querer corrê-lo, então seria prudente enveredar-se a fundo por uma filosofia que designaria de arquipelágica, a qual implicaria ter de passar a considerar-se a coesão interterritorial como um objectivo nacional fundamental, isto é, *não negociável*, e obrigando a medidas e sacrifícios externos. Seja como for, o que certamente pareceria estranho é que:

- no plano peninsular, quiséssemos deixar arriscar agora o que outros povos ibéricos sempre nos invejaram;
- nos deixássemos seduzir e envolver por concepções estratégicas de defesa europeias, atlânticas, ou outras que, não respeitando a unidade do conjunto estratégico português, sempre acabariam por afectar a liberdade dos portugueses continentais e dos portugueses ilhéus.

A necessidade que a Humanidade passou recentemente a sentir pela exploração dos recursos económicos do mar deu lugar ao consenso universal sobre as ZEE's de que resultou Portugal ver o seu património geográfico de certo modo acrescido pelas chamadas Zonas Económicas Exclusivas do Continente, da Madeira e dos Açores. Estes acrescentos, embora possam aumentar as possibilidades económicas do país, levantam problemas que adiante abordarei, para além de terem criado uma espécie de novas fronteiras — do Continente com Marrocos, e da Madeira com as Canárias e também com Marrocos.

O Território Nacional é o mais ocidental e o mais atlântico da Europa, cruzando-se no seu espaço marítimo interterritorial rotas marítimas que alimentam vitalmente a Europa em hidrocarbonetos e em matérias-primas essenciais. Também passam ao alcance do Território Nacional as rotas marítimas e aéreas de socorro militar do Continente Norte-Americano ao Europeu, o qual é tão importante que garantiu a vitória aos Aliados nas duas últimas guerras mundiais. Foi o marechal inglês Montgomery, um dos chefes mais destacados das forças aliadas na última guerra, quem afirmou que «é preciso começar por saber que a Europa vive essencialmente do mar, que a sua economia depende da liberdade das rotas marítimas, e que a defesa europeia pressupõe o domínio do mar».

Não deve oferecer quaisquer dúvidas que o mais importante contributo de Portugal para a defesa da Europa e do Ocidente é o de natureza geoestratégica. Esta circunstância, que decorre directamente da importância decisiva das nossas posições para a defesa das referidas rotas marítimas vitais de abastecimento e de socorro à Europa, insere

agora o nosso país no complexo processo do equilíbrio mundial. Por isso é que o Território Nacional, que é realmente o mais ocidental e o mais atlântico do Velho Continente, se encontra incluído na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico — SACLANT — o qual tem a sua sede nos EUA, dado que este país é o aliado responsável pelo controle do Atlântico Norte. Esta circunstância está ainda conforme com a clássica filosofia atlântica de sobrevivência nacional, a qual parece aliás continuar bem viva na memória dos portugueses, como se verificou recentemente pela espontânea, pronta, unânime e consoladora recusa de todos os órgãos de soberania da tese da unidade geopolítica da Península Ibérica. O caso é que esta tese poderia servir para justificar um comando militar unificado para toda a Península, a instalar provavelmente em Madrid, no caso de a Espanha ingressar na NATO, e também para tentar a inserção do país vizinho na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico, o que levaria a uma certa dose de controle militar pelos espanhóis do Continente e à sua preponderância no Comando da Área Ibero-Atlântica, que tem a sua sede actualmente em Oeiras. A serem aceites as sugestões espanholas, isso equivaleria a colocar Portugal, no seio da própria Aliança Atlântica, numa nova situação de envolvimento estratégico pela Espanha, e a perder grande parte das vantagens da sua «atlanticidade» quase exclusiva. Isto não significa receio de que um novo Duque d'Alba pudesse vir a desembarcar as suas forças em Cascais. Mas não me parece prudente nem tranquilizador ignorar as lições da História, principalmente quando elas se revestem de aspectos particularmente dolorosos. Aliás, como acontece que os Açores e a Madeira, como arquipélagos que são, tenham de permanecer inseridos na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico, e como uma eventual aceitação da tese da unidade geopolítica da Península levaria a inserir o Continente na área do Comando Supremo Aliado da Europa — SACEUR — poderiam sair reforçados os argumentos dos que defendem ideias separatistas para as Ilhas, e concretizar-se-ia, em termos orgânicos, a tese defendida por estrategistas norte-americanos de que entre as Ilhas e o Continente Europeu passa uma autêntica fronteira estratégica fundamental para a segurança dos EUA. Como se sabe, esta fronteira já funcionou realmente na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando o Governo português de então, gravitando embora na órbita das potências que dominavam o Continente Europeu, teve de ceder a utilização dos Açores à Potência Marítima.

A posição geográfica do Território Nacional é propícia também ao desempenho da função de trampolim para transferências intercontinentais de forças militares, e para a prestação de serviços ao estrangeiro (terminal de cabos submarinos, controle da navegação aérea e marítima internacionais, apoios industriais, oficiais e humanos às mesmas navegações, transfega de cargas — «transshipment» — terminais de oleodutos, turismo, etc.).

No campo da estratégia militar há ainda a considerar duas circunstâncias muito importantes relacionadas com a posição geográfica do Território Nacional. A primeira é a de que ele não detém o exclusivo das potencialidades estratégicas mencionadas, pois admite alternativas no território espanhol, incluindo as Ilhas Canárias, e no marroquino (a excepção será o arquipélago dos Açores, o qual, segundo opinião ainda recentemente expressa por responsáveis pela actual Administração norte-americana, é mais importante do ponto de vista estratégico do que qualquer coisa que a NATO possa obter com a adesão de Espanha). A segunda é a da gravidade que teria para o Ocidente a hipótese do Território Nacional, ou de qualquer das suas alternativas espanholas ou marroquinas, vir um dia a estar ao dispor do Pacto de Varsóvia. Isto dá-nos a noção da atenção com que são certamente seguidos os passos que damos, e sugere ainda a conveniência, em nome da segurança nacional, europeia e ocidental, de se adregar um mecanismo de promover a estabilidade e um entendimento de segurança para a Região que engloba Portugal, Espanha, as Ilhas Adjacentes a Marrocos, a fim de não se instalar nela uma fronteira quente da confrontação Leste-Oeste.

Para a Comunidade Económica Europeia, a adesão de Portugal poderá ter o atractivo do dote representado pela sua vasta Zona Económica Exclusiva. Como se sabe, constitui no momento presente uma questão particularmente agitada a política comunitária relativa à integração das ZEE's europeias. Entretanto é um facto que, dos países com melhores ZEE's, a Noruega decidiu não ingressar na Comunidade por preferir guardar para si os recursos económicos do mar ao seu dispor, e a Inglaterra não desiste de tentar reservar para a sua exploração exclusiva a parte mais rica da sua Zona. É verdade que não se conhece ainda o real valor económico da ZEE portuguesa, quer em recursos minerais, pelo que, no mínimo, poderia ser considerada como muito precipitada qualquer adesão incondicional à Comunidade Económica Europeia. Uma tal atitude poderia até corresponder a dar um pontapé na sorte que coube aos países ribeirinhos quando se constatou que a escassez de recursos em terra poderia ser minorada pelos do mar particularmente no caso do nosso país, ao qual, mercê da sua dispersão geográfica, coube a parte de leão de Atlântico Norte em matéria de dimensão das ZEE's. No entanto, as esperanças que alguns depositam nas potencialidades da ZEE nacional poderão não se concretizar. E, mesmo que tais potencialidades se confirmem, é mister que não venham afinal a constituir-se num ponto de fraqueza. Isto poderá vir efectivamente a acontecer um dia, se a presente política de autonomias regionais não tiver na devida consideração os limites para além dos quais pode começar a própria desagregação territorial do país.

Conforme se referiu, há a tendência nos EUA para considerar que os Açores se encontram para oeste duma imaginária fronteira estraté-

gica fundamental para a segurança daquele país. Este conceito encontra-se concretizado através do interesse norte-americano pelo acordo bilateral relativo à utilização da Base Aérea das Lajes e pela manutenção dos Açores na área dum comando operacional da NATO com sede nos EUA, ou seja, fora do Comando da Área Íbero-Atlântica (IBERLANT) com sede em Oeiras, no qual se encontram inseridos a Madeira e o continente.

A Organização para a Unidade Africana já tem tido oportunidade de manifestar abertamente as suas apreensões quanto ao controle do que designa por colar de ilhas à volta do Continente Negro por países estranhos a este, por considerar que elas podem ser utilizadas como bases de ataque ou de coacção contra países africanos. Estas apreensões têm sido principalmente veiculadas por dirigentes de países árabes radicais do Norte de África, como a Argélia e a Líbia, tendo nelas sido visados os arquipélagos da Madeira e das Canárias, e até o dos Açores, este mais provavelmente pela importância de que se tem revestido a sua utilização no conflito que opõe países árabes a Israel.

A importância da posição estratégica portuguesa deve também medir-se perante determinadas hipóteses de guerra.

Como se sabe, a dissuasão nuclear assenta principalmente na percepção que os dois adversários superpotentes têm da capacidade de ataque e de retaliação nuclear. Na capacidade de retaliação nuclear desempenham um papel central os submarinos lança-mísseis balísticos porque, em teoria, poderão sobreviver a um primeiro ataque atómico de surpresa, dada a discrição dos seus movimentos, ficando disponíveis para replicar àquele ataque. Daí que se torne extremamente importante proteger os submarinos lança-mísseis balísticos próprios e seguir permanentemente os movimentos dos alheios, para os atacar de imediato no caso de vir a ser preciso. O Território Nacional, particularmente os Açores, assume grande valor neste tipo de guerra, dado que neles podem ser baseados equipamentos de detecção submarina e meios aero-navais adequados às missões de protecção e de ataque atrás citadas. Mas, para se entender melhor a razão por que os EUA atribuem tão grande importância aos Açores, é preciso não esquecer que a arma nuclear é uma arma absoluta, decisiva, conforme ficou dramaticamente demonstrado com a imediata rendição incondicional do Japão na última guerra mundial.

Em caso de guerra convencional generalizada Leste-Oeste, tornar-se-ia fundamental que, à semelhança do que se passou nas últimas guerras mundiais, pudessem ser encaminhados rapidamente, do Continente Norte-Americano para a Europa Ocidental, reforços militares; uns imediatamente, mais ligeiros, por via aérea; e o grosso, seguidamente, por via marítima. Qualquer das rotas marítimas a usar pelos

Aliados poderia beneficiar de apoio a partir de bases aero-navais nos Açores, mas as mais seguras seriam porventura as que passam a sul do arquipélago e ao largo do Continente, não só por ficarem fora do alcance de aviões «Backfire» com base na Península de Kola, como por o mar ser aí normalmente mais calmo, permitindo maiores velocidades de avanço aos navios de carga próprios e melhores condições para a detecção de submarinos adversários.

Finalmente, convém lembrar que a segurança da Europa e do Ocidente não se joga apenas no Continente Europeu e no Atlântico Norte. Como se sabe, a pesada dependência dos países industrializados europeus dos hidrocarbonetos do Sudoeste Asiático e dos minérios estratégicos e outras matérias-primas da África Austral, torna imprescindível que os EUA, como única potência ocidental com real capacidade de intervenção militar externa face ao poderio da URSS, possam utilizar bases de apoio no Território Nacional, principalmente nos Açores. Isto porque muito embora seja hoje viável efectuar extensos voos intercontinentais sem escala com grandes aviões de carga, devido à possibilidade do seu reabastecimento em voo, a verdade é que não só as bases portuguesas podem servir para abastecer os próprios aviões de reabastecimento, como os aviões cargueiros poderão transportar mais material e mais soldados em cada voo, se for possível aligeirar a sua carga de combustível pelo facto de escalamarem as Lajes. Portugal contribui assim de forma considerável para a defesa global do Ocidente, o que nem sempre parece ser devidamente reconhecido pelos aliados, não apenas no que concerne ao seu respeito pela necessidade de coesão interterritorial portuguesa, que se desejaria transparente, como na ajuda militar para a efectiva e rápida modernização das nossas Forças Armadas, que se esperaria menos hesitante.

*Em conclusão*, diria que, em defesa da soberania, da segurança e quiçá da própria sobrevivência nacional, conviria termos sempre presente que:

- Em termos geográficos Portugal não é um país europeu ocidental qualquer, o que decorre de se encontrar no extremo ocidental da já por si excêntrica Península Ibérica, de estar emparedado entre a Espanha e o Atlântico, e de se ter projectado até aos Açores e à Madeira — a simples hipótese de termos possivelmente de esperar pela Espanha para ingressar na CEE, e a circunstância de o nosso território ser o único da Europa Ocidental que se encontra inserido num comando da Aliança Atlântica com sede nos EUA atestam o que afirmo;
- A geografia especial do nosso país é de molde a facilitar à Espanha, em teoria, o exercício de coacções de natureza políti-

ca, principalmente se não houver o cuidado de: conter a níveis seguros as dependências económicas e energéticas relativamente àquele país; dispor de alternativas adequadas às indispensáveis vias terrestres transibéricas para a Europa em termos de transporte marítimo e aéreo autónomo; dispor de capacidade autónoma de defesa militar que afasta a hipótese de vir a ser confiado à Espanha o controle militar do teatro de operações terrestres do Continente e do espaço marítimo e aéreo interterritorial português, no quadro da NATO;

— O que se passa entre nós não pode ser indiferente a muitos e importantes países e blocos, que tenderão por isso a procurar ter possibilidades de nos influenciar ou coagir, jogando com as nossas principais vulnerabilidades — a descontinuidade territorial, as dependências económicas, energéticas e em transporte, e a fragilidade militar no domínio do conceito estratégico de defesa e dos meios; assim, convirá não esquecer que:

— estrategistas espanhóis poderiam ambicionar pôr a «atlantidade» do Continente português ao serviço do seu país;

— os EUA poderão tender a conservar a possibilidade de atrair para si os Açores sempre que tal se lhes afigure indispensável;

— a Europa, à medida que se for desenvolvendo uma consciência colectiva de defesa, tenderá a incluir as Ilhas portuguesas no seu esquema de segurança, e a disputar influência nelas aos EUA;

— os árabes do Norte de África não deixarão de pensar que a Madeira está mais próxima da costa africana do que de Lisboa;

— o reforço militar do Continente Norte-Americano à Europa Ocidental em caso de guerra generalizada Leste-Oeste será tão decisivo, e as nossas posições são de tal modo importantes para a sua viabilidade, que não poderá dizer-se com segurança se o nosso território é uma retaguarda, ou se, ao contrário, não será antes o primeiro a sofrer ataque.

Desejaria por fim salientar que, entre os países europeus, Portugal será porventura um dos que apresenta mais incertezas quanto ao seu futuro, em face das tensões desagregadoras que referi.

A extrema complexidade da equação geopolítica da soberania nacional decorre em boa parte da circunstância de a nossa «geografia» poder funcionar tanto como factor de força como de fraqueza. Por exemplo, na perspectiva da defesa do Ocidente, tal dependerá da forma como as nossas posições forem utilizadas. Efectivamente, se nessa utilização preponderarem interesses e concepções estratégicas e operacionais dos aliados, europeus e/ou norte-americanos, poderão ocorrer sérios inconvenientes para o Interesse Nacional, o maior dos quais

me parece o de não ser tida em consideração a necessidade portuguesa de se interpretar o seu território como *um conjunto geoestratégico inseparável*, de que decorreria pulverização orgânica das suas parcelas por diferentes áreas do esquema de defesa ocidental. Na minha opinião, apenas uma atitude da nossa parte adulta e conscientemente firme, tanto no caso referido, como noutros, pode impor a aceitação do Território Nacional como um conjunto geoestratégico e, consequentemente, fazer dele um factor de força e relevante instrumento de negociação internacional. Para isso, no entanto, muito concorreria à prévia consecução de *três objectivos principais*:

- *a coesão interterritorial*, muito difícil de se conseguir perfeita mente sem a adopção de filosofia e comportamento arquipelágicos nos domínios das políticas interna e externa, designadamente no concernente ao conceito estratégico de defesa militar
- *a vontade colectiva de defesa*, dependente entre outras coisas do reconhecimento das ameaças que, embora subtilmente, pendem efectivamente sobre a soberania e a própria viabilidade do país;
- *o desenvolvimento duma indispensável sensibilidade de segurança, a todos os níveis*, e em todas as parcelas do Território Nacional, particularmente entre as elites dirigentes, no que têm papel insubstituível, além das instituições de estudos estratégicos, como o IDN, os estabelecimentos de ensino superior e, evidentemente, os órgãos de comunicação social.

## PORTUGAL, A ESPANHA E A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA\*

---

O sr. António Sánchez-Gijón referiu na comunicação que me compete comentar que o Governo espanhol parece estar considerando como prematuras as questões das missões da Espanha na NATO e dos comandos em que as suas Forças Armadas poderiam integrar-se. Optei por isso por adiantar considerações que possam ser tidas em conta no país vizinho, e na NATO, na altura própria.

Vou ter de repetir muito do que aqui já foi dito por conferencistas portugueses que me precederam, porque muito do que disseram coincide com a tese que venho desenvolvendo e tornando pública desde há mais de dois anos acerca do que considero inegociável para Portugal em matéria de segurança, e principalmente porque estou por isso em condições de a fundamentar e aprofundar para tão distinta audiência. Devo esclarecer V. Exas. que os pontos principais de tal tese têm sido defendidos por todos os órgãos de soberania portugueses que se têm pronunciado sobre a questão da entrada da Espanha para a NATO. A unanimidade de pontos de vista que é patente em Portugal sobre o assunto é, assim, o primeiro dado importante para o qual chamo a atenção de V. Exas.

Vou utilizar uma linguagem franca e directa, como me impõem as circunstâncias e a qualidade de amigos e de aliados de V. Exas.

Antes do mais desejo afirmar claramente que considero a entrada da Espanha para a NATO como lógica, desejável, e muito positiva em termos de segurança para a Europa e para o Ocidente.

Para a Europa teria as consideráveis vantagens de reforçar a confiança do seu flanco sudoeste (em face da vocação geoestratégica específica do território ibérico espanhol) e de exercer controle sobre o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias (importante mesmo relativamente à

---

\* Intervenção no seminário «Portugal, a Espanha e as Relações Transatlânticas», organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e pelo Institute for Foreign Policy Analysis, Inc., em 11 de Maio de 1982.

segurança das Ilhas Atlânticas) dada ainda a adequada composição do seu Poder Militar.

O especial relacionamento da Espanha com o Mundo Árabe e com a América Latina constituiriam certamente um precioso contributo para a causa da paz mundial, dadas as potencialidades que apresenta para uma melhor compreensão por parte dos aliados das sensibilidades destas importantes regiões, e para um melhor relacionamento da Aliança com elas.

Para Portugal, além dos benefícios óbvios que passaria a auferir em termos de segurança colectiva, interessar-lhe-ia ainda a possibilidade de poder passar a concertar questões de segurança mútua com a Espanha no «forum» mais vasto da Aliança onde, no tempo presente entendo que elas têm realmente o seu local mais apropriado, porque o verdadeiro problema de segurança de ambos os países peninsulares como países periféricos (do «Rimland») que são, continua a residir primordialmente no Conflito Leste-Oeste, porque este, inclusivamente parece tender cada vez mais a explorar, e até satelitizar, todos os outros nomeadamente o chamado diálogo Norte-Sul.

Para a Espanha, no meu entender, resultariam designadamente benefícios de ordem política, psicológica, económica, militar, científica e tecnológica, etc., o que decorreria da aquisição formal da «cidadania ocidental», com a vantagem adicional de muitos dos seus próprios problemas internos poderem ser sublimados ante preocupações comparáveis com os aliados em áreas mais vastas e de momento ainda mais importantes em termos de segurança que o seu País e que a Península Ibérica.

O relativamente considerável Poder Militar da Espanha constituiria um precioso contributo para minorar um dos mais conhecidos pontos fracos da Aliança, que consiste na sua presente inferioridade em forças convencionais em relação ao Pacto de Varsóvia, pois poderia eventualmente ser utilizado em reforço de qualquer dos flancos ou frentes europeus ameaçados, para a protecção das rotas marítimas em caso de guerra generalizada, e até talvez para missões de presença ocidental em áreas sensíveis exteriores aos limites geográficos da NATO, em tempo de paz, onde seja eventualmente conveniente dar uma imagem de determinação do Ocidente em defesa dos seus interesses vitais e dos seus amigos. Também a Marinha Mercante espanhola, pela sua importante dimensão, constituiria um bom contributo para o reforço global da Aliança Atlântica, marítima como é.

Entretanto, importa não perder de vista que a verdadeira razão de ser da Aliança e também o seu principal problema actual é, efectivamente, a solidariedade atlântica, uma vez que, se é verdade que a Europa precisa de ligação íntima ao Continente Norte-Americano para dissuadir o Pacto de Varsóvia de atacar, e para garantir a sua independência também é certo que os EUA não teriam provavelmente capacidade para

só por si, se oporem eficazmente ao somatório dos potenciais daquele Pacto e da Europa Ocidental.

Ora acontece que o Território português é o mais ocidental e o mais atlântico da Europa, e dispõe de posições que são cada vez mais importantes para assegurar a passagem de eventual reforço do Continente Norte-Americano à Europa, uma vez que a nova ameaça dos corários aéreos «Backfire», com base na Península de Kola, aconselhou a que as rotas daquele reforço tivessem sido deslocadas mais para sul, por forma a passarem entre as ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira e ao largo do Continente português, onde, além de mais fácil apoio de terra, gozam de melhores condições de mar e de melhores possibilidades acústicas submarinas que aumentam a eficácia da protecção anti-submarina. Tendo acontecido que o reforço em questão se mostrou decisivo para as vitórias dos Aliados nas últimas guerras mundiais, o Território português é de facto um elo vital da cadeia de solidariedade atlântica (um verdadeiro pilar da ponte intercontinental) pelo que convém a todos que não se atente contra a sua coesão, ou seja, que não se provoque deliberadamente, ou inadvertidamente, a sua erosão.

Daqui decorre que pensar na participação de Portugal na Aliança Atlântica unicamente em termos geoestratégicos, o que implicaria a repartição operacional do Território português por áreas de influência estrangeiras distintas (a exemplo do que acontece com o acordo bilateral de defesa EUA-Espanha, em que o Continente português e a Madeira se encontram na chamada Zona de Interesse Comum, e os Açores sob a responsabilidade norte-americana), causaria prejuízo evidente para a coesão interterritorial portuguesa, da qual depende de forma vital a individualidade e a capacidade de manobra externa do País.

Pelas razões aduzidas, penso que o meu país não poderá aceitar qualquer relacionamento de segurança com a Espanha no seio da NATO que não seja o ditado pelos respectivos potenciais e vocações específicas geoestratégicas, e rejeitará qualquer relacionamento baseado nos respectivos Poderes Militares actuais. A não ser assim, criar-se-iam muito provavelmente condições propícias ao desenvolvimento de uma sensibilidade hostil à NATO, aos EUA e à Espanha entre os portugueses, que dificilmente poderiam entender permanecer numa Aliança que pretendesse utilizar as potencialidades geoestratégicas do seu território sem que se importasse com os prejuízos decorrentes para os interesses vitais do País. É por isto que considero ser do interesse dos nossos amigos e aliados que o Território português permaneça todo inserido na área de responsabilidade do Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT) — uma vez que as Ilhas Atlânticas nele terão de estar — e que não continue repartido pelas áreas operacionais «WESTLANT» com sede nos EUA (caso dos Açores) e «IBERLANT», exactamente como sucede com o já mencionado acordo bilateral de defesa EUA-Espanha.

A atitude mais correcta dos nossos amigos e aliados, nesta questão, seria antes uma compreensão efectiva de que Portugal precisa de

desenvolver o seu Poder Militar por forma a adequá-lo à sua participação digna no que designo por componente atlântica da defesa europeia, garantindo com meios autónomos a segurança das suas posições e a presença na área oceânica própria, que coincide com o «mare nostrum» económico (ZEE). É verdade que tal compreensão tem de começar pela dos próprios portugueses, nomeadamente dos militares que deverão reconhecer no Poder Aero-Naval (Marinha e Aviação) a autêntica capacidade marítima) um factor de independência nacional designadamente no quadro da NATO.

Obtive permissão do sr. António Sánchez-Gijón para citar aqui duas afirmações suas proferidas em tempos no Instituto da Defesa Nacional do meu País, e que foram publicadas no n.º 17 da revista «Nação e Defesa», das quais me permito inferir a sua compreensão para a minha argumentação: «...a entrada de Espanha para a NATO não deverá servir para desmembrar ou atenuar essa unidade ideal (unidade estratégica do espaço espanhol) pondo a dimensão atlântica (Espanha no espaço do comando atlântico aliado e a dimensão continental na órbita da Europa Central»; «... a unidade nacional de Portugal repousa com igual ou maior ênfase que no caso espanhol, no [factor] naval».

Tudo isto quer afinal dizer que, se a Espanha vier a ficar por hipotese também no «SACLANT», há que respeitar efectivamente a complementaridade das vocações específicas dos territórios portugueses espanhol, evitando-se soluções, como as do comando ibérico unificado que seriam susceptíveis de criar sérios problemas à solidariedade atlântica, e que seriam até desnecessárias, dada a verdadeira natureza da «guerra real».

Efectivamente, o que me parece mais provável, uma vez que a dissuasão militar da NATO (de que a solidariedade atlântica é um elemento vital) mantenha a sua credibilidade, é que a «guerra real» continue a caracterizar-se pela manobra indirecta, onde a pressão psico-militar na Frente Leste é coordenada com pressão simultânea nas regiões vitais de abastecimento de petróleo do Golfo (com oportuna oferta de gás natural da Sibéria) e de minerais estratégicos da África Austral, com o envolvimento subtil da Europa pelo Mar de Barentz e pelo Noroeste Africano, e com a tentativa de fixação das atenções e das preocupações principais dos EUA na América Central, Caraíbas e até talvez na América do Sul, tudo com o objectivo primeiro, sobejamente conhecido, de separar o Continente Norte-Americano da Europa. É nesta «guerra real», como atrás sugeri, que o concurso da Espanha me parece efectivamente do maior interesse para todos nós, designadamente, repito, pelo reforço da confiança que as suas importantes forças convencionais poderão trazer à Frente Leste e ao Flanco Sudoeste da Europa, à viabilidade da presença ocidental em áreas sensíveis fora dos actuais limites da NATO, e à segurança das comunicações marítimas dos Aliados.

Na minha opinião, que venho expondo repetidamente desde há mais de dois anos, como referi, e de que já encontrei algumas réplicas

animadoras entre espanhóis, inclusivamente ontem mesmo nesta sala, os interesses da NATO na Região Íbero-Atlântica, em termos de solidariedade, e os interesses de Portugal e da Espanha, poderão conciliar-se com a consideração da complementaridade geoestratégica dos territórios. Para ser mais preciso, a vocação específica portuguesa, porque o seu território se projecta para meio do Atlântico e as rotas vitais de socorro tendem a passar ao seu alcance (ou mesmo pelo respectivo espaço interterritorial) está no apoio ao reforço da Europa a partir do Continente Norte-Americano; por outro lado, a vocação espanhola está principalmente relacionada com o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, simultaneamente orientado para a bacia ocidental do Mediterrâneo, para a segurança do Flanco Sudoeste da Europa, e para a contenção de ameaças às Ilhas Atlânticas.

Salientaria ainda, como parte muito importante da minha tese, que a estabilidade e a confiança em toda a Região Atlântica Íbero-Africana (que engloba também Marrocos) tem o maior interesse para a Península e para o Ocidente. O caso é que Marrocos constitui, como já tive ocasião de salientar ontem aqui mesmo, uma alternativa geoestratégica da Península Ibérica, pelo que muito interessa que tudo seja feito para assegurar a sua desejada integração no Mundo Ocidental, através de indispensável solidariedade, designadamente em termos de apoio à estabilização do regime democrático e à solução política do conflito do Sara Ocidental. Por outro lado, a História e o presente aconselham-me a lembrar a distinta assistência que a confiança e a estabilidade nesta sensível e antiga Região não são compatíveis com a «hegemonização» ou a «gendarmização» de qualquer das potências regionais. Relembraria ainda o apoio que a URSS procura dar no conflito das Ilhas Falkland à Argentina (de que depende para vital abastecimento de cereais) e que certamente daria a um Marrocos e a um Sara Ocidental em conflito eventual com países ocidentais, por razões geoestratégicas óbvias, e também pela importante dependência soviética em fosfatos do Noroeste Africano.

Não posso deixar de manifestar esperança que norte-americanos, espanhóis e portugueses compreendam que: a solidariedade atlântica está acima de tudo na Aliança, dado que aos do Leste, para vencer, bastar-lhes-ia conseguir a separação entre os EUA e a Europa Ocidental; para se chegar a tal resultado, bastaria talvez que os europeus ocidentais se convencessem que as guerras dos recursos, da viabilidade do socorro norte-americano, e da dissuasão nuclear estariam perdidas (esperar outra coisa parece-nos algo idêntico ao preconceito «Maginot», ou seja, imaginar que o adversário vai proceder como esperamos, ou como desejaríamos); a coesão territorial portuguesa é efectivamente um elo indispensável da solidariedade atlântica; é inconveniente somar-se uma desilusão dos portugueses às incertezas do Noroeste Africano.

Os portugueses sabem desde há séculos que a «atlanticidade» do seu território constitui a garantia da sua existência como Nação independente, e o factor decisivo da sua capacidade de manobra, o que os levou desde sempre a preocupar-se em manter sob o seu controle a sua fronteira marítima, uma vez que o mesmo lhes é materialmente impossível quanto à fronteira terrestre. Embora os tempos sejam hoje outros, o que é facto é que os portugueses, e principalmente os açorianos, ainda não conseguiram esquecer os 60 anos de perda de independência, ocorrida precisamente quando a sua incapacidade de controle da fronteira marítima colocou o território continental sob cerco estratégico espanhol.

Portugal não contesta, nem tal direito lhe assiste, a projecção atlântica da Espanha no quadro da NATO. Contesta, sim (e fá-lo-á certamente com toda a firmeza), que ela se faça para o interior do seu espaço interterritorial. Portugal não desistirá de tudo fazer para evitar que os seus próprios amigos e aliados perturbem inadvertidamente a sua vital coesão interterritorial por desconhecimento ou por incompreensão dos problemas que a descontinuidade territorial e a sua presente fragilidade aero-naval lhe acarretam dramaticamente, principalmente em tempo de paz, e no quadro da Aliança de que é membro fundador.

Terminaria permitindo-me lembrar mais uma vez que tudo o que reforce a Aliança é bem-vindo, e que tudo o que pareça susceptível de enfraquecer a sua solidariedade deve, no mínimo, ser prudentemente estudado. Isto, particularmente quando parece estar-se a caminho de poder justificar-se o sábio aviso de Mackinder — para opor-se ao crescente poder expansivo da Potência Continental e ao seu eventual rumo ao mar, será indispensável a transformação do Atlântico Norte num íntimo elo de ligação entre os Continentes Norte-Americano e Europeu, sem o que não será possível dar resposta adequada ao desafio sem precedentes que tais hipóteses representam para o Ocidente. E o que está acontecendo é que nunca o Poder Marítimo duma Potência Continental esteve tão alto, e a solidariedade atlântica esteve tão baixa.

11 de Maio de 1982

## O «PUZZLE» GEOPOLÍTICO DA REGIÃO ATLÂNTICA ÍBERO-AFRICANA (RAIA)\*

Algumas experiências menos bem sucedidas mostram que o Ocidente nem sempre tem prestado a melhor atenção às sensibilidades peculiares e à estabilidade de regiões que têm interesse para a sua segurança global.

Por isso se julga poder ser de alguma utilidade a menção de alguns dos mais importantes dados que possam eventualmente contribuir para um melhor conhecimento do autêntico «quebra-cabeças» geopolítico que a região Atlântica Íbero-Africana (RAIA), constituída pela Península

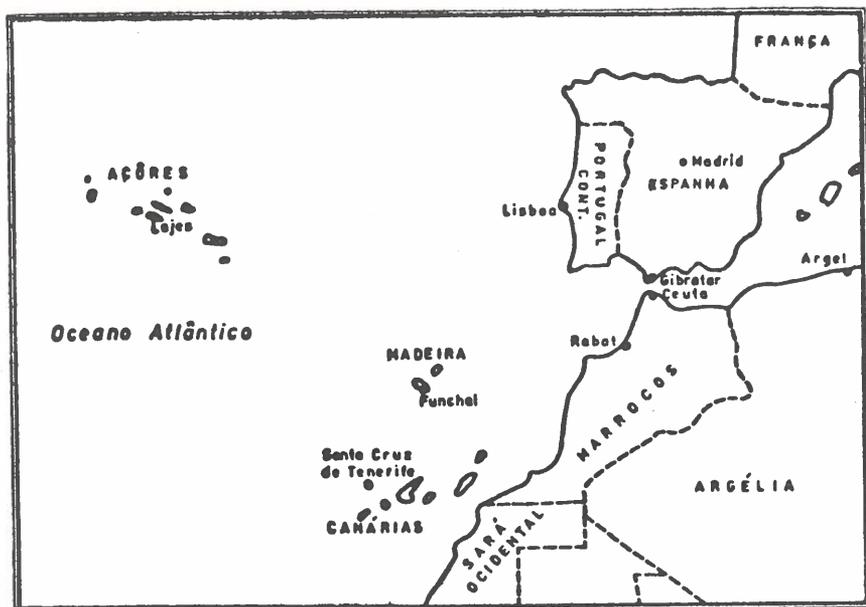


Figura 1

\* Artigo reproduzido, com ligeiras alterações, de *A África num Mundo Multipolar*, edição do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa, 1983.

Ibérica, Ilhas Atlânticas adjacentes e Noroeste Africano. As referências apresentadas são necessariamente superficiais, dadas as naturais limitações do trabalho, e inserem-se o mais possível num espírito de informação estratégica.

## **Enquadramento Global**

Uma área onde se verifique instabilidade, seja país ou região, tem tendência a atrair sobre si a atenção e as preocupações das grandes potências ou dos grandes blocos, principalmente se os seus interesses puderem ser afectados pelo que nela se passar.

Em princípio, tal instabilidade poderá resultar de tensões internas — sociais, étnicas, religiosas, ideológicas, autonomistas, etc. — ou de entrechoque de interesses territoriais ou económicos entre países vizinhos. As instabilidades têm também origem em interferências e ingerências externas, exercidas por vezes persistentemente ao longo de séculos. Estas interferências, como se sabe, acontecem quase sempre em países que não têm sido capazes de desenvolver suficiente Poder Nacional para assegurar uma via independente ante apetites estrangeiros pelo usufruto de importantes vantagens económicas e geoestratégicas do seu território.

A conhecida missão messiânica de natureza universalista que a União Soviética se atribuiu a partir da revolução comunista de 1917 — que não pode fazer esquecer ambições expansionistas já anteriormente denunciadas, por exemplo, por Pedro o Grande, que lamentava não dispor a Rússia duma ideologia suficientemente mobilizadora para fazer dela uma grande potência mundial — levou aquele país a reforçar extraordinariamente o seu Poder Militar. Esse reforço visou de início a preservação da celebrada «inexpugnabilidade» do seu território, com o intuito declarado de defender a revolução de eventuais ataques externos, mas tem prosseguido nos últimos anos com propósitos claramente anunciados de contestar a influência dos países ocidentais, onde for preciso, e de alastrar a revolução comunista a todo o Mundo.

Conforme é sobejamente conhecido, a escalada de armamentos iniciada após o final da Segunda Guerra Mundial entre a União Soviética e os EUA atingiu proporções cuja perigosidade terá levado os dirigentes soviéticos a optar de momento por uma estratégia indirecta para atingir os seus fins. Entre os objectivos dessa estratégia conta-se declaradamente a redução da influência e do controle que os países ocidentais têm exercido desde há vários séculos em regiões que apresentam interesse económico e geoestratégico para a manutenção da sua influência. Não surpreende, por conseguinte, que as principais regiões produtoras de hidrocarbonetos e de minérios estratégicos, e bem assim os principais pontos-chaves do globo, de cuja importância foram os portugueses os primeiros a aperceber-se, e de que os ingleses se utilizaram mais tarde com mestria inigualável, estejam actual-

mente convertidos em arenas de intensa luta surda e, por vezes, também violenta. Uma dessas regiões sensíveis é precisamente a RAIA, porque é susceptível de ser utilizada como trampolim intercontinental para projecção de poderio militar, porque possibilita o controle das mais importantes rotas marítimas atlânticas e mediterrânicas da Europa e do próprio Ocidente, e porque nela se encontram o Estreito de Gibraltar e as Ilhas Atlânticas.

Por outro lado, continuando a acentuar-se o distanciamento entre a capacidade de intervenção externa das superpotências e a dos restantes países, acontece que as regiões instáveis com real interesse económico e geoestratégico dificilmente podem evitar ser envolvidas nas pesadas teias da chamada confrontação Leste-Oeste. As próprias tensões internas, e também os conflitos genuínos entre potências menores, fornecem muitas vezes suficientes pretextos e boas oportunidades para a intervenção aberta ou camuflada das superpotências, no âmbito do seu permanente despique mútuo de influências. Invariavelmente, elas ocorrem, ou por iniciativa própria, alegando motivos imperiosos de defesa de interesses vitais ameaçados pela superpotência rival, ou em resposta a desejo expresso pelas próprias partes em litígio, do que resulta que muitos daqueles conflitos e tensões acabem por ser mais ou menos internacionalizados e logo satelitizados pela confrontação-mor. Assim, as próprias discussões do Diálogo Norte-Sul, as disputas e as guerras de libertação, e mesmo as tensões e os conflitos internos de origem separatista ou sócio-económica, particularmente quando surgidos em regiões com elevado interesse económico e geoestratégico, não serão completamente compreendidos se for ignorada a perspectiva da confrontação Leste-Oeste. A citada internacionalização das tensões e dos conflitos também é facilitada, entre outras coisas, pelo pendor internacionalista e universalista que hoje têm as principais correntes ideológicas, partidárias, sindicais, económicas, etc. Um exemplo frisante de satelitização do Diálogo Norte-Sul pela confrontação Leste-Oeste foi o constituído pela curiosa pretensão expressa pelo chefe do regime cubano de levar o Movimento dos Países Não-Alinhados a tomar posições hostis aos EUA e favoráveis à URSS. Outro exemplo, este relacionado com a RAIA, consiste na coincidência de interesses que tem existido entre os chamados países radicais árabes do Norte de África e a URSS, no caso da contestação da influência do Ocidente na costa do Noroeste Africano (susceptível de poder atingir o Estreito de Gibraltar) e do controle das próprias Ilhas Atlânticas, a qual pode muito bem estar a ser posta em prática através de apoio comum que tem vindo a ser prestado à Frente Polisário. O facto de esta possível manobra ter lugar em área exterior à da NATO, se bem que a ela adjacente, e de ser classificada pelos apoiantes daquela Frente como ajuda a uma luta de libertação, concorre para não lhe poder ser atribuída facilmente qualificação de ataque a interesses vitais da Aliança, muito embora possa vir a revelar-se exactamente como tal.

As linhas mestras do que se tem referido nem sequer têm algo

de surpreendente, pois todas as movimentações citadas se processam em clara consonância com as teorias geoestratégicas que mais têm resistido ao tempo. Ou será que não se consegue ver o pensamento de Mahan na política de contenção periférica da URSS conduzida pelos EUA, o aviso e o conselho de Mackinder na impressionante caminhada da URSS para o mar e na constituição da Aliança Atlântica, como resposta, e a predição de Spikman de que nas lutas pelo controle dos pontos-chaves e das regiões periféricas do Terceiro Mundo se resolveria a questão de hegemonia mundial? Idealistas e oportunistas do nosso tempo, de ambos os campos, em estranha sintonia no pretensioso desprezo pelas indicações que podem ser extraídas do comportamento histórico dos povos, parecem ter tendência a não gostar que lhes lembrem aquelas teorias e, bem assim, por exemplo, as intenções claramente expressas há séculos por Pedro o Grande, e também por Catarina II da Rússia. E isso nada tem a ver com a realidade do crescente fosso que se verifica entre os países pobres e ricos, mas apenas com a exploração dessa deplorável situação para fins expansionistas.

### **Enquadramento Europeu**

É sobejamente conhecido que, entre as vulnerabilidades mais acentuadas da Europa Ocidental, avulta a sua dependência externa quanto a hidrocarbonetos, a minérios estratégicos e a outras importantes matérias-primas, acrescida da imprescindibilidade de proceder ao seu transporte por mui longas e expostas rotas marítimas. Como se sabe, as dependências em questão são tão pesadas, que simples acções hostis de qualquer natureza que provoquem condicionamentos ao seu abastecimento quanto a preço ou a continuidade são susceptíveis de causar graves perturbações internas e sérias limitações à liberdade de acção política das maiores potências da Europa Ocidental. Outras importantes vulnerabilidades da Europa Ocidental, com implicações muito sérias na liberdade de acção externa, segurança e independência, residem, como é também suficientemente conhecido, na incapacidade de assegurar a sua defesa militar no teatro europeu com meios autónomos em caso de agressão nuclear ou convencional do Leste, na insuficiente credibilidade de argumentos políticos e militares para influenciar em seu favor o comportamento dos países produtores de hidrocarbonetos e de outras matérias-primas essenciais, e na falta de meios adequados à defesa autónoma das rotas marítimas de que tanto depende. Estas vulnerabilidades, como também não se desconhece, têm hipotecado boa parte da segurança e da liberdade de manobra da Europa Ocidental aos EUA. Foi o marechal Montgomery quem disse que a Europa vive essencialmente do mar, que a sua economia repousa na liberdade das rotas marítimas e que a sua defesa pressupõe o domínio do mar. No entanto, por outro lado, acontece que também a segurança de todo o Ocidente, incluindo a dos EUA, se encontra por sua vez muito

dependente da própria segurança da Europa Ocidental. Isto porque, se a URSS pudesse um dia vir a controlar, ou «finlandizar», todo o Continente Europeu, passaria então a dispor dum somatório de potencial estratégico verdadeiramente imparável. Por isso os EUA, como líder do Ocidente, dado que são de momento o único país ocidental com capacidade militar, e até política, para se opor eficazmente aos desígnios universalistas da URSS, têm realmente que manter-se interessados a fundo nos diversos aspectos da segurança europeia. Isto é, os EUA têm necessidade e obrigação de se envolver em todas as frentes onde a segurança europeia se encontre em jogo, designadamente no chamado Diálogo Norte-Sul, no controle naval e aéreo do Atlântico Norte, na segurança das comunicações marítimas vitais, e na crescente dependência energética de alguns países europeus ocidentais relativamente à URSS.

Para proteger a segurança europeia, a ocidental, e até a própria, os EUA precisam todavia de facilidades para poder projectar ou para poder ameaçar projectar o seu poderio militar, e para poder proceder ao controle do Atlântico Norte e doutros mares, e de pontos focais de navegação frequentados pelos navios ocidentais. Faz inegavelmente parte essencial desta capacidade de projecção de poderio militar para o exterior, e da capacidade de controle naval e aéreo do Atlântico Norte, a possibilidade de acesso dos norte-americanos a potencialidades geoestratégicas da Península Ibérica, das Ilhas Atlânticas adjacentes, e do Noroeste Africano. Por outro lado, parece evidente que seria verdadeiramente desastroso para a Europa e para o Ocidente que uma qualquer das referidas parcelas da região em apreço pudesse um dia vir a poder ser utilizada por potências hostis ao Ocidente. A este respeito, nunca será de mais recordar a importância decisiva de acontecimentos da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, como a utilização dos Açores pelos Aliados, a neutralidade operacional da Península Ibérica e o desembarque norte-americano em Marrocos. O que acontece é que, desde aí, ficou provado o que já se tinha verificado na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, isto é, que a defesa europeia tem obrigatoriamente duas componentes, uma continental, e outra atlântica, sendo esta constituída pela possibilidade de se poder contar com o imprescindível socorro militar norte-americano através do Atlântico Norte. Parece muito importante e oportuno relembrar e salientar estes aspectos realmente decisivos da segurança europeia, particularmente quando um observador mais atlântico tem a sensação de que os seus aliados mais continentais, provavelmente influenciados pela proximidade física da URSS, e fascinados e hipnotizados pela sua crescente pressão militar e psicológica na Frente Leste, parecem querer deixar-se arrastar novamente para uma acanhada filosofia de defesa semelhante à que produziu o conceito da «linha Maginot», esquecendo-se que um eventual ataque do Pacto de Varsóvia naquela Frente, o único que parece quererem considerar, seria possivelmente uma opção das menos indicadas para os soviéticos. Isto porque, por um lado, poderia provocar afinal a destruição da máquina industrial e da economia da Europa Ocidental, o que faria desta um

pesado fardo económico e social para a URSS em vez de um contributo para o acréscimo do seu potencial estratégico. E porque, por outro lado, esse ataque bem poderia desencadear a temível escalada nuclear, para não falar ainda da possível preferência soviética em manter as duas Alemanhas separadas em Blocos opostos. Acontece ainda que um ataque na Frente Leste não seria necessariamente o único processo de pôr a Europa Ocidental de joelhos, pois parece que, para tal se conseguir, poderia afinal bastar cercar-lhe o acesso aos hidrocarbonetos do Médio Oriente e aos minérios da África Austral, ou ameaçar a sua capacidade de controlar os mares para abastecer e para socorrer militarmente a Europa Ocidental a partir do Continente Norte-Americano. Esta última linha de acção, que pode não precisar do disparo de um único tiro para ter êxito, tem a ver, e muito, com o controle da RAIA, particularmente quando a URSS dispõe cada vez mais de meios que lhe permitem crescente número de opções, inclusivamente a utilização do mar, para atingir os seus objectivos.

Quer isto dizer que a região constituída pela Península, Ilhas Atlânticas adjacentes e Noroeste Africano, por muitos ainda considerada apenas como uma mera retaguarda da Europa Ocidental, poderá vir a estar afinal bem no centro da confrontação Leste-Oeste e, provavelmente, numa das suas principais linhas. Se não, que outro significado poderão ter ocorrências simultâneas como as pressões psicológicas, políticas e militares nas Frentes Central e Norte da Europa, alguns movimentos pacifistas em países europeus ocidentais, a tentativa de fixação das preocupações dos EUA na agitação da região das Caraíbas e da América Central, a desestabilização em curso na região petrolífera do Sudoeste Asiático e a simultânea oferta de hidrocarbonetos siberianos à Europa Ocidental, ao mesmo tempo que se verificam erupções de violência na região mineralífera da África Austral e incremento da intensidade e da internacionalização do conflito do Sara Ocidental? De tudo parece lícita a conclusão de poder estar-se provavelmente em presença de uma única manobra coordenada visando isolar a Europa Ocidental do Continente Norte-Americano e, por conseguinte, a «finlandização» final daquela, para cujo êxito poderia ser decisivo o controle de um dos países da RAIA. Por outras palavras, esta «finlandização» poderia realmente constituir a primeira opção da URSS, podendo uma segunda vir a ser, principalmente em caso de iminência de guerra generalizada, uma acção militar visando a neutralização ou a ocupação preventiva ou imediata de pontos vitais da RAIA e doutros pontos essenciais para impedir a passagem de reforços norte-americanos para a Europa. O ataque na Frente Leste poderia só então surgir, se o Ocidente não capitulasse entretanto. Queira aceitar-se, ou não, a verdade é que se trata duma possibilidade que apenas a cegueira dos preconceitos, a considerável força das ideias feitas, e a maior influência económica e política dos países das Frentes Central e Norte da Europa têm conseguido fazer relegar, perigosamente, para plano demasiadamente secundário.

## Contexto Regional

Um breve bosquejo histórico relativo à RAIA revela pelo menos duas coisas importantes: a interdependência estratégica dos territórios e a interacção dos povos da Região, as quais transparecem claramente de crises de sobrevivência, hegemonia, segurança e disputa de influência; e a razão de ser de certos comportamentos aparentemente sem sentido, mas que têm realmente origem em traumas, sensibilidades e preconceitos decorrentes de uma História regional muito antiga e agitada.

Como exemplos do referido apontam-se: a invasão da Península Ibérica pelos mouros do Noroeste Africano no século VIII d. C. através do Estreito de Gibraltar, e a sua permanência nela até fins do séc. XV; a descoberta e povoamento das Ilhas dos Açores e da Madeira pelos portugueses; a disputa entre portugueses e espanhóis pela posse das Canárias, decidida por arbitragem papal favoravelmente aos últimos; a ocupação da praça forte de Ceuta pelos portugueses no século XV; a perda transitória da independência de Portugal nos fins do século XVI na sequência de desastrosa tentativa para preservar a sua presença no Noroeste Africano então ameaçada pela expansão do Império Otomano para o Atlântico visando o envolvimento da Europa pelo sul, a que se juntou ainda a perda do controle do seu mar, que atirou o país para uma situação desesperada de cerco estratégico (por terra e por mar) por parte da Espanha; as repetidas surtidas de piratas argelinos contra a navegação, costas e Ilhas portuguesas no Atlântico; a presença da Espanha nas praças norte-africanas de Ceuta e Melilla, ainda hoje, o que lhe permite participar no controle do Estreito, apesar de se encontrar privada de Gibraltar; o papel desempenhado pelas Ilhas Atlânticas em importantes acontecimentos verificados na Península Ibérica, como sejam a resistência dos portugueses da Ilha Terceira, nos Açores, às forças de Filipe II da Espanha durante três anos após a referida ocupação militar do Continente português em 1580, a concentração e a arrancada decisiva do movimento liberal português apoiado por potências estrangeiras no século XIX (também a partir da Ilha Terceira) para o desembarque decisivo no Continente, e o arranque do General Franco a partir das Ilhas Canárias, através do Noroeste Africano e do Estreito de Gibraltar, durante a Guerra Civil de Espanha de 1936-39.

Persistem ainda hoje na RAIA importantes sensibilidades e factores de instabilidade que, no âmbito deste trabalho, importa mencionar.

Em primeiro lugar acontece que os países da Região, recentemente saídos de períodos algo delicados da sua História, ainda ultimam a consolidação de regime democrático autenticamente pluralista.

A Espanha, que ostenta um passado de grandeza, de que se destaca a sua hegemonia política na Europa do século XVI e princípios do XVII, em que inclusivamente submeteu Portugal durante 60 anos (na

sequência da desastrosa intervenção lusitana no Noroeste Africano atrás referida) e dividiu com a França o Noroeste Africano, sofre ainda hoje a amputação de Gibraltar do seu território. Este facto, além de ser naturalmente doloroso para o justo orgulho dos espanhóis, retira ao potencial geoestratégico do seu território uma peça do mais alto valor. Verifica-se a existência de um movimento separatista das Ilhas Canárias, com base na Argélia, a cujo mais provável objectivo se aludirá adiante, e de que o eventual êxito não pode ser de forma alguma indiferente ao Ocidente. A Espanha detém o mais desenvolvido e, apesar de tudo, o mais moderno e equilibrado Poder Militar dos países da RAIÁ, de que se destacam a sua força de assalto anfíbio e vertical e, principalmente, a sua importante indústria de defesa.

Para Portugal, pelo facto de se encontrar fisicamente emparedado no extremo ocidental da Europa entre a Espanha e o Atlântico, sempre se lhe impôs, como maneira de garantir a sua independência, o recurso a uma política atlântica que pudesse proporcionar-lhe contrapartida para o seu constrangimento geográfico na Península Ibérica. Essa filosofia de sobrevivência explica em boa parte a tradicional preferência de Portugal por alianças com potências marítimas, a procura de controle de praças fortes no Noroeste Africano, a epopeia dos descobrimentos marítimos, e a presente preocupação com a coesão do seu núcleo territorial (Continente e arquipélagos da Madeira e dos Açores), porque ela constitui uma das bases da «atlanticidade» que diferencia o país de qualquer outra região da Península Ibérica. Já no quadro da Aliança Atlântica, essa mesma filosofia secular manifesta-se no desejo de manter todo o território nacional no Comando Supremo Aliado do Atlântico (SACLANT), uma vez que esse parece ter de ser nos tempos mais próximos o lugar dos arquipélagos no esquema de defesa militar da NATO. Ainda no quadro da NATO, a mesma filosofia arquipelágica transparece da ambição de conseguir a indispensável ajuda para a aquisição de meios navais e de meios aéreos com vocação marítima para preencher minimamente o espaço marítimo e aéreo interterritorial português com meios nacionais. Em face de tal filosofia secular arquipelágica de sobrevivência, poderá entender-se não poderem ser do agrado dos portugueses situações como a da manutenção dos Açores fora do comando NATO da Área Íbero-Atlântica (IBERLANT, onde se encontram inseridos o Continente e a Madeira) e, muito menos, a espécie de reconhecimento de exagerada dose de «atlanticidade» inventada ao território espanhol à custa da inserção forçada do espaço marítimo e aéreo interterritorial português na chamada Zona de Interesse Comum (ZIC) definida no acordo bilateral de defesa EUA-Espanha, a qual curiosamente também não abarca os Açores. De notar que a sensibilidade da questão decorre ainda de o referido acordo ter tido como um dos seus objectivos encontrar uma forma de ir inserindo o país vizinho no esquema de defesa colectiva ocidental. Para além do mais, o mesmo acordo tornou ainda possível uma ajuda militar à Espanha susceptível de ir acentuando a inferioridade aero-naval e a sensação

de cerco estratégico de Portugal em relação ao seu vizinho, mesmo no âmbito da defesa colectiva do Ocidente, apesar de o relativo às Lajes ser reconhecidamente mais importante para os EUA do que o actual território da Espanha pode oferecer (Ver a figura da p. 59).

O reino de Marrocos, recuperada a sua independência política em 1956, após a ocupação de algumas décadas pela França e pela Espanha, sem contudo ter conseguido plena satisfação territorial, defronta-se agora com o que poderá afinal esconder mais uma manobra (das várias a que foi submetido ao longo da sua agitada História de dez séculos), vinda de Oriente para provavelmente alcançar a costa atlântica e o próprio Estreito de Gibraltar. Boa parte das preocupações e dos esforços do país encontram-se por isso voltados para a questão do Sara Ocidental (que envolve também de certo modo a Mauritânia), a qual, dada a sua natureza, parece susceptível de poder atingir também a frente interna. Uma eventual ruptura do regime poderia dar lugar à transformação, não apenas da costa marroquina, mas também da sarauiana e da mauritana, em pontos de apoio para possíveis actuações hostis à navegação ocidental e à actual condição política das Ilhas Atlânticas fronteiras, com consequências sérias de ordem psicológica, e doutras, para a segurança da Europa Ocidental. Como acontece com a Espanha relativamente a Gibraltar, parece natural que, mais tarde ou mais cedo, venha a pôr-se também à consciência e ao orgulho nacional do povo marroquino o problema do estatuto político de Ceuta e Melilla. O Poder Aero-Naval do Reino de Marrocos está ainda muito longe de corresponder aos seus apreciáveis e experientes Poder Terrestre e Aéreo, e muito menos ainda à grande importância da sua fronteira marítima e às vocações africana e atlântica de que se reclama.

Conhecem-se pretensões da Organização para a Unidade Africana, que têm sido principalmente veiculadas pelos países árabes norte-africanos chamados radicais, como a Argélia e a Líbia, reivindicando a alteração da condição política actual das ilhas que constituem o que designa por colar envolvente da África (nomeadamente Canárias, Madeira e até mesmo os Açores) com o objectivo declarado de evitar que possam ser usadas como trampolim para pressionar ou para atacar o Continente Africano, ou mesmo o adjacente Médio Oriente. A concretização de tais pretensões, que não deixariam obviamente de servir também objectivos evidentes do Bloco Leste, pode já ter sido tentada através do malogrado projecto de união política das Ilhas de Cabo Verde à Guiné-Bissau. A sugestão de ligação dos destinos do Sara Ocidental ao das Ilhas Canárias, com base na pequena etnia comum «guanche», tem sido também dada pelo movimento independentista canário, o qual, a partir da sua base na Argélia, tem reclamado a africanidade do arquipélago.

Interesses do Bloco Leste quanto à Região em apreço revelaram-se irrefutavelmente na Guerra Civil de Espanha, e ter-se-ão manifestado mais recentemente em possível apoio à ETA, em alguns dos acontecimentos de 1974 em Portugal, e no apoio a objectivos da Frente Polisá-

rio. A propósito da Guerra Civil de Espanha, parece oportuno referir que altos dirigentes nacionalistas espanhóis, entre eles o próprio General Franco, teriam declarado ter reconhecido que um Portugal independente havia dificultado a comunização de toda a Península Ibérica e contribuído para a vitória final das forças anticomunistas, lição que parece não ser de esquecer em termos da actual confrontação Leste-Oeste.

Os países da Região, dada a importância vital das posições que detêm no âmbito da supracitada confrontação Leste-Oeste, tendem a ser permanentemente envolvidos no jogo das superpotências, e mesmo das grandes potências europeias, quer indirecta, quer directamente. Por outro lado, acontece que nenhum dos seus territórios tem o exclusivo das potencialidades da RAIA, uma vez que cada um deles apresenta alternativas interessantes para os restantes. Assim, as comunicações marítimas necessárias às operações vitais de abastecimento e de socorro militar dirigidas à Europa podem ser interceptadas a partir de mais do que um dos territórios, e qualquer destes pode servir de trampolim intercontinental, em qualquer dos sentidos. O pior, todavia, seria ainda que aquelas potencialidades pudessem um dia vir a estar repartidas pelas duas superpotências, uma vez que isso equivaleria afinal a trazer para a Região a fronteira quente da confrontação Leste-Oeste, com as graves consequências que certamente daí adviriam.

Estes são, em traços muito gerais, alguns dados do «puzzle» geopolítico da RAIA, para o qual conviria que fosse encontrada no Ocidente, na Europa, e na própria Região, uma solução de estabilidade satisfatória, o que se reconhece sem esforço ser extremamente complexo, e exigir de todos os interessados grande discernimento, espírito de justiça, confiança, coragem, prudência e fria perspectiva de futuro.

Não se julgue que se pretende advogar, ou sequer sugerir, a extensão da Aliança Atlântica ao Noroeste Africano, o que se sabe não poder ter aceitação da maioria dos quadrantes, quer aliados, quer adversários. O que se pretende, isso sim, é salientar que a segurança do Ocidente, da Europa e dos próprios países da RAIA tenderá a beneficiar com um clima de confiança e de estabilidade regional. Tal clima necessitaria contudo de assentar primeiro que tudo no reconhecimento da necessidade dum consenso estratégico de segurança, de iniciativa regional, o qual não será contudo viável sem condições, internas e externas, susceptíveis de concitar a adesão consciente e duradoura dos respectivos povos. Só depois poderá ter consciência um adequado relacionamento estratégico dos aliados atlânticos com o Noroeste Africano.

Qualquer solução duradoura para o quebra-cabeças em apreço terá indubitavelmente de obedecer a três condições prévias fundamentais para os países da Região — estabilidade nacional, estabilidade regional e uma correcta inserção de todos na omnipresente confrontação Leste-Oeste, enquanto esta persistir. O sucesso das duas primeiras condições depende certamente do grau de empenhamento dos respecti-

vos políticos na realização devidamente equilibrada dos clássicos objectos fundamentais de Desenvolvimento, Justiça e Segurança. Muito possivelmente, as dificuldades existentes para a realização destes objectivos seriam agravadas em caso de eventual alinhamento político-estratégico que fosse contra-natura dos pontos de vista geográfico, ideológico, cultural ou religioso, em consequência de tensões internas e externas que inevitavelmente surgiriam. Por outro lado, certamente que tão decisivos objectivos não poderiam ser realmente alcançados de forma duradoura fora dum quadro democrático autenticamente pluralista, dado que este, porque contempla a alternância do poder político sem ruptura do regime, garantiria, em princípio, a indispensável persistência das mais importantes opções no plano interno, regional e externo. Outros regimes mais ou menos mascarados e reclamados de democracia já provaram suficientemente a sua credibilidade e ineficácia nesta e noutras Regiões e os riscos de ingerências externas abusivas que as suas inevitáveis rupturas acabam sempre por acarretar. Para além da criação de tais condições básicas, crê-se poderem ser aproveitadas outras já existentes que parecem, em princípio, propícias à promoção dum clima de confiança mútua e de cooperação, designadamente complementaridades económicas e turísticas, e laços comuns históricos, culturais e de sangue. Mesmo no sensível campo religioso, as duas fés em presença têm efectivamente algo de afim quanto a princípios fundamentais, morais e religiosos, e a repúdio de ideologias atéistas. No entanto, é inegável que um possível agravamento da questão de Ceuta e Melilla, porque envolveria directamente dois países da Região, afectaria negativamente a estabilidade desta. Reconhecem-se ainda prováveis dificuldades para minimizar problemas decorrentes de concorrência entre importantes produtos agrícolas dos países da Região.

No concernente ao Ocidente, que tem sido várias vezes surpreendido com explosões adversas, e mesmo hostis, em várias regiões do Globo, tanto espontâneas como fomentadas, crê-se que terá conveniência em conhecer e em ter em devida consideração e respeito as carências, as sensibilidades e os preconceitos específicos da RAIA. O Ocidente não deverá desconhecer que a RAIA seria certamente uma das Regiões onde seria porventura mais desaconselhado pretender promover-se um clima de confiança, de estabilidade e de segurança sem se desistir primeiro de procurar exercer controle externo mais ou menos directo através de exploração de vulnerabilidades dos países regionais, ou mais ou menos indirecto por meio de «gendarmes» ou procuradores regionais privilegiados, que seriam procedimentos menos próprios de autênticos aliados. Efectivamente, o controle externo, mesmo mitigado, de importantes posições da Região, ou o favorecimento de hegemonias regionais, são susceptíveis de promover desconfianças, reavivar ressentimentos e provocar alinhamentos estratégicos reactivos pouco convenientes para o clima de confiança e para a estabilidade da RAIA e, quiçá, para a segurança do Ocidente. Isto porque se trata

de nações com um passado de grandeza e também de dolorosas experiências mútuas de submissão e de disputa de influência que não aconselham tratamento diferenciado de aliados ou de amigos de segunda ordem. Pelo contrário, o que conviria seria antes promover a convicção de que o que está realmente em jogo é mesmo a segurança colectiva. E isto apesar de ninguém na Região ter certamente quaisquer dúvidas de que, no caso de tudo vir a correr um dia mal na Europa, os EUA seriam realmente o último reduto da resistência e a derradeira esperança de recuperação do Ocidente. Para reforçar o que se afirma, bastará não esquecer, por exemplo, para além do que já se referiu quanto aos três países, que Portugal e a Espanha já partilharam entre si o mundo novo que desbravaram (Tratado de Tordesilhas) e abriram um dia o caminho para o conhecimento e para a grandeza doutras regiões, nomeadamente das Américas. Por mais patente que possa ser a presente incapacidade de alguns países da RAIA, outra via que não seja a da ajuda sincera e respeitadora ao desenvolvimento equilibrado do seu poder económico e militar, para fazer deles autênticos aliados de corpo inteiro, não constitui seguramente solução duradoura e que convenha a sistemas de defesa adequados ao espírito do Mundo Ocidental. Por outro lado, a falta de uma suficiente capacidade de defesa militar autónoma de alguns países da RAIA, pela qual é em boa parte responsável uma incipiente indústria de armamento, constitui uma vulnerabilidade importante perante as ameaças típicas da estratégia indirecta. Seja como for, não se duvide que os interesses do Ocidente na RAIA são melhor servidos num clima de confiança e de estabilidade autêntica.

Finalmente, crê-se que a estabilidade da Região Atlântica Íbero-Africana e a prosperidade dos países que a constituem e, sobretudo uma boa imagem de sã, leal e profícua cooperação regional, euro-africana e ocidental, poderiam vir a constituir exemplo e até mesmo atractivo para nações atlânticas e africanas situadas mais a Sul, cujos destinos e segurança individual e colectiva não podem também ser verdadeiramente indiferentes à Europa e ao Ocidente, enquanto persistir a actual confrontação Leste-Oeste. Aqui parece assumir aspecto decisivo o desfecho político do conflito do Sara Ocidental, o qual, a ser eventualmente conseguido por iniciativa de forças hostis ao Ocidente ninguém ignora que acarretaria consequências muito graves para a sua segurança.

Dezembro de 1981

## A SOLIDARIEDADE ATLÂNTICA COMO FACTOR DE PAZ\*

---

1. Assiste-se na Europa ao desenvolvimento de correntes pacifistas e neutralistas de certa importância, acompanhadas duma outra que, sustentando que as chamadas doutrinas militaristas se têm revelado incapazes de responder aos desafios lançados à comunidade mundial, será pelo menos encapotadamente antimilitarista. A «Intelligentsia» que mais se manifesta, e a Comunicação Social que mais milita, parecem encontrar-se neste campo, o que deveria ser suficiente para dissuadir um marinheiro menos atrevido de tentar remar contra a corrente. Entendi mesmo assim ousar fazê-lo, na convicção de que, infelizmente, vai continuar a ser necessário preparar a guerra para ir mantendo a paz. Além do mais, o Poder Militar não se esgota de forma alguma em soluções para as crises, antes constitui factor essencial do chamado Poder Nacional ou Potencial Estratégico dos Países e Alianças, ou seja, da sua capacidade de influenciar e de negociar. Em tudo o que vou dizer jamais me esqueci que o ideal da paz faz parte da essência do pensamento democrático.

2. A NATO goza da reputação, que muitos afirmam ser merecida, de ter contribuído efectivamente para manter a paz que tem sido possível usufruir desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a filosofia da NATO é inegavelmente defensiva, não se lhe conhecem acções militares agressivas, e as suas principais crises internas têm resultado afinal de reacções saudáveis e tentações de liderança julgadas intoleráveis, o que atesta a sua democraticidade. A acrescentar a isto, há ainda a salientar que a Aliança Atlântica cobre muitos outros campos, para além do exclusivamente militar, visando o progresso e o entendimento das populações, como meio de conseguir segurança, estabilidade e paz, e não apenas nos seus limites geográficos. Isto é, se as árvores se conhecem pelos frutos, então a NATO deve ser considerada como factor de uma paz que não se limita a simples ausência

---

\* Comunicação à Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de 25 a 27 de Outubro de 1982, na sessão dedicada à apresentação de orientações e propostas concretas no domínio da luta pela paz.

de guerra. Dito isto, sinto-me então mais à vontade para utilizar a Aliança Atlântica para a abordagem do tema desta sessão.

3. Se a NATO pode ser considerada como um factor de paz, então ser-me-á porventura lícito, por ter interesse para as questões em debate, centrar as minhas atenções no que poderá afectar negativamente a sua eficácia e a sua sobrevivência.

Começaria por dizer que as teses de MacKinder inspiraram certamente os criadores da Aliança Atlântica. Calcula-se que a experiência e a análise das guerras de 1914/18 e de 1939/45 — em que o controle da Atlântico Norte e o socorro vindo da América do Norte através dele foram os factores decisivos — tenham levado o notável geógrafo inglês a preconizar que apenas a transformação do Atlântico Norte num elo de ligação íntima entre o Continente Norte-Americano e a Europa conseguiriam juntar o potencial geoestratégico suficiente para conter a inevitável crescente tensão expansionista do Leste. A solidariedade atlântica pode por conseguinte ser considerada a questão fulcral da NATO, de que resulta para ela uma ambivalência potencialidade/vulnerabilidade. Assim é que a coesão interaliada, reflectindo-se em força, coerência, firmeza e determinação colectivas, pode tornar-se num elemento dissuasor do recurso à violência no âmbito do Conflito Leste-Oeste, capaz de circunscrever as disputas entre os dois Blocos a formas indirectas mais civilizadas e até mais frutuosas, porque são, por elas mesmas, susceptíveis de ir promovendo aproximações mútuas atenuadoras da perigosa tensão existente. Ao contrário, uma ruptura na coesão interaliada pode provocar um desequilíbrio eventualmente conducente a uma situação perigosa para a paz.

5. A crise actual na solidariedade atlântica parece realmente preocupante pela sua intensidade, a qual decorre de divergências ultimamente exacerbadas entre europeus e norte-americanos, num pano de fundo que o dr. Kissinger classifica de «acumulação de inconsequências nas políticas e nas posições da Aliança, a qual não tem doutrina nem plataformas comuns que lhe permitam resistir às 'flatteries' soviéticas e às pressões dos eleitorados».

As principais divergências interaliadas têm resultado fundamentalmente de percepções e de pontos de vista não inteiramente coincidentes quanto às questões Leste-Oeste e Norte-Sul, as quais podem ter origens diversas.

O Factor Geográfico tem papel certamente determinante nas percepções, pois não será propriamente a mesma coisa estar perto ou estar longe da fonte principal da ameaça (como exemplo, a Finlândia estará «finlandizada», a seguir, a Suécia já pode ser neutral e, mais longe, a Noruega já se permite ser NATO). O Factor Geográfico explicaria assim por que os alemães ocidentais podem parecer suspeitos de menor firmeza face à ameaça militar do Leste aos norte-americanos, e por que estes podem ser tidos por belicistas por muitos daqueles. Por outro

lado, a proximidade relativamente ao Leste tende a tornar os europeus naturalmente mais permeáveis às suas doutrinas sociais, do que resulta que as estratégias económicas e sociais tenham maior peso nas suas políticas de segurança do que nas americanas, em detrimento das despesas militares, e que seja mais difícil falar-se do inimigo interno na Europa. Acresce que o Factor Geográfico é certamente ainda determinante na maior aceitação da «détente» pelos europeus, que tendem a ver nela um meio susceptível de atenuar a clássica e perigosa sensação de encurralamento sentida pelos russos, mas que explicará, apesar de tudo, que os norte-americanos não possam deixar de relacionar essa aceitação com o caso do gasoduto siberiano e com manifestações pacifistas, as quais, curiosamente, parecem tender a diminuir de intensidade com o aumento da distância ao Leste.

Os europeus, principalmente os alemães ocidentais, entendem residir a ameaça principal à Europa na Frente Leste e, em conformidade, pretendem continuar a ver aí concentrados os principais esforços e as maiores atenções da NATO, numa atitude que eu ousaria classificar de tipo «Maginot», e exigem por essa razão, mas também para garantir o empenhamento directo dos EUA na defesa militar da Europa em caso de ataque do Leste, a manutenção da presença militar norte-americana no seu território. Por seu turno, os estrategistas norte-americanos têm hoje uma concepção planetária da ameaça do Leste, em que tendem a ver a Europa mais vulnerável na Frente dos Recursos (petróleo do Golfo Pérsico e minerais estratégicos da África Austral, cuja alternativa é precisamente a Sibéria, como o atesta já o célebre gasoduto), na Frente Interna (pacifismo, neutralismo, antimilitarismo, anti-americanismo e neo-isolacionismo americano), e na Frente da Solidariedade Atlântica, decorrente de menor credibilidade na possibilidade de reforço norte-americano à Europa em consequência de eventual progressão da influência do Leste até à costa atlântica do Noroeste Africano e da fixação de atenções e preocupações dos EUA na crescente instabilidade que se verifica nas Caraíbas e na América Central. Esta percepção planetária da ameaça leva os EUA, que receiam ver a Europa cair sem um tiro, a procurar acorrer a várias regiões, com conseqüente desdramatização da Frente Leste europeia, o que tem dado aos alemães ocidentais uma sensação de abandono conducente às supracitadas manifestações. Estas têm levado, por seu turno, a que nos EUA vão surgindo sintomas de desilusão com a vontade de resistir dos europeus, os quais têm sido manifestos em certas atitudes neo-isolacionistas.

Outras divergências têm surgido quanto ao tipo de intervenção do Ocidente no Terceiro Mundo, que os EUA entendem dever integrar uma significativa componente militar para opor à diplomacia predominantemente militar do Leste, e que os europeus pretendem, principalmente desde que foram chamados à realidade da sua impotência militar na crise do Suez de 1956, dever privilegiar os vectores económico e diplomático.

As mudanças por vezes muito bruscas que se têm produzindo nas

políticas externa e de segurança dos EUA, pelo menos de 4 em 4 anos, quando muda a Administração, têm criado grandes dificuldades de acomodação aos seus aliados europeus, cujos governos não podem alterar do pé para a mão compromissos dificilmente conseguidos com eleitorados e com outros governos, nem gostam de dar imagem desfavorável de seguidismo.

Também é preciso dizer-se que algumas iniciativas do Leste são responsáveis por crises na solidariedade atlântica, pelo seu imprevisto e excelência, como aconteceu por exemplo com a questão dos mísseis de teatro SS-20 apontados à Europa Ocidental, pondo em causa a credibilidade do «chapéu de chuva» nuclear norte-americano e obrigando os EUA a propor como resposta a instalação de mísseis correspondentes em solo europeu. Isto provocou inevitável oposição de europeus e um aumento de sensibilidades anti-americanas. Após os êxitos das armas usadas pelos israelitas no Líbano, em precisão e eficácia, contra armamento soviético moderno, os norte-americanos pretendem agora fazer aceitar um novo conceito de defesa da Europa destinado a situar a dissuasão aquém do patamar da guerra convencional generalizada, com recurso a novas armas convencionais de grande precisão que seriam, em teoria, capazes de sustentar qualquer ofensiva do poderio militar convencional do Leste na Europa. Muito embora, em princípio, este novo conceito pareça poder satisfazer os que pretendem evitar a nuclearização do teatro de operações europeu, ele não deixará de suscitar dúvidas quanto aos propósitos dos norte-americanos.

6. Há, evidentemente, outras origens para a crise na solidariedade atlântica que o tempo disponível não me permite abordar. Mas o que disse afigura-se-me suficiente para se vislumbrar a existência de riscos para o equilíbrio Leste-Oeste que tem propiciado a paz de que disfrutamos desde 1945.

7. Como propostas concretas de acção no domínio da luta pela paz que são requeridas das intervenções nesta sessão, referiria a seguir as que me parecem mais importantes, no pressuposto de que a solidariedade atlântica é, realmente, um factor de paz.

Em primeiro lugar, tornar-se-ia indispensável um mais generalizado reconhecimento da existência de ameaça ao Ocidente proveniente do Leste, sem o que não seria viável mobilizar as vontades que conferem autenticidade e credibilidade à defesa. Urgiria principalmente procurar esclarecer as camadas mais jovens, particularmente na Europa, as quais, não tendo vivido os horrores da guerra, e estando profundamente chocadas com perspectivas de holocausto nuclear que se lhes afigura injustificável, são naturalmente permeáveis a correntes pacifistas, antimilitaristas e anti-americanas. Na minha opinião, os políticos e os agentes da comunicação social ocidentais, particularmente os europeus, ainda poderão fazer muito para levar a juventude a debruçar-se melhor sobre as razões por que os jovens húngaros, checos, afegãos

e polacos concluíram afinal ser «Better Dead Than Red», e por que um número crescente e cada vez mais ousado e activo de intelectuais dissidentes do Leste parecem sensíveis à sentença de Albert Camus é a oportunidade de ser melhor, a servidão de ser pior». Também me parece que poderão ser feitos mais esforços para ser entendido que o facto de a defesa da Europa não poder passar sem o contributo e a liderança dos EUA, tanto no Velho Continente como fora dele, pese embora a amargura que isso ocasiona, não dá o direito aos europeus de pretender colocar no mesmo plano os EUA e a URSS como ameaça à sua independência, quando acontece que os conceitos de democracia e de liberdade são diametralmente opostos nas duas superpotências, levando por exemplo a que a NATO se possa decidir por consenso e no Pacto de Varsóvia se tenha de obedecer cegamente a Moscovo. Isto, muito embora se deva reconhecer que algumas iniciativas unilaterais dos norte-americanos tenham de se repercutir inevitavelmente na sua imagem.

As divergências verificadas nestes e noutros domínios fornecem oportunidades de exploração ao Leste em regiões de grande interesse para o Ocidente. Por isso sentir-me-ia inclinado a propor que se considerasse a hipótese de se chegar a consenso quanto à formulação e à hierarquização de interesses comuns, designadamente em interesses vitais (permanentes e inegociáveis, impondo para a sua defesa acção colectiva pronta, planeada e executada sem hesitações mesmo com sacrifícios extremos), a interesses importantes (duradouros e merecedores de empenhamento colectivo e de sacrifícios em conformidade) e a interesses secundários (passíveis de negociação concertada). Isto possibilitaria, por seu turno, a formulação e o planeamento de estratégias minimamente concertadas, necessariamente muito flexíveis, mas que pudessem ser susceptíveis de retirar a costurada iniciativa ao Leste, de acabar com a imagem de divisão e de fraqueza do Ocidente, e de evitar as respostas unilaterais e improvisadas dos EUA sob pressão, que têm tido o inconveniente de prejudicar a solidariedade atlântica por não poderem ter na devida consideração sensibilidades, percepções e interesses dos seus aliados. Uma linha de acção deste tipo poderia eventualmente conduzir a que as próprias políticas externa e de segurança dos EUA pudessem deixar de ser tão influenciadas por condicionamentos internos como têm sido, e resistir melhor às alternâncias democráticas normais do seu poder político. Para se chegar a um resultado deste tipo, pareceria indispensável ainda melhorar os departamentos de informações estratégicas de cada país membro e criar mecanismos que facilitassem e fomentassem a troca de percepções entre eles em tempo oportuno, a fim de se poderem ir atenuando progressivamente as divergências atrás referidas.

8. Permitir-me-ia agora abordar a questão da solidariedade atlântica na minha condição de português.

O Território e o espaço marítimo e aéreo de Portugal, compreen-

dendo as suas componentes peninsular e insular, constituem uma área de confluência de rotas marítimas e aéreas transcontinentais de importância vital para a NATO, particularmente as de eventual socorro norte-americano à Europa em caso de ataque do Leste. O conjunto territorial português, pela sua especial situação geográfica, constitui um pilar fundamental para a «ponte» de solidariedade atlântica. Porque o actual poder económico de Portugal não lhe permite de momento criar por si condições para assumir o dever e o direito de prover à segurança de tão importante região para a NATO com meios militares próprios, os seus aliados têm sido tentados a suprir a vulnerabilidade existente recorrendo à repartição do território e do espaço intercontinental nacional por áreas de responsabilidade operacional próprias, com risco de afectação da coesão interterritorial do País. Conviria que os aliados se capacitassem que a coesão interterritorial constitui um interesse vital para Portugal, pois dela decorre em grande parte a sua vocação marcadamente atlântica que lhe confere as suficientes individualidade, influência e liberdade de manobra que têm sido historicamente garantes da sua própria independência. Afectar a coesão interterritorial portuguesa corresponderia assim a afectar a própria solidariedade atlântica, uma vez que a desconfiança, os ressentimentos e as tensões que tal provocaria seriam susceptíveis de transformar toda esta sensível região em mais um alvo de oportunidade para o Leste, com todos os riscos que tal comportaria para a segurança das comunicações marítimas e aéreas vitais para a Aliança Atlântica. Daí que me atreva a propor que o respeito pela coesão interterritorial portuguesa deva ser considerado do maior interesse para a solidariedade atlântica e, conseqüentemente, para a paz mundial. Deste interesse decorre directamente que a maneira correcta de promover a desejada segurança nesta região consistirá em acarinhar o desenvolvimento económico e militar de Portugal. Seja como for, se Portugal não tem o direito de negar o seu contributo geoestratégico à Aliança Atlântica, esta tem o dever de ter o cuidado de não o prejudicar em troca.

9. Para consumo doméstico, referiria agora que as opções portuguesas, simultaneamente pelo Atlântico e pelo Mercado Comum Europeu, encontram compatibilidade num ambiente são de solidariedade atlântica. O caso é que, na minha opinião, Portugal não pode, por razões da mais elementar prudência relacionadas com o poder negocial do País e até porventura com a sua própria sobrevivência, pôr em risco a sua coesão interterritorial, a qual, por motivos de ordem geoestratégica, apenas a sua tradicional política atlântica promete não pôr em causa. Inclusivamente tem sido perfeitamente claro que nenhum país membro da CEE se dispôs já a arriscar qualquer parcela essencial da sua individualidade ou da sua liberdade de manobra.

Aos portugueses interessaria, pois, pugnar pela solidariedade atlântica, não apenas por razões de interesse do Ocidente e da própria paz mundial, mas também por razões ponderosas do Interesse Nacional.

10. Em conclusão, diria que, sem a força, a coerência e a determinação que transpirem de uma real e efectiva solidariedade atlântica, não me parece possível obstar a que a «détente», que pode ser um caminho para a paz, seja aproveitada pelo Leste apenas para continuar a explorar alvos de oportunidade dentro e fora da área geográfica da NATO, com o objectivo de minar os alicerces do Ocidente. Reafirmaria que a coesão do conjunto territorial português constitui uma componente essencial dessa mesma solidariedade atlântica.

Na minha opinião, seria obrigação de políticos e de jornalistas norte-americanos, europeus e portugueses procurarem entender e fazer entender tudo isto. A opinião pública não é estática, principalmente em democracia autêntica, e a solidariedade atlântica e a paz mundial que dela decorre merecem a sua coragem para romper modas e correntes de opinião que, em muitos casos, têm sido inspiradas insidiosamente pelo Bloco oposto. Antes que seja tarde de mais.

## NOTA FINAL DO AUTOR

---

A falta de uma filosofia nacional de defesa que reflecta o maior consenso possível quanto à forma de concretização da aspiração de segurança que é comum a todas as sociedades humanas transparece das insuficientes clareza, coerência, objectividade e simplicidade, e até da exagerada extensão dos diplomas relativos à defesa nacional e dos que a ela aludem. Tal situação torna difícil a garantia futura de políticas de defesa que sejam suficientemente estáveis para sobreviver às normais alternâncias democráticas do poder político e que possam conferir coerência, legitimidade, aceitação e continuidade aos programas de rearmamento militar.

A consciência da necessidade de segurança e o desenvolvimento de uma vontade colectiva de defesa, que são dos principais elementos motivadores do florescimento natural de uma filosofia nacional de defesa, não poderão aparecer sem o reconhecimento prévio da existência de um património comum e de ameaças contra a sua preservação.

Do património comum dos portugueses sobressai a grande importância geoestratégica do seu conjunto territorial quase-arquipelágico, e do espaço interterritorial por ele contido, no contexto dos grandes conflitos mundiais, importância essa que tanto pode constituir um trunfo como uma preocupação, conforme for interpretada. Todo o pequeno país cujo território assume particular significado para a segurança de grandes potências ou de poderosos blocos acabará por sentir necessidade de desenvolver capacidade material e anímica para fazer respeitar os seus direitos e soberania. É certamente por isso que o exercício da soberania costuma constituir a missão prioritária das Forças Armadas de muitos pequenos países desde tempo de paz, com o fim de evitar a presença de meios militares no seu território. Na Dinamarca, por exemplo, assim acontece, estando inclusivamente prevista a integração do seu aparelho militar no esquema defensivo da Aliança Atlântica apenas em caso de guerra Leste-Oeste, o que parece atender à filosofia de Maurice Bertrand, segundo o qual a independência e a integridade territorial se defendem contra amigos e aliados, e apenas a segurança contra os inimigos.

Esta filosofia parece dever merecer alguma reflexão para o caso de Portugal, uma vez que a peculiar descontinuidade do conjunto territorial nacional torna a sua coesão um factor vital, não apenas para a preservação da atlanticidade que tem assegurado a individualidade do País no contexto ibérico, como ainda para a consecução de potencial geoestratégico que, apenas integrado e potenciado por meios militares autónomos, lhe confere um trunfo de valor excepcional no tablado internacional. Nesta óptica, parece ser efectivamente do interesse nacional garantir a inevitável defesa do conjunto territorial e do espaço interterritorial português em tempo de paz com forças de presença exclusivamente nacionais no âmbito da Aliança Atlântica para, antes de tudo, se preservar a soberania e a coesão dos inconvenientes de presenças militares aliadas em território pátrio. Porque esta preocupação de defesa do território e do espaço interterritorial nacional não vai contra as preocupações fundamentais dos aliados de Portugal, e porque eles não pretenderão certamente ferir sensibilidades e interesses importantes do País, acredita-se que será inclusivamente possível induzi-los a acarinhar e a facilitar o rearmamento militar português.

Reflexões como as expendidas nos trabalhos que figuram na presente colectânea, bem como muitas outras consideradas fundamentais para o florescimento de uma filosofia nacional de defesa, deveriam passar a ser do conhecimento generalizado dos portugueses. Urgiria, por isso, que a matéria de defesa nacional passasse a ser cada vez mais estudada e mais abertamente debatida, designadamente perante e entre os sectores e as camadas a quem cabe e caberá a responsabilidade de conduzir os destinos da Nação. Para dar exemplo, refere-se que em França, com objectivos como os de restaurar o espírito de comunidade, de desenvolver competitividade económica face ao exterior e de redescobrir o sentido da solidariedade nacional e o espírito de defesa, funcionam cursos de defesa e de relações internacionais em mais de 40 estabelecimentos de ensino superior e afins. Não surpreenderá, por isso, que os vectores essenciais da política de defesa nacional da França venham sobrevivendo às alternâncias democráticas do poder político que se têm verificado.

Tendo ainda em vista a indispensabilidade de se preservar a coesão nacional, pareceria do maior interesse promover-se um mais íntimo conhecimento e relacionamento entre os portugueses, através da dinamização da circulação interterritorial de pessoas e ideias.

Isto porque, efectivamente, só se pode amar e defender verdadeiramente aquilo que se conhece bem.

## NOTA BIOGRÁFICA

---

O Comandante Virgílio de Carvalho desempenha actualmente as funções de assessor do Instituto da Defesa Nacional para a área de Política e Estratégia.

Frequentou os liceus José Estêvão, em Aveiro, e de Rodrigues de Freitas, no Porto, e as faculdades de Ciências do Porto e de Lisboa.

Após ter terminado o Curso de Marinha da Escola Naval em 1950, fez parte da guarnição de vários navios, tendo nessa qualidade participado em diversas manobras aeronavais internacionais e NATO, e frequentado estágios de guerra anti-submarina em Inglaterra e França. Frequentou na Marinha britânica um curso de táctica anti-submarina e o curso NATO de operações navais «Maritime Tactical Course». Foi Director da Escola de Armas Submarinas e do Centro de Instrução de Táctica Naval, Chefe da Divisão de Informações e Subchefe do Estado-Maior do Comando Naval de Angola, Chefe da Secção de Informações Militares e da 2.<sup>a</sup> Divisão do Estado-Maior da Armada, e comandante do N. R. P. «S. Gabriel». Tem os Cursos Geral e Superior Naval de Guerra, tendo ainda sido professor de Operações Navais e de Estratégia no Instituto Superior Naval de Guerra e professor de Assuntos Navais nos Institutos de Altos Estudos Militares e de Altos Estudos da Força Aérea. Integrou várias delegações militares ao estrangeiro no âmbito da NATO, e tem proferido diversas conferências e publicado vários estudos sobre Defesa.

14 de Junho de 1982

No panorama incipiente dos estudos estratégicos em Portugal, as conferências e artigos do comandante Virgílio de Carvalho, agora felizmente reunidos em volume, constituem, pelo seu rigor e profundidade, um ponto de referência muito apreciável.

Contrastando com o devaneio doutrinário e recusando inúteis sobrecargas ideológicas, os trabalhos do comandante Virgílio de Carvalho são elemento indispensável para quantos queiram reflectir com objectividade sobre estratégia, relações internacionais ou defesa nacional, valorizando a nossa atlanticidade e o peso da componente marítima do país. Motivo de orgulho para a Armada, onde se formou, e para as Forças Armadas portuguesas a que pertence, o comandante Virgílio de Carvalho apenas precisa de que o tempo dissipe algumas incompreensões e invejas para que a sua obra, a par da de poucos mais, adquira o lugar que merece na renovação e actualização do pensamento estratégico português.

**Jaime Gama**

O comandante Virgílio de Carvalho foi professor de estratégia do Instituto Superior Naval de Guerra e é, presentemente, Assessor Militar do Instituto da Defesa Nacional. Vem desenvolvendo, desde há anos, estudos do maior interesse sobre a posição que o nosso País ocupa no plano da complexa e agitada vida internacional e sobre o papel que nele desempenha e pode vir a desempenhar. Os problemas da geopolítica e da geoestratégia têm-lhe merecido especial atenção. Perspectiva-os no sentido do melhor conhecimento do quadro e dos condicionamentos mundiais, em que têm de ser encontradas as melhores soluções da defesa dos interesses da soberania nacional.

Oficial de elevada craveira intelectual e profissional, o comandante Virgílio de Carvalho tem-se imposto à consideração de quem o ouve e de quem o lê, tanto no País como no estrangeiro. A profundidade da sua análise, o sentido prático e o acerto das suas conclusões, são as marcas mais salientes e positivas dos seus estudos.

Este livro é um testemunho deste facto. Constituído por uma compilação de vários textos apresentados em conferências e seminários, ou publicados em revistas da especialidade, estou certo de que vem prestar serviços importantes ao País, pelos ensinamentos pertinentes e oportunos que transmite.

**Altino de Magalhães**